

CONTAGEM - MG

Plano Municipal de Defesa Social

Belo Horizonte, Julho de 2011

Equipe de Pesquisa

Coordenação Geral

Prof. Dr. Cláudio Chaves Beato Filho

Coordenação de Equipe

Luís Felipe Zilli

Coordenação do Projeto

Luís Felipe Zilli e Rodrigo Alisson Fernandes

Pesquisadores

Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Diogo Alves Caminhas

Frederico Couto Marinho

Lívia Henriques de Oliveira

Mateus Rennó Santos

Robson Sávio Reis Souza

Vinícius Assis Couto

Estagiários

Aline Mourão

Cíntia Santana

Danilo Brasil Soares

Gabriela Gomes

Luiza Meira

Sumário

I - Introdução	1
II - Cenário das Políticas de Segurança Pública	2
2.1. A Participação do Município na Segurança Pública	3
III - Prevenção à Violência e à Criminalidade.....	5
3.1. Crimes Contra o Patrimônio.....	5
3.1.1. Prevenção situacional da Criminalidade	7
3.1.2. Prevenção da criminalidade através do espaço urbano	7
3.2. Crimes Contra a Pessoa.....	9
3.2.1. Prevenção de Homicídios	11
3.3. Cenários Institucionais da Prevenção ao Crime	14
3.4. Ações Possíveis no Âmbito das Prefeituras Municipais	16
IV - Diagnóstico dos padrões de criminalidade	18
4.1. A Criminalidade Violenta em Contagem	24
V – Crimes Contra o Patrimônio em Contagem.....	26
5.1. Furtos em Contagem	28
5.1.1. Padrões Espaciais do crime de Furto em Contagem	31
5.2. Roubos em Contagem	35
5.3. Arrombamentos a Residência em Contagem	43
VI - Crimes Contra a Pessoa	46
6.1. Padrões e Natureza dos Dados	46
6.2. Crimes Contra a Pessoa em Contagem	50
6.3. Tentativas de Homicídio em Contagem	51
6.4. Homicídios em Contagem.....	57
VII - Crimes Territórios PRONASCI.....	60
VIII - Vitimização e Medo em Contagem.....	64
8.1. Vitimização em Contagem	66
8.1.1. Vitimização de Furto em Contagem	66
8.1.2. Vitimização de Roubo em Contagem	67
8.1.3. Vitimização de Agressão em Contagem	68
8.1.4. Percepção de Segurança na Vizinhança.....	69
8.2. A Medida do Medo em Contagem	70
8.2.1. Indicador Geral de “Medo”.....	71
IX – Diretrizes gerais de um plano municipal de segurança pública	74
X- Plano Municipal de Defesa Social de Contagem	75
10.1. A arquitetura do sistema de segurança pública de Contagem e sua relação com o Plano Municipal de Defesa Social	76
10.2. Eixos de Intervenção	77
10.2.1. Atuação da Guarda Municipal	77
10.2.2. Perspectiva Situacional	78
10.2.3. Perspectiva Social	86
10.2.4. Proteção Social	88
10.2.5. Repressão qualificada	90
XI - Considerações finais	92

Lista de Gráficos, Tabelas e Mapas

Gráficos

Gráfico 1 – Evolução anual das taxas de crimes violentos em Minas Gerais	19
Gráfico 2 – Crimes violentos em Minas Gerais, 1986 a 2005	23
Gráfico 3 – Evolução dos roubos e assaltos em Minas Gerais, 1987 a 2005	24
Gráfico 4 – Evolução anual das taxas de crimes violentos em Contagem e Minas Gerais, 2008 a 2010	24
Gráfico 5 – Evolução do total de crimes violentos e roubos em Contagem, 2008 a 2010	25
Gráfico 6 – Evolução dos estupros, homicídios e seqüestros em Contagem, 2008 a 2010	26
Gráfico 7 – Evolução anual dos crimes contra o patrimônio em Contagem, 2008 a 2010	28
Gráfico 8 – Evolução anual dos furtos em Contagem, 2008 a 2010	29
Gráfico 9 – Evolução dos furtos em Contagem segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010	32
Gráfico 10 – Evolução dos roubos em Contagem, 2008 a 2010	36
Gráfico 11 – Evolução dos roubos com arma de fogo em Contagem, segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010	39
Gráfico 12 – Evolução dos roubos sem uso de arma de fogo em Contagem segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010	42
Gráfico 13 – Evolução dos arrombamentos a residência em Contagem, 2008 a 2010	43
Gráfico 14 – Evolução dos arrombamentos a residência em Contagem segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010	44
Gráfico 15 – Evolução do número de crimes contra a pessoa – MG - 1986 a 2005	48
Gráfico 16 – Evolução anual das infrações contra a pessoa em Contagem, 2008 a 2010	50
Gráfico 17 – Evolução anual das tentativas de homicídio em Contagem, 2008 a 2010	52
Gráfico 18 – Evolução anual dos homicídios em Contagem, 2008 a 2010	57
Gráfico 19 – Evolução anual dos furtos nas regionais por Pronasci, 2008 a 2010	62
Gráfico 20 - Evolução anual dos roubos nas regionais por Pronasci, 2008 a 2010	62
Gráfico 21 - - Evolução anual dos arrombamentos à residência nas regionais Pronasci, 2008 a 2010	62
Gráfico 22 – Evolução anual dos homicídios consumados por regionais do Pronasci, 2008 a 2010	63

Gráfico 23 - – Evolução anual dos homicídios tentados por regionais do Pronasci, 2008 a 2010	63
Gráfico 24 – Distribuição dos Entrevistados por vítimas de crime de Furto nos 5 anos anteriores à realização da pesquisa – Contagem, 2010	66
Gráfico 25 – Distribuição dos Entrevistados por vitimização por crime de Roubo nos 5 anos anteriores à realização da pesquisa – Contagem, 2010	67
Gráfico 26 – Distribuição dos Entrevistados por Vitimização por Crime de Agressão Física nos 5 anos Anteriores à Realização da Pesquisa – Contagem, 2010	68
Gráfico 27 – Distribuição dos Entrevistados segundo Vontade de Continuar Residindo em sua Vizinhança – Contagem, 2010	69
Gráfico 28 – Distribuição dos Entrevistados segundo Medo de Crime – Contagem, 2010	71
Gráfico 29 - Distribuição Percentual das Categorias de Resposta do “Indicador Geral de Medo” na População Amostrada	73

Tabelas

Tabela 1 - Frequência absoluta dos Crimes Contra o Patrimônio e Pessoa em Contagem – 2008 a 2010	28
Tabela 2 – Local de Ocorrência de Furtos	30
Tabela 3 - Furto por bairro Contagem – 2008 a 2010	33
Tabela 4 - Principais Vítimas de Roubos em Contagem – 2008 a 2010	37
Tabela 5 – Roubo por bairro em Contagem – 2008 a 2010	40
Tabela 6 - Principais Crimes Contra Pessoa em Contagem – 2008 a 2010	51
Tabela 7 - Tentativas de Homicídio por bairro de Contagem – 2008 a 2010.....	55
Tabela 8 - Tentativas de Homicídio por Ruas do Bairro Nova Contagem Contagem – 2008 a 2010	56
Tabela 9 - Homicídio por bairro Contagem – 2008 a 2010.....	58
Tabela 10 - Ocorrências Monitoradas em Contagem por Regional Pronasci – 2008 a 2010.....	61
Tabela 11 – Distribuição da População Entrevistada por Vítimas do Crime de Furto nos Últimos 12 meses – Contagem, 2010	67
Tabela 12 – Distribuição dos Entrevistados Vítimas de Roubo nos Últimos 12 meses – Contagem, 2010.....	68
Tabela 13 –Entrevistados Vítimas de Agressão nos Últimos 12 meses – Contagem, 2010.....	69
Tabela 14 - Estatísticas Descritivas das Medidas que compõem o “Fator Ordinal de Medo”	72

Mapas

Mapa 1 – Taxas de Crimes Violentos em Minas Gerais	21
Mapa 2 – Áreas prioritárias em Segurança Pública.....	22
Mapa 3 – Concentração Espacial de Furtos em Contagem - 2008.....	34
Mapa 4 – Concentração Espacial de Furtos em Contagem - 2009.....	34
Mapa 5 – Concentração Espacial de Furtos em Contagem - 2010.....	35
Mapa 6 – Concentração Espacial de Roubos em Contagem - 2008.....	41
Mapa 7– Concentração Espacial de Roubos em Contagem - 2009.....	41
Mapa 8 – Concentração Espacial de Roubos em Contagem - 2010.....	41
Mapa 9 – Concentração de Arrombamentos a Residência em Contagem - 2008	45
Mapa 10 – Concentração de Arrombamentos a Residência em Contagem - 2009	45
Mapa 11 – Concentração de Arrombamentos a Residência em Contagem - 2010	45
Mapa 12 – Região do Bairro Jardim Califórnia com elevada concentração de arrombamentos a Residência – 2008/2009/2010.....	46
Mapa 13 – Concentrações espaciais da incidência de homicídios no Brasil – décadas de 1980, 1990 e 2000.	47
Mapa 14 – Concentração Espacial de Tentativas de Homicídio em Contagem - 2008..	52
Mapa 15 – Concentração Espacial de Tentativas de Homicídio em Contagem - 2009..	53
Mapa 16 – Concentração Espacial de Tentativas de Homicídio em Contagem - 2010..	53
Mapa 17 - Incidência de Tentativas de Homicídio em Contagem – 2008/2009/2010 ...	54
Mapa 18 - Índice de Vulnerabilidade Social – Contagem 2000.....	54
Mapa 19 – Incidência das Tentativas de Homicídio em Nova Contagem – 2008 a 2010	56
Mapa 20 – Concentração Espacial de Homicídios em Contagem - 2008	59
Mapa 21 – Concentração Espacial de Homicídios em Contagem - 2009	59
Mapa 22 – Concentração Espacial de Homicídios em Contagem - 2010	60

I - Introdução

A compreensão da realidade da segurança pública e da criminalidade de uma localidade depende da análise de seus padrões de criminalidade e das condições de segurança da própria cidade. A partir desse entendimento, torna-se fundamental conhecer os atores, instituições e serviços atuantes a nível local a fim de avaliar a estrutura e instrumentos disponíveis para ações de intervenção e definição das melhores estratégias a serem implementadas para prevenção de crimes e melhora da sensação de segurança.

Assim como tantos outros municípios do estado de Minas Gerais, Contagem experimentou um aumento da violência e da criminalidade trazendo o problema à tona e levando a segurança pública a figurar entre as principais preocupações tanto do poder público local quanto da população.

Este documento apresenta não apenas um diagnóstico da criminalidade e das condições de segurança do município de Contagem, como algumas recomendações de intervenção, tendo em vista a natureza e os padrões de ocorrência observados na cidade. Serão apresentadas análises relativas aos crimes violentos, crimes contra o patrimônio e contra a pessoa, nesta ordem, enfatizando os crimes de furto, invasão de residência e assalto (no caso daqueles cometidos contra o patrimônio) e os crimes de homicídio e tentativa de homicídio (no caso daqueles cometidos contra a pessoa). As análises foram fundamentadas em dados oficiais de criminalidade violenta, fornecidos pelos sistemas de informação das polícias Civil e Militar, registros mantidos pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, bem como informações da pesquisa de vitimização e medo realizada pelo CRISP¹. As recomendações para as ações a serem desenvolvidas perpassam os dois eixos de abordagem, patrimonial e pessoa, a partir das *perspectivas de intervenção situacional e social* respectivamente.

Apresentamos também um histórico acerca da evolução das políticas públicas no país que passou a incorporar, em seu novo contexto de produção de segurança, a esfera de atuação dos municípios. A fim de subsidiar possíveis ações de intervenção para a cidade, apresentamos ainda uma síntese da literatura sobre programas de prevenção à criminalidade a partir dos principais cenários institucionais para abordagem no âmbito de políticas públicas.

¹ CRISP. Pesquisa de Vitimização e Medo no Município de Contagem - Minas Gerais. Abril de 2011.

II - Cenário das Políticas de Segurança Pública

No Brasil, políticas de controle da criminalidade violenta tradicionalmente se apoiam em perspectivas que enfatizam mecanismos institucionais jurídicos e de uso da força. De acordo com esta abordagem, o aumento da intensidade das atuações policiais poderia, por si só, representar ganhos para o controle da ocorrência de crimes. Assim, o aumento do efetivo policial, de sua capacidade bélica, da sua eficiência em se distribuir pelos espaços, além do aumento da rigidez das punições aplicadas aos criminosos seriam os principais instrumentos para a obtenção de segurança pública. Em uma perspectiva repressiva e reativa, problemas de segurança, portanto, seriam resolvidos exclusivamente pelo Estado e por suas instituições de força e justiça.

Recentemente, no entanto, as discussões sobre o controle da ocorrência de crimes têm se deslocado em direção a outros tipos de medidas, sobretudo aquelas que enfatizam as características das comunidades. De acordo com esta reorientação, o fenômeno da criminalidade apresenta associações com uma multiplicidade e complexidade de fatores sociais que não se esgotam no âmbito da atuação das agências policiais. Para Cohen e Felson (1979)², por exemplo, a polícia (bem com outras instâncias do sistema de justiça criminal) não tem demonstrado efetividade para o controle da criminalidade e da violência. Os modos de organização das atividades rotineiras de uma população, por exemplo, podem contribuir para a ocorrência de crimes. E estas rotinas escapam ao âmbito de atuação policial. O que se observa, portanto, é que atividades e condições rotineiras legítimas de uma comunidade são capazes, quase que por si só, de levar ao aumento da criminalidade.

Não existe, portanto, um consenso sobre a real capacidade que as forças policiais têm de prevenir e conter fenômenos de violência e de criminalidade. Isso porque os problemas de segurança não são problemas exclusivos do Estado e de seus mecanismos de força e justiça, mas também, em uma perspectiva preventiva, da sociedade civil e suas formas de auto-organização, auto-regulamentação de comportamentos.

Tal mudança de orientação implica em alterações nas formas de delineação de políticas públicas de segurança. Aos investimentos feitos sobre as organizações do sistema de justiça, somam-se investimentos em atividades de diagnóstico e levantamento de informações sobre comunidades, fortalecimento dos mecanismos de participação pública, criação de projetos e

2 COHEN, Lawrence E.; Felson, Marcus (1979). "Social Change and Crime Rate Trends: A routine activities approach". American Sociological Review. Vol. 44. Issue 4. 588-608.

programas de prevenção à violência que enfoquem as articulações comunitárias, fortalecendo seus pontos fortes e diagnosticando e atuando sobre seus pontos fracos.

Políticas e programas desenvolvidos neste contexto têm como objetivo identificar essas vulnerabilidades e capacidades, já que comunidades se distinguem no que diz respeito às dimensões relevantes para o processo de gestão, o que faz com que sejam definidos públicos de políticas de intervenção e não o público da política³. Ainda, processos que levem em conta essas múltiplas capacidades e vulnerabilidades podem afetar diferentes dimensões de um mesmo fenômeno. Assim, por exemplo, políticas de controle de homicídios em áreas de risco e vulnerabilidade social, desde que levem em consideração as diferentes facetas do fenômeno (incluindo em sua ação programas de capacitação e desenvolvimento social) podem apresentar impactos importantes sobre outros tipos de crimes e desordem, como roubos, vandalismo e agressão física, bem como sobre outras vulnerabilidades das comunidades, como desemprego e evasão escolar⁴.

2.1. A Participação do Município na Segurança Pública

Até recentemente, o problema da segurança pública era compreendido como algo que diz respeito apenas ao governo estadual e, dentro dele, especificamente aos órgãos do sistema de justiça criminal, como ressaltado anteriormente. Em termos gerais, o maior argumento para o não envolvimento da administração municipal na questão da segurança era a previsão constitucional que atribui ao governo Estadual a responsabilidade pelas polícias civis e militares. Assim, nessa concepção limitada de segurança, não haveria muito espaço de atuação às esferas federal e municipal. O envolvimento federal nas questões de segurança resumia-se às ações da Polícia Federal, ao controle de algumas atividades (armas, empresas de segurança privada, etc), bem como a elaboração de Projetos de Lei no âmbito criminal e penal. No âmbito municipal, poucas prefeituras mantinham Guardas Municipais para a vigilância dos prédios públicos enquanto outras ajudavam de forma esporádica as policiais estaduais⁵.

3 MAGALHÃES, Edgar Pontes. Inclusão Social e Intersetorialidade: O Longo Caminho dos Princípios às Estratégias de Ação. Em *Gestão Social: O que Há de Novo?* Vol. 1 – Desafios e Tendências. Org. Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2004.

4 CRISP. Programa Fica Vivo: Ações Simples, Resultados Efetivos. Boletim Informativo, ano 01, número 03, abril de 2003.

5 KAHN, ZANETIC, 2005. O papel dos municípios na segurança pública. *Estudos Criminológicos*, julho/2005.

Na última década, todavia, houve um alargamento da questão de segurança pública, tanto do ponto de vista conceitual, quanto administrativo: de problema estritamente policial, passou à questão multidisciplinar, envolvendo diversos níveis e instâncias administrativas.

Em nível federal, são marcos desse processo de alargamento a criação da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), em 1995, a criação do INFOSEG, do CONASP (Conselho Nacional de Segurança Pública) e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública em 2000 (que trouxe consigo o estabelecimento do Fundo Nacional de Segurança Pública) com orçamentos anuais para investimento em recursos humanos e materiais das polícias. Com relação ao Fundo Nacional de Segurança Pública, assinala-se que ele abriu a possibilidade para que não apenas as polícias estaduais, mas também os municípios (apenas aqueles com Guarda Municipal) requisitassem recursos do Governo Federal para a implementação de projetos de segurança. Isso significa que o Governo Federal viu como legítima e procurou incentivar desde então a atuação dos governos locais.

Entre 2001 e 2004, o Governo Federal investiu cerca de 60 milhões de reais nos municípios através dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência. O acesso aos recursos pelos municípios foi vinculado à apresentação de projetos consoantes com a política de segurança pública do Governo Federal e, para tanto, devia atender a algumas solicitações específicas, como a criação de Guardas Municipais, a realização de ações de policiamento comunitário ou a formação de Conselhos de Segurança Pública.

A SENASP também tem orientado os municípios que elaborem um Plano Municipal de Segurança Urbana, composto de diagnósticos dos problemas existentes e de ações relevantes para seu enfrentamento, abrindo a possibilidade de realização de convênios com o Governo Federal, tanto para os diagnósticos quanto para a realização de ações efetivas. A criação destes novos órgãos, práticas, projetos e fundos na última década evidenciam, portanto, esse alargamento do que se compreende por segurança pública e de quais atores e instâncias envolvidos em sua provisão.

Assim, paralelamente à esfera federal, os anos 90 também marcaram o envolvimento maior dos municípios no âmbito da segurança pública. Particularmente relevantes foram os investimentos municipais em programas sociais de caráter preventivo, focados especificamente na questão da criminalidade e da violência. Essa tendência de crescimento da participação dos municípios na segurança coincide internacionalmente com o aparecimento de

abordagens como *Broken Windows*⁶, policiamento comunitário e orientado aos problemas, etc. Diversas teorias apontam também para a necessidade de incluir outros recursos, além dos tipicamente policiais, para a solução de problemas criminais.

O que se conclui, a partir dessa mudança de foco, é que existem mecanismos na esfera dos municípios capazes de constituir elementos importantes para que políticas efetivas de controle e prevenção da criminalidade sejam realizadas. Muitos dos aparelhos de atuação do Estado sobre as comunidades encontram-se sob a organização do nível municipal. Pelo país, diversas regiões só têm acesso aos equipamentos públicos através da existência de escolas, centros de saúde, hospitais e outros serviços, que constituem verdadeiras ramificações em direção a áreas cujo acesso é restrito. Desse modo, pode ser de grande efetividade o deslocamento de parte das medidas de controle da criminalidade do nível federal e estadual para o nível dos municípios. São nas comunidades locais que os delitos ocorrem. É também lá que os mecanismos associados ao seu incremento são constituídos e políticas de natureza preventiva devem se debruçar sobre esses mecanismos, com o intuito de melhorar aspectos socioeconômicos, incrementar formas de organização comunitária, organização urbana, acesso aos serviços, entre outros. Nessa perspectiva, os municípios devem ser capazes de implementar políticas de segurança que complementem a atuação estadual e federal para a contenção da violência.

Essa perspectiva de política pública é resultado de mudanças nas concepções de Estado e Sociedade Civil, que ampliam o conceito de cidadania ao incluir, em sua esfera de atuação, atores sociais até então excluídos. Questões relacionadas à qualidade de vida passam a ocupar a centralidade nos debates acerca das políticas públicas, trazendo as administrações municipais para o centro do debate da segurança pública.

III - Prevenção à Violência e à Criminalidade

3.1. Crimes Contra o Patrimônio

Dentre diversas outras funções, as teorias criminológicas têm como objetivo tentar identificar as origens das motivações e das oportunidades criminais, aspectos que tornam o crime um problema social por excelência. Por sua vez, a tarefa dos formuladores de políticas públicas é saber aplicar os desenvolvimentos teóricos na prática cotidiana.

⁶ Em inglês, *Janelas Quebradas*, uma abordagem que propõe a intervenção governamental rápida e enérgica sobre pequenos indicadores de desordem e violência, na intensão de inibir, logo em sua origem, a manifestação de crimes mais graves.

Fatores como altos níveis de rotatividade populacional, intensa circulação de pessoas, baixo status socioeconômico, heterogeneidade étnica e outras características estruturais, são conceitos chaves que sublinham a motivação delinquente nas teorias sobre criminalidade. Esses conceitos também levam em consideração os aspectos físicos de um ambiente enquanto elementos que potencializam ou desestimulam a ocorrência de eventos criminais. Teorias de oportunidades criminais realçam a relação simbiótica entre atividades ilegais e atividades cotidianas. Elas procuram identificar, em um mesmo ambiente, elementos como a existência de ofensores/criminosos motivados, os níveis de exposição ao risco, a atratividade dos alvos e sua capacidade de proteção como elementos centrais para entender o processo de seleção de alvos e, portanto, de ocorrência de crimes. Nesse sentido, o presente documento assume que determinados contextos sociais, urbanísticos e ambientais do município de Contagem são fatores determinantes para explicar suas manifestações de criminalidade e violência.

No município de Contagem, uma amostra clara da associação entre a configuração assumida por determinados espaços urbanos e a manifestação de altos índices de criminalidade pode ser observada na altíssima concentração de crimes contra o patrimônio na região dos bairros Eldorado, Cidade Industrial, Jardim Vera Cruz, Riacho das Pedras, Santa Cruz Industrial e Jardim Califórnia. A existência de um pólo industrial e comercial nesta região da cidade se associa às atividades da vida cotidiana das populações que moram ou frequentam estes bairros, criando um contexto facilitador das oportunidades criminais. Os altos níveis de atividade pública, de consumo de bens portáteis e valiosos, de baixos níveis de proteção física ou social, contribuem para que tais áreas se tornem potencialmente férteis para a manifestação de altas taxas de criminalidade⁷.

Por meio de um diagnóstico criminal apurado, foi possível apontar que aspectos macrossociais dessas regiões se apresentaram como fatores facilitadores para a ocorrência de furtos e roubos. O próprio contexto social dessas áreas parece interferir substantivamente na oportunidade de cometimento de crimes contra o patrimônio no município. Nesse sentido, pensar políticas de segurança pública de combate à criminalidade é pensar em políticas que levem em consideração quais aspectos estruturais dos ambientes com grande concentração de crimes atuam como mecanismos facilitadores para a sua ocorrência.

7 MIETHE, Terance D.; MEIER, Robert. Opportunity, Choice, and Criminal Victimization: A Test of a Theoretical Model. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 27, n. 3, p. 243-266, ago. 1990.

3.1.1. Prevenção situacional da Criminalidade

A abordagem da “Prevenção Situacional” parte do princípio de que se o espaço urbano e suas características ambientais forem adequadamente planejados, projetados e administrados, certos tipos de delitos e a sensação de insegurança podem ser reduzidos, melhorando assim a qualidade de vida da comunidade. Essa abordagem tem no crime uma opção racional, utilitária, instrumental, altamente seletiva, sugerindo, portanto, uma intervenção especificamente dirigida a neutralizar as oportunidades e as situações de risco que se tornam mais atrativas para o agente, levando em conta variáveis temporais e espaciais. Essa relação entre ambiente físico e crime não é nova. Há décadas ela é estudada extensivamente no contexto internacional⁸.

O ambiente pode ter um papel significativo em termos de influenciar as percepções de segurança. Certos ambientes podem dar uma sensação de segurança, enquanto outros podem induzir ao medo, mesmo em áreas com baixas taxas de criminalidade. Nesse sentido, medidas de planejamento e desenho podem ser usadas com muito êxito para acentuar sensações de segurança em áreas onde as pessoas se sentem vulneráveis. Uma vez que a intervenção se dá nas características ambientais do espaço urbano, estas ações são comumente voltadas à prevenção e ao controle de crimes contra o patrimônio, dada a estreita relação desses eventos com o contexto ambiental em que ocorrem.

3.1.2. Prevenção da criminalidade através do espaço urbano

Para entender de maneira mais precisa o papel do espaço urbano e suas características ambientais na prevenção de crimes e na sensação de insegurança gerada por eles, deve-se levar em conta o tripé de elementos sobre os quais se dá o crime. Segundo as teorias da oportunidade, num acontecimento delitivo, convertem-se, no tempo e espaço, três elementos: o autor motivado (que analisa a oportunidade), vítima ou alvo em potencial (vulnerável ao ambiente) e espaço favorável à prática criminosa, devido ausência de vigilantes naturais⁹.

A prevenção da criminalidade mediante o espaço urbano abrange um conjunto de ações cujo objetivo é diminuir a probabilidade de ocorrência de crimes de oportunidade e aumentar a sensação de segurança através das variáveis ambientais. Tais técnicas tornam-se bem

8 O desenho ambiental já fez parte de muitas iniciativas de prevenção do crime em países tais como o Reino Unido, os EUA, o Canadá, a Holanda, a Austrália e a África do Sul. No Brasil, algumas iniciativas se deram em Recife e Olinda-Pernambuco através da capacitação de planejadores urbanos.

9 COHEN, Lawrence E.; Felson, Marcus (1979). “Social Change and Crime Rate Trends: A routine activities approach”. American Sociological Review. Vol. 44. Issue 4. 588-608.

sucedidas quando ajudam a aumentar a coesão dos laços comunitários, através da participação dos cidadãos na modificação do espaço urbano e suas características ambientais.

Esta estratégia se baseia nos seguintes princípios fundamentais:

- **Promover a vigilância natural:** é essencial promover a possibilidade de “ver e ser visto” para criar ou manter um espaço seguro. A alta visibilidade de um lugar faz com que os usuários o possam controlar melhor e diminuir a possibilidade de que ocorram crimes de oportunidade.
- **Estimular o controle natural de acessos:** por meio de estratégias de aumento da visibilidade, visa incentivar o controle social sobre os acessos a um determinado espaço.
- **Estimular a confiança e a colaboração entre os moradores:** o reforço da confiança mútua e o sentimento dos moradores de pertencerem ao seu entorno estimulam o controle social exercido sobre um determinado setor, contribuindo para gerar seu cuidado e uso adequado.
- **Reforçar a identidade com o espaço público:** o reforço da identidade com o espaço público envolve a comunidade nos processos de ocupação e proteção dos espaços públicos. Desta maneira, as pessoas se apropriam dos ambientes urbanos, atuando como agentes de sua manutenção. O desenho desses lugares com participação cidadã é uma condição essencial para a comunidade, porque ajuda as pessoas a se conhecerem e aprofunda os laços comunitários.
- **Planejar em menor escala:** o tamanho de um conjunto urbano pode afetar a sensação de segurança de seus usuários. Em conjuntos de grande porte é difícil estabelecer laços comunitários profundos. Em uma escala menor, o cidadão sente que pode controlar seu espaço, que corresponde a seu tamanho pessoal, porém não deve ser esquecida a relação desse espaço com a escala maior.
- **Estimular a participação e a responsabilidade da comunidade:** implica que os moradores participem ativamente da vida social de uma comunidade.
- **Administrar adequadamente os espaços públicos:** definir formas de co-gestão de um espaço novo ou recuperado, que estabeleça programas municipais de manutenção e atividades comunitárias, é vital para que uma estratégia de prevenção seja sustentável e estimule o encontro e o uso coletivo desse espaço.

Partindo desses princípios, abordaremos a prevenção dos crimes contra o patrimônio, focando em intervenções que levem em conta os espaços públicos urbanos, entendendo que, por se tratar de ambientes de uso coletivo, a ação pelo poder público, bem como a apropriação pela comunidade, precisam se dar de forma mais intensa, contribuindo para aumentar a vigilância e neutralizar possíveis contextos de oportunidades para a ocorrência desses crimes.

3.2. Crimes Contra a Pessoa

Dentre os crimes contra a pessoa, os homicídios se destacam em função de seu impacto social. Discussões em torno dos crimes de homicídio¹⁰ têm ocorrido frequentemente a partir da idéia de que sua incidência tem sido responsável por proporções importantes de mortes por causas externas, o que coloca a necessidade de ações de prevenção a este tipo de crime na pauta de políticas públicas de segurança.

A sociologia aborda o fenômeno dos crimes de homicídios a partir de uma grande diversidade de fatores, na tentativa de identificar os elementos que tornam determinadas regiões mais vulneráveis à sua manifestação. Desta forma, observa-se que os padrões de ocorrência dos homicídios se dão em conformidade com determinadas características de natureza coletiva, como densidade demográfica, fluxos de migração, distribuição etária, étnica, incidência diferenciada entre os gêneros, entre outros. A detecção de padrões de ocorrência e de fatores causais para a ocorrência de crimes são elementos cruciais para o desenho e implementação de medidas capazes de prevenir sua manifestação e minimizar seus custos.

Muitas são as abordagens dedicadas a compreender os homicídios a partir de seus padrões de incidência nas mais diversas sociedades e espaços urbanos. Algumas delas enfatizam os limites de regulação da sociedade e as esferas públicas de mediação e resolução de conflitos¹¹. Para outras, os tipos de relação entre vítimas e ofensores definem padrões de homicídio¹², ou os homicídios ocorrem em função de subculturas criminosas ou subculturas regionais¹³.

10 Modalidade mais grave dos crimes contra a pessoa e de grande incidência em Contagem, segundo o diagnóstico da criminalidade.

11 LIMA, Renato Sérgio. Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: Uma Análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo. Dissertação mestrado, Departamento Sociologia USP, 2000.

12 GALLUP-BLACK, Adria. Tendência dos homicídios intrafamiliares nos últimos 20 anos no meio rural e urbano. *Homicide Studies*, vol.9, nº2, Maio, 2005

13 LOFTIN, Colin e MacDowall, David. Culturas regionais e padrões de homicídio. *Homicide Studies*, vol.7, nº4, Novembro, 2003

Mas as perspectivas mais freqüentes são aquelas que conferem ênfase aos elementos de natureza sociodemográfica. Essas perspectivas se apóiam no fato de que a incidência de homicídios varia conforme a idade (concentrando-se entre a população jovem¹⁴), conforme raça e gênero (atingindo principalmente homens não brancos) e, principalmente, de acordo com a configuração dos espaços urbanos (geralmente, todas as áreas marcadas por altas concentrações de homicídios são territórios caracterizados por concentração de desvantagens estruturais e sociais). O fato de homens adolescentes e jovens morrerem mais por armas de fogo do que por qualquer doença ou acidente no Brasil demonstra que o fenômeno possui características estruturais. A lógica por trás desta abordagem é a de que os homicídios não se distribuem aleatoriamente pelo território urbano. Justamente por isso, cabe ao poder público identificar as principais características estruturais associadas à sua ocorrência, na intenção de tentar desenvolver ações preventivas.

Conhecer onde os homicídios se concentram espacialmente possibilita a orientação de práticas regionalmente focalizadas sobre o problema. Além disso, análises espaciais possibilitam que se levem em consideração as condições de incidência dos crimes, para que se orientem práticas policiais cotidianas e ações de natureza preventiva¹⁵. A detecção dos padrões de ocorrência de crimes deve, portanto, anteceder todo o processo de desenho e implementação de políticas de controle.

Procuramos no presente documento levantar questões e variáveis capazes de subsidiar discussões em torno da incidência de crimes contra a pessoa, com destaque para os homicídios. O intuito foi investigar os possíveis padrões de ocorrência dos homicídios, perfis de vítimas, agressores e comunidades e conhecer sobre até que ponto os padrões encontrados para o Brasil ou para o estado de Minas Gerais aplicam-se ao município de Contagem. Tais conclusões serão úteis para que políticas públicas bem sucedidas em outras localidades possam ser adaptadas e propostas para o município.

Diagnósticos acerca das variáveis envolvidas no fenômeno são fundamentais para que possamos conhecer os mais eficientes mecanismos para o controle dos homicídios. Nesse sentido, é importante observar que os comportamentos temporais, espaciais e sociodemográficos das taxas de homicídios em Contagem apresentam similaridades importantes com os encontrados para o estado como um todo. Em ambas as áreas, os crimes

14 BREWER, Victoria E., Damphousem Kelly e Adkinson, Cary. Homicídios Urbanos e o padrão de vitimização dos jovens. *Homicide Studies*, vol.2, nº3, Agosto, 1998

15 BEATO, Cláudio Chaves. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, São Paulo, Junho de 1998

contra a pessoa apresentaram um forte crescimento entre as décadas de 1980 e 2010, concentrando-se, principalmente, em regiões de altos índices de vulnerabilidade social. Não obstante o rápido crescimento do número de homicídios consumados e tentados nos últimos anos, a população de Contagem parece reconhecer que se trata de uma violência pontual e localizada em algumas regiões da cidade.

Os bairros Industrial, Nova Contagem, Cidade Industrial e Eldorado chamam bastante a atenção com relação aos altos índices de criminalidade violenta, como homicídios e tráfico de drogas, merecendo atenção por parte dos gestores da área de segurança pública municipal de Contagem. Ao todo, apenas estes quatro bairros concentram cerca de 20% dos homicídios consumados registrados na cidade.

Diante dessas informações podemos afirmar que o município de Contagem (ao apresentar padrões detectáveis de incidência de crimes contra a pessoa e homicídios, similares àqueles apontados pela literatura e encontrados para o estado) encontra-se em condições de se submeter a políticas de controle de natureza preventiva, como aquelas já em processo de implementação em outras cidades, desde que adaptações necessárias sejam realizadas. Essas adaptações devem levar em conta as particularidades do município, referentes às suas várias organizações comunitárias, formas de mobilização de aparelhos públicos locais e disponibilidade de recursos.

3.2.1. Prevenção de Homicídios

Embora a literatura sobre homicídios seja bastante ampla, a descrição de programas de prevenção é escassa, quando comparada a outras modalidades como violência doméstica, violência na escola, etc. Aparentemente, o homicídio é visto como uma manifestação extrema de violência, estágio final numa escalada de crimes e agressões cujas raízes seriam outros crimes, que deveriam, estes sim, ser objeto de programas de prevenção, como o tráfico de drogas, a ação de gangues violentas, etc¹⁶.

No contexto internacional, exceção bastante conhecida é o programa *The Boston's Gun Project – Operation Ceasefire*¹⁷, que enfrentou o problema dos homicídios entre jovens em alguns bairros de Boston, em 1995, articulando agências públicas e da sociedade civil de diferentes setores em ações de comunicação, proteção social e justiça criminal para combater

16 SILVEIRA, Andrea Maria. 2007. Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte. Fafich/UFGM.

17 BRAGA A, Kennedy DM, Piehl AM, Waring EJ, Reducing gun violence – The Boston Gun Project's Operation Ceasefire, Washington: National Institute of Justice, 2001

o tráfico de armas, prender homicidas e ofensores contumazes, combater a ação das gangues e reduzir o medo nos bairros violentos. O programa obteve redução acentuada dos homicídios nos bairros da cidade, se transformando em fonte de inspiração para inúmeros outros municípios com problemas semelhantes através de programas como o *Reducing Gun Violence – Community Problem Solving in Atlanta*¹⁸, e o *Reducing Gun Violence – Operation Ceasefire in Los Angeles*¹⁹.

Na América Latina, algumas iniciativas também se transformaram em referência quando se trata de prevenção de homicídios. Um exemplo bastante conhecido é o programa de “Cultura Cidadã” implementado pela Prefeitura de Bogotá (Colômbia) entre 1995 e 1997. O programa constou na criação de uma circular mensal com informações sobre as atividades criminosas, implementação de uma lei seca, que proibiu a venda de álcool após uma hora da manhã, programa de desarmamento voluntário, aumento do número de Centros de Acolhida de Violência Familiar (Comissárias de Família), reforço das frentes de segurança, agrupando moradores, com a ajuda da Polícia, capacitação policial, restrições a substâncias ilegais e sensibilização da população quanto às regras de convivência por meio de “Dias da Cidadania” ou da “Comunidade”. Os resultados foram a queda da taxa de homicídios de 72 para 51 por 100.000 habitantes, a redução de homicídios relacionados à intoxicação alcoólica em 9,5% com um ano de programa e 26,7% após dois anos, e queda de 23 a 30% nos homicídios comuns nos 3 primeiros meses de campanha²⁰.

No Brasil, um dos exemplos mais conhecidos de intervenção para redução dos homicídios ocorreu na cidade de Diadema (São Paulo), onde uma série de medidas de natureza preventiva conseguiu reduzir o número de homicídios em 74% entre 1999 e 2005. O município constituiu uma Secretaria de Defesa Social em 2001, responsabilizando-a pela implementação do Plano Municipal de Segurança Pública. Estão subordinadas a esta Secretaria entidades como a Guarda Civil Municipal, o Programa Diadema Legal, o Instituto Médico Legal, a Junta do Serviço Militar, o Serviço Funerário Municipal e o Cemitério Municipal²¹.

Outro exemplo ocorreu no município de Serra (Espírito Santo), nacionalmente conhecido pelas altas taxas de homicídios. Em 2005, foi criado o fórum “Serra Cidade da

18 KELLERMAN AL, Fuqua-Whitley D, Parramore CS, *Reducing Gun Violence- Community Problem Solving in Atlanta*. Washington: National Institute of Justice, 2006.

19 TITA GE, Riley JK, Ridgeway G, Greenwood PW, *Reducing Gun Violence – Operation Ceasefire in Los Angeles*. Washington: National Institute of Justice, 2005.

20 Banco Mundial. *Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina – Um Guia de Recursos para Municípios*, 2003.

21 SILVEIRA, 2007 (Ibidem).

Paz”, entidade que reúne diversos atores sociais do município a cada 30 dias para prestação de contas das ações propostas e avaliação dos resultados. A iniciativa resultou na identificação de 120 medidas para redução da violência no município divididas em três eixos: (1) Combate à Impunidade, (2) Defesa Social e (3) Mobilização da Sociedade. Participam do Comitê Gestor do fórum as polícias Militar e Civil, a Secretaria de Defesa Social do município, a Secretaria de Planejamento, a Coordenadoria de Governo, o Gabinete do Vice-Prefeito, Secretaria da Educação e Coordenadoria de Comunicação Social, outras agências do município, representantes das comunidades, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Associação dos Empresários da Serra (ASES), o Ministério Público, o Poder Judiciário, representantes de organizações religiosas e da Câmara Municipal.

Em Belo Horizonte (Minas Gerais), um diagnóstico acerca da criminalidade apontou grande crescimento no número de homicídios entre 1998 e 2002. O estudo revelou a grande participação dos jovens com menos de 24 anos tanto como autores quanto vítimas, bem como a concentração destes eventos em aglomerados urbanos. Essas localidades mais violentas eram também as áreas de maior vulnerabilidade social²². A partir disso, foi elaborado²³ um plano de intervenção para redução dos homicídios, o Programa Fica Vivo²⁴, que contava com duas frentes de trabalho. A primeira voltada para ações de natureza repressiva ao crime, e a segunda para ações de mobilização e proteção social. A primeira centrava-se na articulação dos órgãos de justiça criminal, a fim de conferir celeridade aos processos envolvendo homicidas. A segunda visava o incremento da qualidade de vida e valorização da população local, tendo como pilares oficinas de esporte, cultura, inclusão produtiva e comunicação. O projeto piloto implementado em 2002 por um grupo de instituições parceiras (instituições públicas, privadas e comunitárias) no Aglomerado Morro das Pedras obteve valioso resultado: redução de cerca de 50% no índice de homicídios²⁵.

22 Vulnerabilidade social: dados fornecidos pela Prefeitura de Belo Horizonte. Pesquisa do IQVU (Índice de Qualidade de Vida Urbana) 1996.

23 Plano elaborado pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP).

24 Escopo do programa disponível em: <http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=283&Itemid=117>

25 CRISP. Programa Fica Vivo: Ações Simples, Resultados Efetivos. Boletim Informativo, ano 01, número 03, abril de 2003.

3.3. Cenários Institucionais da Prevenção ao Crime

Apresentamos a seguir os cenários institucionais mais frequentes das práticas preventivas da violência e criminalidade²⁶:

1) **Comunidades:** geralmente buscam prevenir a violência das gangues e o uso de drogas, prover atividades recreativas e de ocupação para os jovens, reduzir o acesso a armas de fogo, e mobilizar seus moradores para buscar recursos externos e resolver problemas internos de crime e violência;

2) **Escolas:** buscam interferir positivamente na socialização de crianças e adolescentes. Os programas focam a identificação de jovens em situação de risco. Os projetos incluem medidas de resistência ao uso de drogas, de reforço escolar e atividades culturais e recreativas após o horário escolar, oferta de tutores e mentores, treinamento de pais, mediação e resolução de conflitos, dentre outros. No Brasil, algumas iniciativas estão em curso nesse sentido, muitas com fomento do Ministério da Educação e Ministério da Justiça (“Escola Aberta”, o “Escola que Protege”, “Paz nas Escolas” etc.) e UNESCO (“Escolas de Paz”). Embora com variações entre os projetos, eles prevêm capacitação de docentes para identificação de jovens em situação de risco, como vítimas de violência doméstica, abuso e exploração sexual, trabalho precoce e degradante, *bullying*, uso de drogas, jovens com alto absenteísmo à escola, jovens envolvidos em gangues, com desempenho escolar precário e sem supervisão familiar etc. Estas iniciativas visam o acolhimento do aluno vitimizado e seu encaminhamento para as redes de proteção à criança e ao adolescente. Parte desses programas oferece oficinas de lazer, esporte, cultura e de profissionalização, utilizando a capacidade instalada da escola, inclusive nos finais de semana e fora dos horários de atividade didáticas regulares, ainda que sob a supervisão de outros atores que não professores e diretores da unidade escolar. Outras organizações não governamentais, religiosas e acadêmicas também implementam atividades (majoritariamente oficinas) no espaço da escola voltadas para jovens alunos e não alunos que vivem na comunidade.

Bastante presente no cenário brasileiro é o DARE (*Drug Abuse Resistance Education*), conhecido localmente como PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas). É implementado em todo o país através das Polícias.

26 SILVEIRA, Andrea Maria. Previnindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte, 2007. Dissertação de doutorado. FAFICH/UFMG.

3) **Famílias:** programas que têm como foco o núcleo familiar podem implementar iniciativas como, por exemplo, visitas às famílias em situação de risco para prover apoio emocional, aconselhamento, informação e vigilância, identificar necessidades de treinamento profissional e outras, particularmente dos pais. Estudos apontam que programas de prevenção que têm por alvo famílias na fase de pré-natal, pós-natal e primeira infância dos filhos apresentam melhores resultados no médio prazo no que diz respeito à criminalidade na infância, rendimento, frequência escolar e empregabilidade. Outros exemplos de programas focados nas famílias são aqueles que visam ainda oferecer abrigos para vítimas de violência doméstica.

4) **Mercado de trabalho:** toma a forma de programas de profissionalização para jovens particularmente aqueles em cumprimento de medidas socioeducativas ou em situação de risco, e programas de habilitação ou reabilitação profissional para infratores adultos, programas de primeiro emprego, programas que visam aumentar as oportunidades de emprego/trabalho principalmente nas comunidades pobres (incentivos para o desenvolvimento econômico de comunidades em situação de risco, incentivos para criação de pequenas e médias empresas por meio de programas de microcrédito e incentivos para contratação de membros de comunidades de risco).

5) **Espaços:** busca a redução das oportunidades do crime pela manipulação do ambiente físico, tal como melhoria da iluminação das ruas, instalação de câmaras de segurança, instalação de sistemas de alarme, etc. É também conhecida como Prevenção Situacional do crime.

6) **Instituições locais:** implica em políticas e programas com vários projetos intersetoriais que têm por alvo bairros ou cidades. Esse tipo de iniciativa tem sido apoiada por governos centrais e organizações internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU) através do “Programa Cidades mais Seguras” e “Programa de Gestão Urbana”²⁷. Caracteristicamente abordam vários fatores de risco e proteção, articulando e integrando ações de organizações governamentais e não governamentais. Isto pode ocorrer através de estabelecimento de parcerias para a segurança e prevenção do crime entre polícia e organizações locais.

27 MESQUITA NETO P, Assis SG, Daher M, Ricardo CM, Chasin ACM. Relatório sobre a prevenção do crime e da violência e a promoção da segurança pública no Brasil, 2004

7) **Intervenção comunitária:** tenta manipular as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade criminosa através do fortalecimento das comunidades, de projetos voltados para jovens em situação de risco, dentre outros. Os programas de aperfeiçoamento da gestão buscam maior efetividade das práticas das agências de justiça criminal e outras agências governamentais da esfera da defesa social.

Há ainda os chamados “programas abrangentes” que associam elementos dos grupos anteriores. Esses programas levam em consideração múltiplos e diversos fatores de risco e os fatores de proteção, são multidisciplinares e multisetoriais²⁸.

3.4. Ações Possíveis no Âmbito das Prefeituras Municipais

Inúmeros municípios têm percebido o potencial amplo de atuação das prefeituras mediante instrumentos que envolvem, por exemplo, a atuação de guardas municipais direcionadas à proteção patrimonial do município e ao patrulhamento preventivo; intervenções urbanísticas através de benfeitorias urbanas (iluminação, limpeza, poluição sonora, visual e ambiental); medidas para ampliar o acesso à educação, cultura, assistência social, esportes e lazer para os jovens, especialmente nas áreas de risco social; atuação em parceria com outras esferas de governo; atuação de conselhos de segurança; criação de redes comunitárias para prevenção, campanhas de mobilização, conscientização e informação cidadã contra armas, discriminação e violência; fiscalização e concessão de alvarás para estabelecimentos que têm envolvimento freqüente com crimes e contravenções (como bares, desmanches, etc.)²⁹.

A enumeração dessas propostas revela que a prefeitura tem em seu poder instrumentos eficazes para lidar com a criminalidade. A teoria criminológica moderna tem demonstrado estreita relação entre ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e a redução da criminalidade. E é justamente nas mãos do poder municipal que estão concentradas muitas das atribuições e recursos para melhorar a qualidade de vida da população. Se, por um lado, o poder público municipal se mostra limitado constitucionalmente em sua capacidade de atuação repressiva (a cargo do poder estadual), por outro, tem sob sua chancela o Plano

28 SHERMAN LW, Gottfredson D, MacKenzie D, Eck J, Reuter P. Bushway S.. Preventing Crime: What works, what doesn't, what's promising. 1997

29 KAHN, ZANETIC, 2005. O papel dos municípios na segurança pública. Estudos Criminológicos, julho/2005

Diretor e controla os serviços de limpeza urbana e fiscalização sanitária, administra escolas e postos de saúde, bem como diversos espaços para a promoção da qualidade de vida.

Em contraposição ao modelo tradicional de “segurança pública”, centrada no controle repressivo-penal do crime, surgiram novas propostas de intervenção em âmbito municipal que apresentam uma abordagem alternativa à questão da segurança, enfatizando o caráter interdisciplinar, pluriagencial e comunitário na problemática. Esse modelo alternativo defende a idéia de que a “segurança” deve deixar de ser competência exclusiva das polícias para converter-se em tema transversal do conjunto das políticas públicas municipais, uma vez que a ação policial é somente uma das formas de se abordar a segurança. Ao enfatizar a participação comunitária, por fim, ressalta-se que segurança pública é função do poder público, mas exercida em conjunto com a comunidade, tanto no planejamento como na execução de programas preventivos.

Nesse contexto, muitos municípios têm incorporado à pauta de suas agendas, ações preventivas para a segurança pública. Ainda que guardadas as devidas especificidades, a experiência na cidade de Bogotá, por exemplo, mostra como os municípios podem intervir positivamente na questão: Bogotá terminou o ano de 2002 reduzindo a menos da metade suas taxas de homicídios por cem mil habitantes em relação à década anterior. O programa “*Seguridad y Convivencia Ciudadana*” articulou simultaneamente programas na área de justiça e polícia, com desenvolvimento tecnológico de comunicação e bases de dados policiais. Ademais, projetos focalizados de prevenção ao crime e incremento de políticas sociais para grupos vulneráveis, juntamente com ações visando à recuperação de espaços públicos foram implementados. Outros investimentos com o objetivo de fortalecer o sistema de justiça e reformas das instituições policiais foram desenvolvidos. Em Bogotá, a grande articuladora desse extenso programa foi a prefeitura municipal. E os resultados, além de evidentemente reduzirem a criminalidade, significaram, também, a melhoria do capital social das comunidades e das condições socioambientais da cidade³⁰.

No contexto nacional, outras iniciativas também merecem destaque a exemplo do município de Diadema³¹, que reduziu significativamente os índices de criminalidade através de projetos preventivos, especialmente com relação aos jovens: profissionalização, acesso à cultura, lazer e esportes, bem como através da presença de inúmeros programas de

30 SOUZA, Robson Sávio Reis. O município e a segurança pública, 2007. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/artigos/o-municipio-e-a-seguranca-publica>>

31 KAHN, ZANETIC, 2005. O papel dos municípios na segurança pública. Estudos Criminológicos, julho/2005. P.53-55.

atendimento às vítimas e programas ligados à cidadania e a melhorias da qualidade de vida. Cabe observar que foram priorizados os investimentos em políticas sociais, em detrimento das ações meramente reativas e repressivas, habitualmente utilizadas no enfrentamento ao crime. Ou seja, se for certo que o problema da criminalidade não se esgotará e não se resolverá em curto prazo apenas com o aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal, então a esfera municipal poderá ser uma forte aliada no esforço de prevenir o crime.

IV - Diagnóstico dos padrões de criminalidade

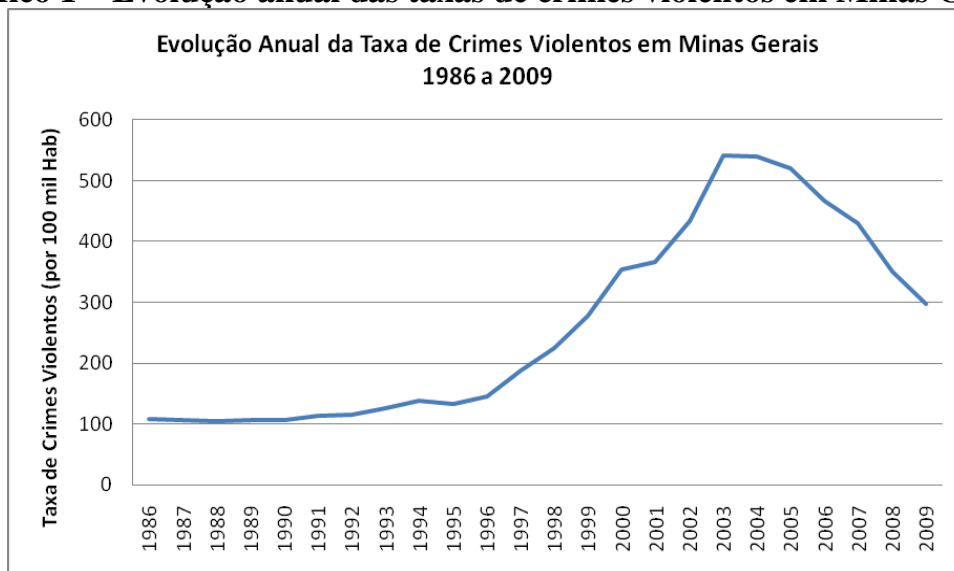
No intuito de contextualizar as possíveis formas de intervenção a serem implementadas pelo poder municipal em Contagem, a presente seção buscará oferecer uma visão geral da criminalidade violenta na cidade. São classificados como crimes violentos, os crimes de homicídio, homicídio tentado, estupro, roubo, roubo a mão armada, roubo de veículos, roubo de veículos a mão armada e sequestro. A prioridade dada à compreensão desses crimes deve-se à seriedade com que têm sido considerados pelo público em geral, uma vez que percebidos como uma ameaça aos direitos fundamentais à vida e à propriedade, bem como à qualidade e bem estar social nas cidades.

Como resultado, a definição e classificação desses tipos de crimes tornam-se mais acuradas e mais precisas do que os outros tipos de delitos que, ao contrário, estão sujeitos a mecanismos interpretativos e organizacionais de classificação. Além disso, o grau de importância e a urgência dada à solução dos problemas de criminalidade violenta por parte dos cidadãos têm tornado essa questão não apenas um problema policial, mas de políticas públicas mais abrangentes. Por isso tem crescido a demanda por diagnósticos mais detalhados sobre o fenômeno do crime, seus padrões de distribuição temporal e geográfica bem como das condições sociodemográficas que possam estar contribuindo para o aumento da insegurança nas cidades.

O crescimento da ocorrência de crimes tem sido tema central nas discussões públicas no Brasil. Em Minas Gerais, os anos de 1986 a 1995 representaram uma década de estabilidade no número de crimes violentos. A média anual destes delitos variou em torno de 18 mil ocorrências, com taxas próximas a 100 ocorrências por 100 mil habitantes. No entanto, a partir de 1996, observa-se um forte crescimento no número anual destes delitos. Em 2003, pico da série histórica contemplada aqui, registrou-se uma taxa superior a 500 crimes violentos por cada grupo de 100 mil habitantes, o que corresponde a um aumento de mais de 400% em menos de uma década. Observa-se também, no entanto, que a partir de 2004 essa

mesma taxa de crimes violentos tem sido caracterizada por um decréscimo progressivo, o qual já em 2009 apresentou uma taxa de 296.9 crimes violentos por 100 mil habitantes, significativamente inferior à diagnosticada cinco anos antes. O gráfico a seguir explicita essa progressão.

Gráfico 1 – Evolução anual das taxas de crimes violentos em Minas Gerais



Fonte: Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais 2009/ Fundação João Pinheiro

O crescimento da criminalidade violenta observada a partir da figura anterior não reflete uma realidade que possa ser generalizada para todo o Estado de Minas Gerais. Historicamente, pesquisadores têm notado a importância de se observar a distribuição espacial dos delitos (Quetelet, 1984; Guerry, 1833; Durkheim, 2000). De acordo com estes estudos, existe uma forte associação entre fatores de ordem sociodemográfica e incidentes criminais. Deste modo, o crime tende a se concentrar naqueles locais que apresentam características específicas que podem contribuir para sua ocorrência.

Na França, por exemplo, Quetelet (1984) observou que as regiões mais populosas e os centros comerciais concentravam uma maior quantidade de crimes contra o patrimônio. Por outro lado, as agressões e violências relacionadas a pessoas se concentravam, mais notadamente, no interior do país. Neste sentido, a criminalidade violenta possuía “nichos” específicos que não eram comuns em toda a região.

No início do século XX, muitos pesquisadores encontraram na ciência da ecologia a explicação para a distribuição dos delitos. Para eles, assim como animais e plantas se adaptam para viverem em determinados locais, a criminalidade violenta seguia um padrão semelhante,

ou seja, os delitos ocorriam em maior proporção naquelas cidades ou bairros com certas características que favoreciam sua ocorrência. Essa lógica acabou sendo chamada de “Ecologia Social” do crime. Em seu influente trabalho, Shaw e Mckay (1942), seguindo a tradição da ecologia social, mostraram que havia um padrão recorrente de delinquência juvenil no interior das grandes cidades norte americanas no sentido de que os centros urbanos eram mais violentos e, na medida em que se distanciavam desta área, as taxas de delinquência tendiam a diminuir drasticamente.

Outros autores analisaram, por meio de conceitos como o de "espaço defensivo", as circunstâncias físicas e ambientais imediatas relacionadas com a incidência de delitos criminais (Newman, 1972). Muitos destes têm discutido com intensidade a importância da geografia do crime (Brantingham e Brantingham, 1981) nas estratégias de policiamento e no combate à criminalidade (Evans, 1995; Murray, 1995; Eck, 1997). Existem importantes trabalhos que procuram relacionar a incidência de crimes com a estrutura socioeconômica de estados-nação (Messner, 1980), regiões (Loftin e Hill, 1974) e áreas metropolitanas (Blau e Blau, 1982).

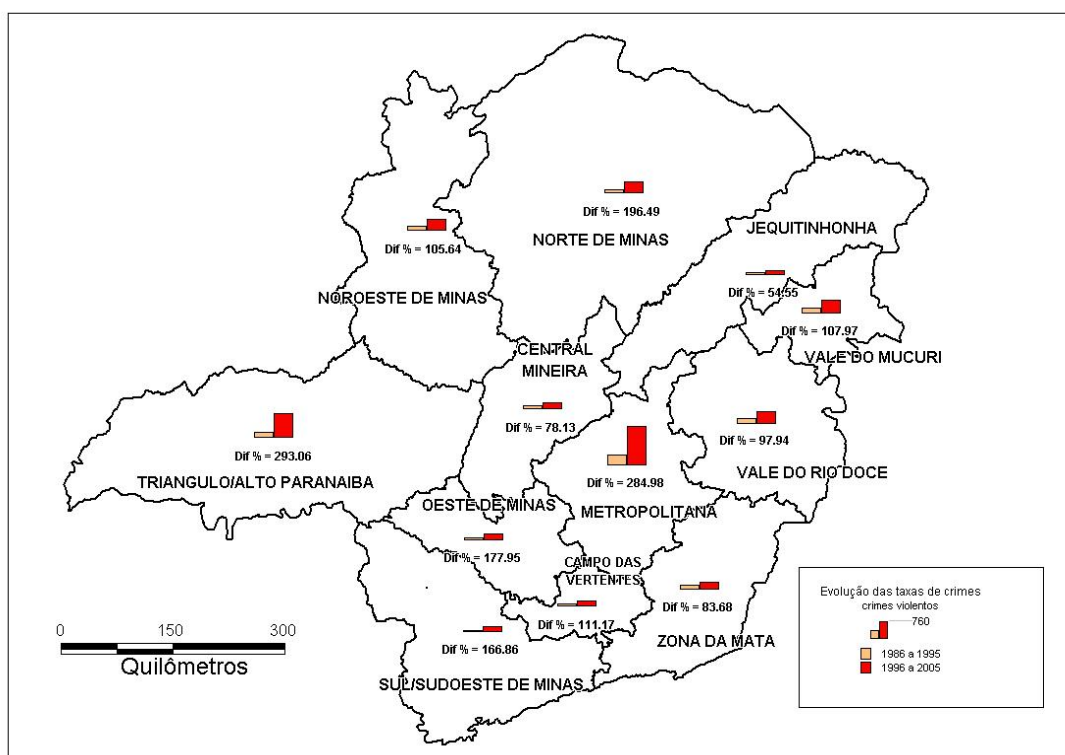
Mais recentemente, Claudio Beato (1998) discutiu a importância da utilização dos mapas de crimes para uma melhor compreensão dos fenômenos da criminalidade, cuja visão se desloca do criminoso para o delito propriamente dito. Segundo este autor, isto significa uma análise dos processos de tomada de decisão por parte dos criminosos relativos à escolha dos locais e alvos viáveis para a realização de determinados tipos de crimes. Em seu trabalho, usando informações georreferenciadas para o estado de Minas Gerais, Beato aponta para a necessidade de se avaliarem os aspectos sociodemográficos e de oportunidades que caracterizam as principais regiões do Estado e que, por sua vez, explicariam as diferenças regionais em termos de criminalidade violenta. Neste sentido, rodovias, fronteiras, centros comerciais, indústrias seriam importantes fatores a serem observados como mecanismos de “atração de crimes”.

O mapeamento da criminalidade ajudaria, portanto, a compreender como se dá e onde ocorreu o maior crescimento no número de crimes violentos. Enquanto a análise temporal apontaria para uma tendência de crescimento da criminalidade no Estado de Minas Gerais, os mapas auxiliam na identificação de áreas prioritárias para a implementação de políticas públicas de segurança específicas para cada região. No mapa seguinte, por exemplo, observa-se a evolução das taxas de crimes violentos nas diversas Mesorregiões do Estado de Minas Gerais, comparando dois períodos bem distintos: a década de estabilidade observada entre os

anos de 1986 a 1995 e o período de forte crescimento das taxas de crimes entre os anos de 1996 a 2005. Neste mapa, verifica-se que a região Metropolitana e o Triângulo Mineiro apresentaram um forte crescimento das taxas de crimes violentos em Minas Gerais. Em outras regiões, este crescimento foi praticamente inexpressivo, como a região da Zona da Mata, Jequitinhonha e Sul / Sudoeste de Minas.

De uma maneira geral, houve crescimento das taxas de crimes violentos em todo o Estado, mas as maiores diferenças ocorreram na região Metropolitana e no Triângulo Mineiro, onde os valores superaram 280% de crescimento entre os dois períodos estudados.

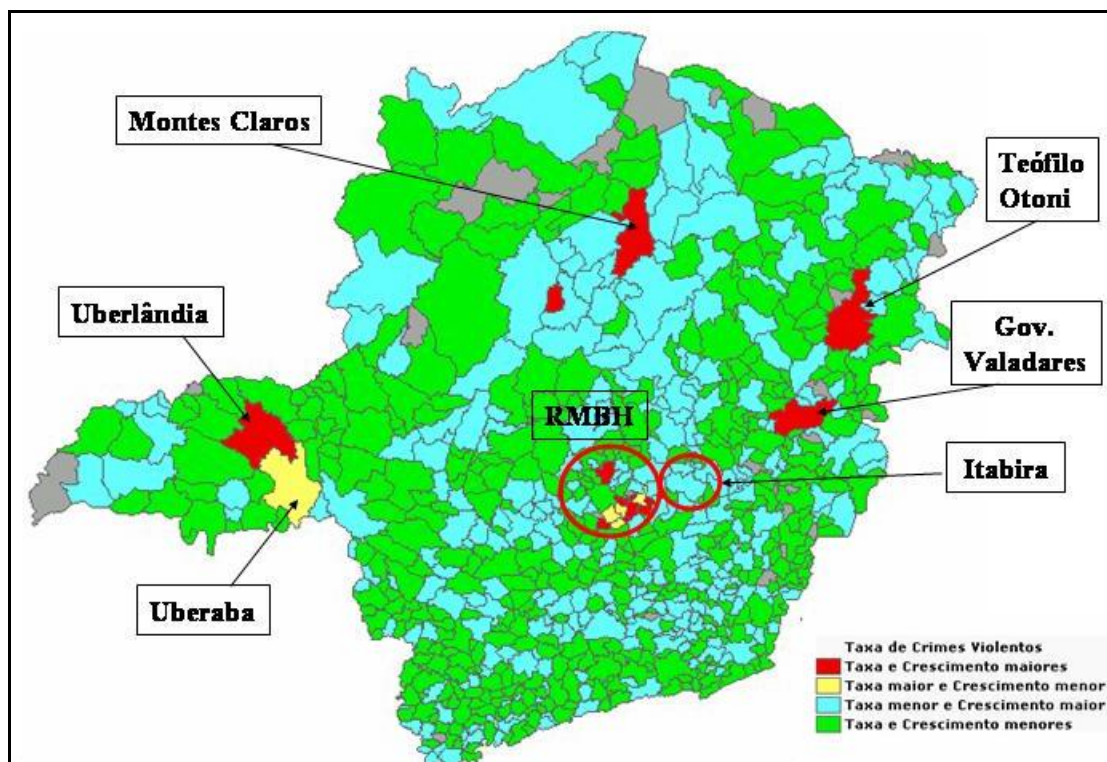
Mapa 1 – Taxas de Crimes Violentos em Minas Gerais



Análises como estas indicam uma forma diferente de tratar o problema da criminalidade violenta, uma vez que, além de certificar que a violência urbana é um problema urgente, mostra que é preciso reconhecer onde este problema é mais eminente para que se possa atuar de forma mais objetiva, minimizando custos e potencializando as ações dos atores envolvidos em todo o Sistema de Justiça Criminal (VARGAS, 2006). Neste caso, esforços deveriam ser concentrados em todo o Estado, mas de maneira mais intensa nas duas mesorregiões em que o crescimento quase triplicou em apenas 10 anos.

Considerando um período mais recente, entre os anos de 2003 a 2005, por exemplo, a taxa de crimes violentos em Minas Gerais foi de 542,27 delitos registrados para cada grupo de 100 mil habitantes. A maior parte dos municípios mineiros possui taxas menores que a média estadual e até mesmo um padrão de crescimento inferior àquele observado em Minas. Por outro lado, os municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e alguns municípios pólo, como são os casos de Uberlândia, Montes Claros e Governador Valadares, merecem destaque por terem apresentado taxas e crescimento superiores à média do estado. Tamanho da população, urbanização, proximidade com importantes rodovias e fronteira com outros estados seriam fatores que certamente explicariam grande parte da criminalidade registrada nestes locais.

Mapa 2 – Áreas prioritárias em Segurança Pública

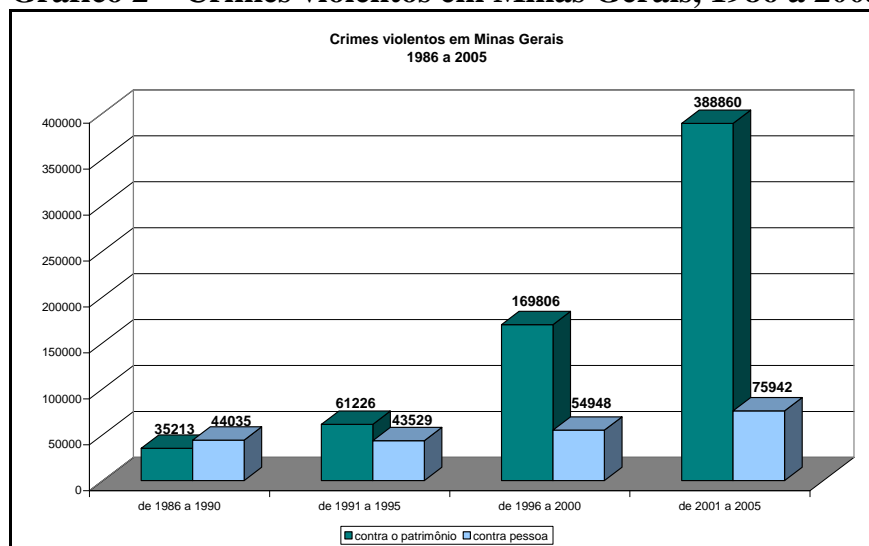


Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais / CRISP

Da mesma forma como a criminalidade não apresentou um crescimento homogêneo em todo o Estado, isto é, algumas cidades foram responsáveis pelo forte incremento anual de crimes violentos, foram os crimes contra o patrimônio que se destacaram dentro do conjunto dos delitos que compõem os crimes violentos tratados neste relatório. Ao se analisar a figura seguinte, referente ao número absoluto de crimes violentos registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais, ao longo das duas últimas décadas no Estado, verifica-se que os crimes contra o

patrimônio expressavam menos incidentes entre os anos de 1986 a 1995, comparado aos crimes contra pessoa. A partir de 1991, esta modalidade criminosa passa a compor cada vez mais o quantitativo dos crimes violentos, de maneira que nos últimos 05 anos os crimes contra patrimônio chegam a representar 83% dos crimes violentos registrados pela Polícia Militar.

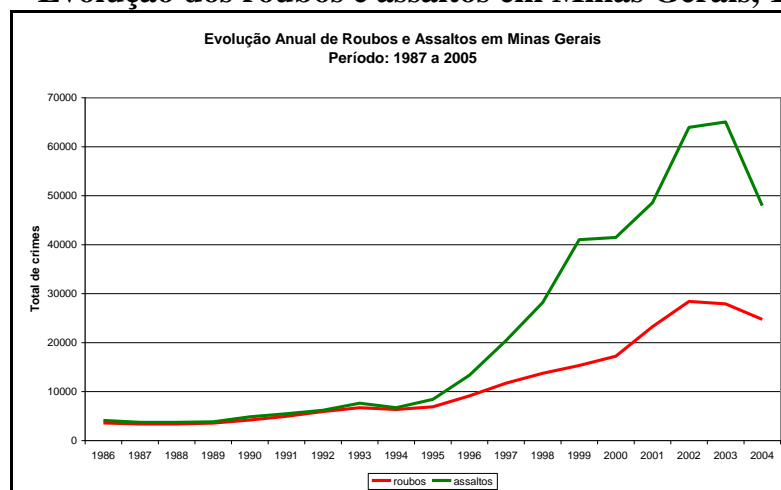
Gráfico 2 – Crimes violentos em Minas Gerais, 1986 a 2005



Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais / CRISP

Roubos e assaltos, de uma maneira geral, compreendem os crimes contra o patrimônio que tanto aumentaram a incidência da criminalidade em todo o Estado. Residências, veículos, cargas e objetos pessoais são os alvos mais comuns destes tipos de crimes, mas o que se deve destacar é a crescente utilização da arma de fogo para se cometer os delitos. De acordo com a classificação da Polícia Militar do Estado, o que difere a natureza de um crime entre roubo e assalto é a utilização de arma de fogo nos crimes de assalto. Durante os primeiros anos analisados, 1986 a 1995, a proporção destes crimes é muito semelhante, igual a 50%. A partir de 1996, há um incremento na modalidade de crimes cometidos com a utilização de armas de fogo em Minas Gerais, de maneira que no ano de 2003 esta diferença chega a três assaltos para cada roubo registrado no Estado.

Gráfico 3 – Evolução dos roubos e assaltos em Minas Gerais, 1987 a 2005



Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais / CRISP

4.1. A Criminalidade Violenta em Contagem

Conforme mencionado anteriormente, entre os anos de 2008 e 2009, a média de crimes violentos em Minas Gerais foi 323,45 por 100 mil habitantes. Neste mesmo período, Contagem apresentou taxa muito superior à estadual, com a mesma média igual a 1.232,45 crimes violentos por 100 mil habitantes³², o que corresponde a valor quase quatro vezes maior ao do estado. Cabe lembrar aqui que se trata de uma taxa, de modo que ela é calculada proporcionalmente às respectivas populações de Contagem e de Minas Gerais, o que possibilita comparações entre essas diferentes unidades espaciais, dado que possuem populações significativamente diferenciadas.

Gráfico 4 – Evolução anual das taxas de crimes violentos em Contagem e Minas Gerais, 2008 a 2010



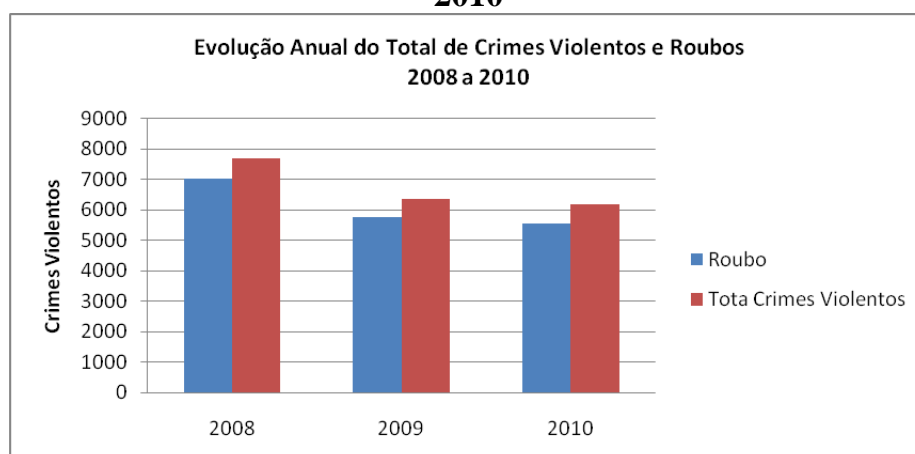
Fonte: REDS/ Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais 2009/ Fundação João Pinheiro

³² Taxa calculada com base em estimativa da população para os anos de 2008 e 2009 a partir dos dados das populações coletadas pelo censo de 2000 e 2010 (IBGE 2010).

Dentre os crimes violentos, aqueles que se destacam por sua proporção são os roubos, em suas diversas classificações³³, os quais correspondem, entre os anos de 2008 e 2010, a aproximadamente 80% do total de todos os crimes violentos registrados pelas polícias.

Dos 22.952 crimes constatados, 18.373 são roubos. Apesar disso, demonstram os dados que também os roubos, assim como os crimes violentos como um todo, têm apresentado uma tendência de decréscimo de ocorrências desde o início do período estudado até a presente data, com uma redução, entre 2008 e 2010, já de aproximadamente 20% nos registros com essa natureza.

Gráfico 5 – Evolução do total de crimes violentos e roubos em Contagem, 2008 a 2010



Fonte: REDS/ Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais 2009/ Fundação João Pinheiro

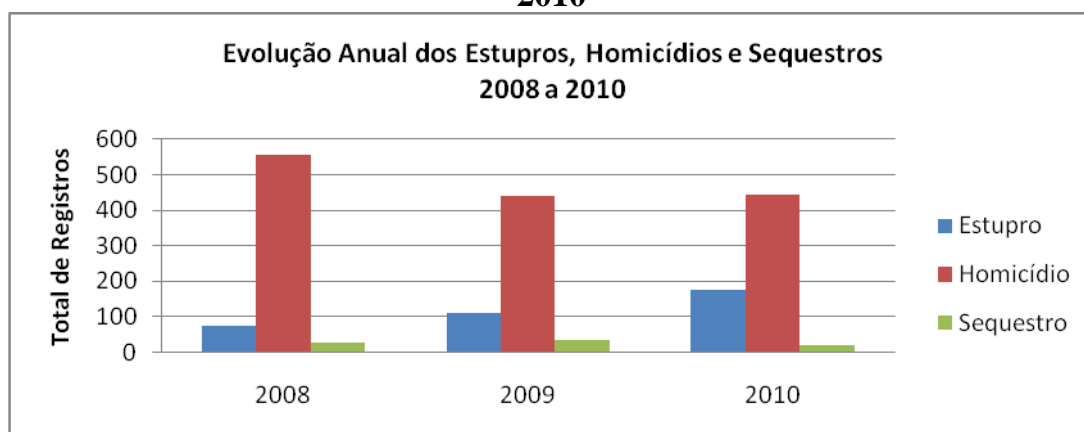
A análise mais detalhada dos outros crimes violentos, que não os roubos, mostra que esses têm comportamentos diferenciados, ou possivelmente independentes das ocorrências antes descritas, de modo que nem sempre o decréscimo se estabeleceu enquanto tendência. Excetuando-se os roubos, categorizam-se aqui, enquanto crimes violentos passíveis de análise, os estupros, homicídios e sequestros (tentados ou consumados). Cada qual, como apresenta a tabela a seguir, apresentou comportamento diferenciado na progressão entre os anos de 2008 e 2010.

Os estupros, ao contrário dos roubos e do total de crimes violentos, vêm progressivamente aumentando, partindo de 73 registros em 2008 para 176 em 2010, o que

³³ Roubo à mão armada (assaltos) e roubo.

corresponde a acréscimo superior a 140%. Já os homicídios demonstram ter comportamento de queda entre 2008 e 2009, seguida por uma relativa estabilização entre o último ano e 2010, quando atinge o patamar de 443 ocorrências registradas. Por fim, os sequestros, apesar de apresentarem quantidade muito inferior a dos outros crimes violentos, se mantêm quase sempre próximo a 30 ocorrências por ano, e possuem padrão muito semelhante ao dos homicídios, ou seja, de acréscimo entre 2008 e 2009, seguida por um decréscimo nos registros, chegando ao valor total de 22 sequestros em 2010. Todas essas ocorrências, bem como outras às quais cabe maior análise, serão mais profundamente descritas nas seções a seguir, devidamente categorizadas entre crimes contra pessoa e patrimônio.

Gráfico 6 – Evolução dos estupros, homicídios e seqüestros em Contagem, 2008 a 2010



Fonte: REDS

V – Crimes Contra o Patrimônio em Contagem

Uma distinção crucial para a criminologia é a que se dá entre “criminalidade” e “crime”. Esta distinção reconhece que as motivações e a propensão para se cometer crimes entre alguns indivíduos é um dos elementos essenciais para a ocorrência de delitos. À conjugação entre a motivação e a propensão para se cometer crimes denominamos de “criminalidade”. O outro conceito tem a ver com o evento em si mesmo e com a probabilidade dele ocorrer no tempo e no espaço. Essa situação é denominada “crime”. A criminalidade relaciona-se com os determinantes socioeconômicos e psicológicos que predispõem alguns grupos de pessoas, mais que outras, ao cometimento de crimes. Crime relaciona-se com aspectos como oportunidade, vigilância e contexto social.

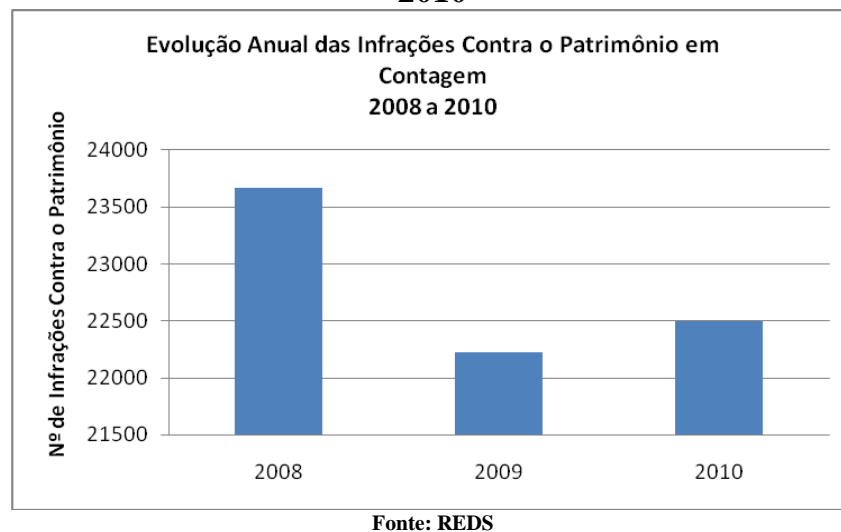
No que tange aos crimes contra o patrimônio³⁴, é fato reconhecido que esta predisposição presente em alguns grupos de indivíduos, embora seja condição necessária, não é suficiente para que esses tipos de eventos de crimes ocorram. Esses delitos dizem respeito a fatores de oportunidade, habilidade para ação, vigilância e contexto social que influenciam a ocorrência ou não de delitos dessa natureza. É sobre estes fatores que as organizações policiais e as esferas do poder público podem influenciar (BEATO, 1999).

A abordagem teórica que está por trás desta argumentação se baseia nas teorias de oportunidades criminais que realçam o relacionamento simbiótico entre atividades convencionais e atividades criminosas. O pressuposto fundamental que sublinha esta abordagem está no fato de que o criminoso exerce algum grau de racionalidade quando seleciona sua vítima ou alvo de crime. Embora essa “racionalidade criminal” seja constrangida por limites de tempo, de habilidade, e de avaliação do nível de informação sobre o alvo, assume-se que no processo de seleção de um alvo ou vítima específica, o criminoso leva em consideração o alto valor subjetivo ou visível do potencial alvo ou vítima e o baixo custo de se cometer o crime. A partir do momento em que o indivíduo decide se engajar no crime, um amplo aparato de características da vítima/alvo e de fatores situacionais é calculado para influenciar o processo de seleção do alvo ou vítima (CORNISH e CLARKE, 1986).

O município de Contagem apresenta, desde 2008, um decréscimo relativo nos registros de infrações contra o patrimônio nos bancos de dados policiais, tendendo quase à estabilização, com variações que beiram apenas um ponto percentual entre os anos contemplados na série. Foram registrados 68.378 crimes contra o patrimônio entre 2008 e 2010 em Contagem, dos quais 22.494 se concentraram em 2010, o que corresponde a uma taxa de 3.730 a cada 100.000 habitantes. A título de elucidação, essa taxa representa o mesmo que afirmar que 3,73% sofreu algum crime classificado como “contra o patrimônio”, apenas em 2010.

³⁴ Cabe destacar que os crimes contra o patrimônio são uma modalidade de delito que, em sua maioria, são cometidos por motivações econômicas.

Gráfico 7 – Evolução anual dos crimes contra o patrimônio em Contagem, 2008 a 2010



Classificados principalmente por conta da sua motivação, na qual o agressor busca obter algum ganho de ordem financeira ou material, observa-se que crimes contra o patrimônio são, agregados, quase duas vezes mais comuns do que os crimes contra a pessoa. Além disso, o somatório dessas duas categorias de infrações explicita que uma população de 603.048 indivíduos, registrada pelo IBGE no Censo de 2010, foi vitimada mais de 100 mil vezes entre 2008 e 2010, o que corresponde a mais de um sexto de todos os habitantes desse município.

Tabela 1 - Frequência absoluta dos Crimes Contra o Patrimônio e Pessoa em Contagem – 2008 a 2010

Infração	Frequência	Percentual
Contra Pessoa	37878	35,65%
Contra o Patrimônio	68378	64,35%
Total	106256	100,00%

Fonte: REDS

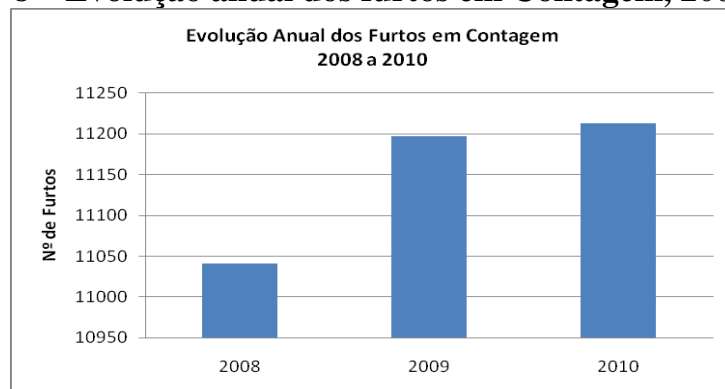
5.1. Furtos em Contagem

Para a Polícia Militar, instituição que disponibilizou os dados utilizados nas análises seguintes, os furtos são definidos como delitos de pequena monta, praticados sem uso da força ou violência física no qual a vítima toma conhecimento do bem furtado em algum momento posterior ao cometimento do crime. Do ponto de vista de políticas públicas de segurança, as teorias da oportunidade do crime oferecem muitas possibilidades de se analisar a incidência dos delitos contra o patrimônio bem como ações voltadas à sua prevenção.

Teorias da oportunidade são assim denominadas porque focam suas análises para o “ambiente de oportunidades” no qual ocorrem os crimes, sem que se alterem às motivações ou predisposições no âmbito individual, mecanismos sobre os quais o acesso de políticas públicas focalizadas é menor. Neste sentido, as causas da criminalidade (leia-se, crimes contra o patrimônio) estão no seu contexto de oportunidades, assim como o antigo provérbio: “a ocasião faz o ladrão”.

A análise da figura a seguir permite verificar a evolução dos registros de furtos na cidade de Contagem entre os anos de 2008 a 2010. Como se observa, a incidência anual destes delitos apresenta uma tendência geral de crescimento, mais acentuado entre os dois primeiros anos da série, e menos entre os dois últimos. Apesar do aumento, há de se observar que esse se deu de forma bastante amena, com variações próximas a 1% entre os anos do período contemplado na análise, de modo que é possível constatar relativa estabilidade na quantidade absoluta de furtos entre 2008 e 2010. No entanto, apesar de constante, observa-se que a quantidade de furtos em Contagem é excessivamente alta dada a quantidade de habitantes no município. A título de ilustração desta proporção, demonstram os dados que em 2010, quando a população era de 603.014 habitantes (Censo IBGE, 2010), houve 11.213 furtos, isso contabilizando apenas aqueles devidamente registrados pela polícia, o que corresponde a uma taxa de 1859,4 ocorrências a cada 100 mil habitantes. Além disso, considerando as ocorrências dos três anos contemplados pela análise, estima-se que um morador que tenha vivido em Contagem por todo esse período tenha tido uma probabilidade superior a 5% de ter sido vítima de furto, valor esse, como já constatado, muito alto.

Gráfico 8 – Evolução anual dos furtos em Contagem, 2008 a 2010



Fonte: REDS

Grande parte dos furtos acontece dentro das casas, locais estes que concentram 12,4% das ocorrências. Transeuntes, automóveis e diversos tipos de comércios são outras modalidades bastante comuns de ocorrência de furtos.

Além disso, constata-se que essas categorias de vítimas, tipificadas pela própria polícia, correspondem sozinhas a mais de 40% dentre todas no que se refere a alvo de eventos de furto. Desta forma, é identificado que existem alvos preferenciais para cometimento deste tipo de delito. A tabela a seguir indica os principais tipos de furtos registrados na cidade entre 2008 e 2010.

Tabela 2 – Local de Ocorrência de Furtos

Vítima	Frequência	Percentual
Casa	4152	12,41
Transeunte	1751	5,23
Automóvel	1651	4,94
Outros Comércios	1354	4,05
Condutor de Veículo	1008	3,01
Loja Diversa	525	1,57
Restaurante	503	1,50
Supermercado	480	1,43
Shopping	447	1,34
Apartamento	428	1,28
Outras Residências	368	1,10
Outras Indústrias	325	0,97
Escola Municipal	270	0,81
Posto de Combustível	266	0,80
Total	13528	40,44

Fonte: REDS

O padrão observado para estes crimes pode ser analisado a partir do que Felson e Clarke (1986) chamaram de princípios norteadores da Teoria das Oportunidades, a saber:

- Uma das causas da criminalidade está nas oportunidades;
- Cada tipo específico de crime demanda oportunidades específicas;
- O contexto de oportunidade deve ser pensando sob o ponto de vista espaço-temporal;

- A oportunidade para se cometer um crime irá depender das atividades diárias de rotina do ofensor;
- Um crime produz oportunidade para outro crime;
- Alguns produtos (alvos) oferecem maior oportunidade para o crime;
- Mudanças sociais, tecnológicas e ambientais têm efeito direto sobre as oportunidades para o crime;
- A prevenção do crime dependerá da redução das oportunidades;
- A redução das oportunidades pode, ocasionalmente, gerar deslocamento espaço-temporal da criminalidade e;
- Reduções específicas da criminalidade podem produzir grandes declínios na criminalidade.

A partir dos princípios destacados anteriormente, iremos discutir os padrões espaciais e temporais dos crimes contra o patrimônio na cidade de Contagem, observados entre os meses de Agosto de 2005 a Dezembro de 2006 e levantarmos possíveis explicações para as distintas situações observadas no município de Contagem.

5.1.1. Padrões Espaciais do crime de Furto em Contagem

No gráfico a seguir, as diversas linhas representam distintos dias da semana, os quais registram ocorrências de furtos ao longo das horas do dia, representada pelo eixo horizontal.

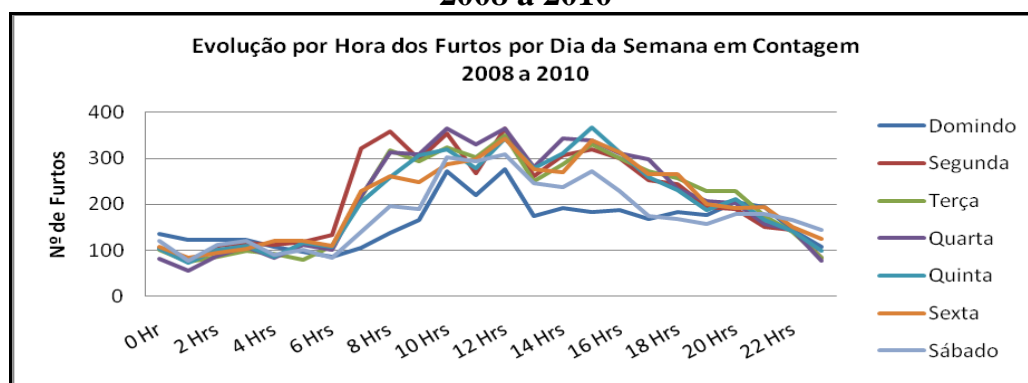
O período de maior incidência de furtos, independente do dia da semana, é entre as seis horas da manhã e as quatro da tarde, a partir daí inicia-se um progressivo decréscimo que se mantém até as zero hora e permanece até as seis da manhã, quando se inicia o novo ciclo.

Finais de semana, sobretudo os domingos, apresentam uma quantidade um pouco menor de furto do que outros dias, com picos mais amenos vistos no gráfico. Já os outros dias da semana, apresentam variações muito sutis, de modo que tendem a seguir o mesmo padrão de ocorrência de furtos ao longo das horas que os contemplam. Esta modalidade de crime se dá, na maioria das vezes, nas ruas das cidades, quando a vítima não percebe a ação do criminoso.

Os dados sobre os dias e horários mais frequentes de registro dos crimes contra o patrimônio em Contagem reforçam a tese de que a elevada incidência de furtos pode ser explicada pelo contexto de oportunidade. Nos dias comerciais e durante a tarde, em geral, as cidades estão mais “movimentadas”, as pessoas circulam com maior frequência nas ruas, portanto, com um grau de exposição maior.

Esta maior circulação de pessoas oferece um ambiente com um maior número disponível de vítimas para este tipo de crime e, do lado do ofensor, um ambiente de maior anonimato. Por fim, este contexto de vulnerabilidade para as vítimas e de indistinção para o criminoso explicaria a elevada incidência de furtos em Contagem.

Gráfico 9 – Evolução dos furtos em Contagem segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010



Fonte: REDS

Distribuídos por bairros, os furtos se concentram principalmente no bairro Eldorado, localidade que registra mais de 10% de todos os registros dessa natureza criminal entre 2007 e 2010, com um total de 2.135 furtos, mais do que o dobro do segundo colocado na lista a seguir, o bairro Industrial, com 1.014 ocorrências.

Além desses, chama também atenção para alta proporção de ocorrências que não tiveram sua localidade cadastrada, sinal de que, no que concerne ao referenciamento geográfico dos furtos, é necessário investimentos na infraestrutura dos bancos e cadastros. A

seguir, a tabela explicita todos os bairros que registraram número de furtos superior a 250 no período analisado.

Tabela 3 - Furto por bairro Contagem – 2008 a 2010³⁵

Bairro	Frequência	Percentual
Eldorado	2135	11,16
Não Cadastrado	1571	8,21
Industrial	1014	5,30
Cidade Industrial	908	4,75
Novo Riacho	818	4,27
Jardim Industrial	751	3,92
Novo Eldorado	748	3,91
Inconfidentes	656	3,43
Jardim Riacho das Pedras	534	2,79
Amazonas	489	2,56
Riacho das Pedras	488	2,55
Santa Cruz Industrial	409	2,14
Gloria	400	2,09
Fonte Grande	319	1,67
Novo Progresso Primeira Seção	302	1,58
Centro	263	1,37
Conjunto Água Branca	253	1,32
Total	12058	63,02

Fonte: REDS

O contexto de oportunidade deve ser pensando sob o ponto de vista espaço-temporal. Neste sentido, é importante conhecer, além dos dias e horários em que mais ocorrem furtos na cidade de Contagem, os locais (bairros e ruas) onde estes crimes se concentram.

As figuras a seguir representam duas maneiras distintas de se analisar a incidência espacial de furtos no município. A partir delas, permite-se a identificação dos “*hot spots*” (zonas quentes) de furtos. Nestes mapas, quanto mais intenso e próximo do vermelho, maior é a concentração espacial de furtos em Contagem.

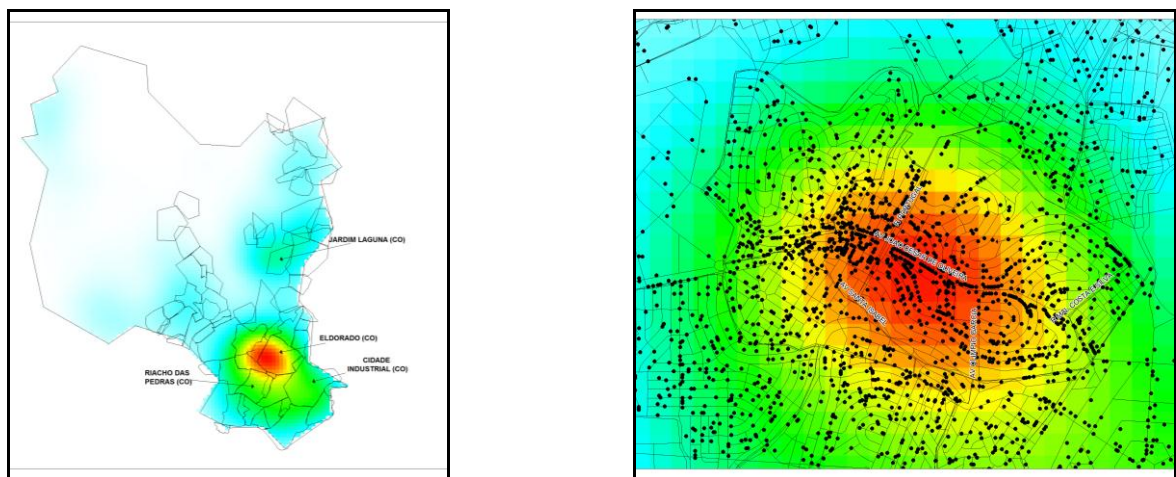
Verifica-se uma forte concentração espacial na região sul do município que compreende, sobretudo, o bairro Eldorado, com relevância, também, nos bairros vizinhos a este, Santa Cruz Industrial, Jardim Califórnia, Riacho das Pedras, Jardim Vera Cruz e Cidade Industrial.

³⁵ Em destaque, os bairros contemplados pelo programa PRONASCI.

De modo geral, os registros de furtos comprovam sua incidência em praticamente toda a cidade, no entanto, as ruas situadas nas mediações dos bairros citados anteriormente concentram uma maior proporção de furtos que, por certo, são cometidos naqueles dias e horários destacados a partir do gráfico analisado anteriormente.

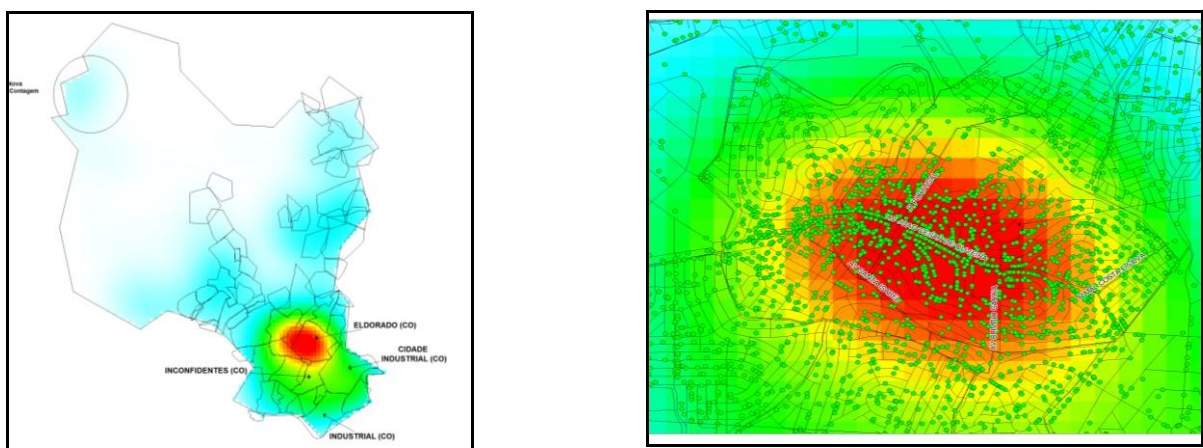
Um olhar mais detalhado sobre esta “mancha” de furtos identificada no mapa mostra que os crimes ocorrem frequentemente ao longo da Av. João Cesar de Oliveira, desde o Bairro Glória até Cidade Industrial. Vale a pena ainda destacar a incidência espacial de furtos nas ruas Felisberta Francisa de Carvalho, Madre Margherita Fontanaresa, Rua dos Jesuítas, Rua Norberto Mayer.

Mapa 3 – Concentração Espacial de Furtos em Contagem - 2008



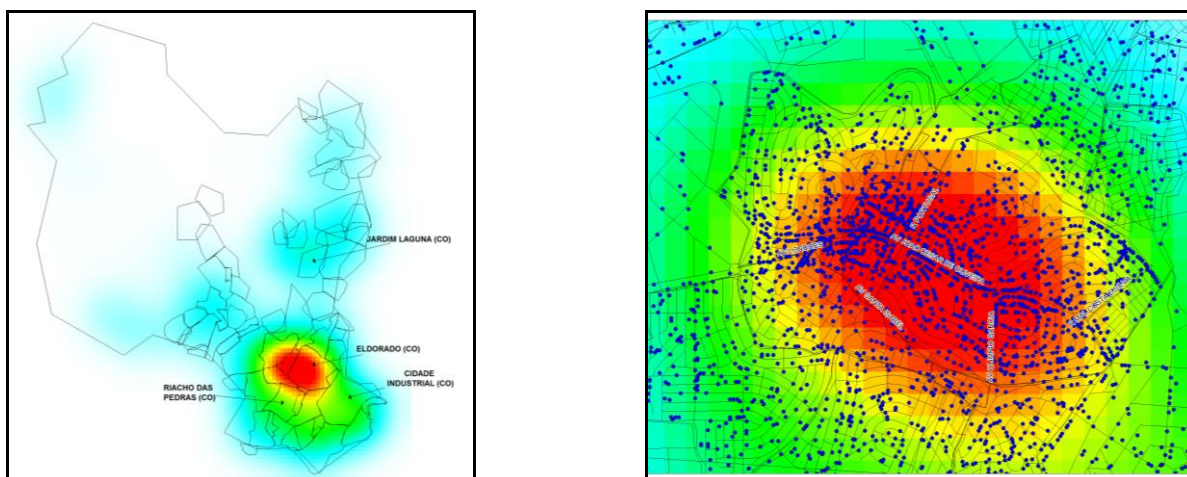
Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 4 – Concentração Espacial de Furtos em Contagem - 2009



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 5 – Concentração Espacial de Furtos em Contagem - 2010



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

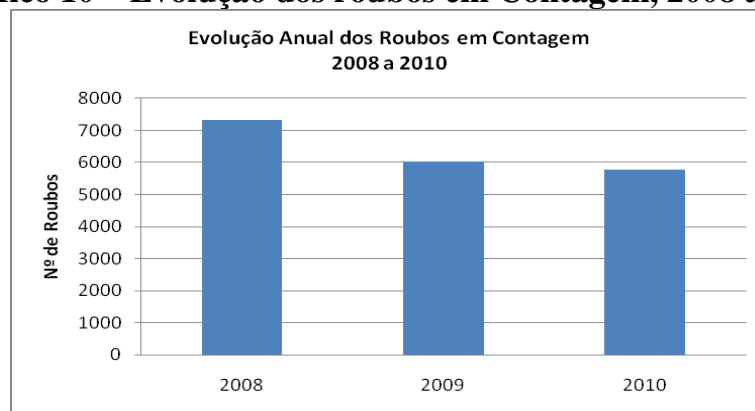
5.2. Roubos em Contagem

Crimes de roubos são delitos que necessitam do uso ou da ameaça de uso da força física ou do uso ou da ameaça de uso de armas de fogo para o seu cometimento. Pensar este tipo de crime remete a pensar em um processo de seleção do alvo em um determinado contexto socioespacial. Existem talvez duas possíveis explicações para este fato: a primeira é a de que a motivação do criminoso é parcialmente causada por uma ausência de limitações externas e físicas. As intenções de se cometer um crime podem ser traduzidas como ações em que há pessoas ou objetos desejáveis para vitimização, associadas a “uma ausência de restrições físicas, tal como a presença de outras pessoas ou objetos que inibam ou sejam percebidas como inibidores, do sucesso do cometimento do crime” (COHEN e LAND, 1987: p. 51). A segunda vertente explicativa é a de que os criminosos em potencial assumem escolhas próprias e racionais na seleção dos seus alvos, ponderando, de maneira mais ou menos lógica, a relação custo/benefício de sua ação.

Como se observa no gráfico seguinte, o município de Contagem apresenta uma redução progressiva na quantidade de roubos a partir de 2008. São 7.316 ocorrências registradas neste ano, contra 5.783 durante todo o ano de 2010, o que corresponde a uma redução total superior a 25%, a qual é bastante acentuada dado o curto período analisado. No entanto, assim como para os furtos vistos anteriormente, também os roubos, apesar da redução, mantêm um patamar muito alto de ocorrências, com uma taxa por 100 mil habitantes igual a 959, o que possibilita afirmar que o número de vitimizações atingiu quase 1% da população, só durante

aquele ano. Dessa forma, mesmo que a tendência de decréscimo nas ocorrências permaneça no mesmo ritmo, serão ainda alguns anos para que ela alcance patamar considerado razoável.

Gráfico 10 – Evolução dos roubos em Contagem, 2008 a 2010



Fonte: REDS

O crime de roubo/assalto é um tipo de delito em que a seleção do alvo é uma variável muito importante. Esse processo leva em consideração pelo menos uma das três condições seguintes: a) grande proximidade ou exposição mais freqüente a criminosos motivados (proximidade vítima-criminoso); b) maior atratividade dos alvos em potencial, na medida em que se oferecem como uma melhor opção para o cometimento do crime (recompensa); ou c) maior atratividade enquanto facilidade, na medida em que são mais acessíveis ou têm pouca proteção contra uma possível vitimização (ausência de capacidade de proteção) (HOUGH, 1987).

O valor dessa perspectiva teórica para políticas de prevenção à criminalidade contra o patrimônio no município de Contagem está no fato de que diferenças nos aspectos de proximidade a criminosos em potencial, presente em um contexto social facilitador para o cometimento do crime, podem explicar diferenças no risco de ser roubado ou assaltado em determinadas áreas da cidade, ou seja, no risco de ser escolhido como um alvo em potencial. Um aspecto fundamental para entender a ocorrência de crimes dessa natureza é que eles acontecem em um contexto social, em um ambiente físico e social em que há uma convergência de vítimas e criminosos no tempo e no espaço. Ou seja, aspectos do contexto social podem influenciar fortemente o risco e o fato de se tornar uma vítima de crimes economicamente motivados.

Ambientes com a presença de fatores como heterogeneidade e densidade populacional, grande mobilidade residencial, e baixo poder aquisitivo são identificados com forças facilitadoras para o cometimento de crime, na medida em que elas aumentam o conflito

cultural, reduzem os recursos econômicos, ou dificultam o desenvolvimento de mecanismos efetivos de controle social (SAMPSON e GROVES, 1989).

Pensar políticas públicas de prevenção à criminalidade deve levar em consideração aspectos como proximidade a criminosos em potencial, capacidade de proteção e aspectos estruturais de contexto social.

Na tabela a seguir, estão discriminados os grupos com maior concentração de vítimas de roubos entre os anos de 2008 e 2010, considerando apenas aqueles que apresentaram número maior a 100 ocorrências no período.

Fica claro que as principais vítimas são os transeuntes, que sozinhos representaram quase 40% de todas as ocorrências de roubos em Contagem no período analisado. Seguido desses, com uma larga distância, estão os automóveis (6,44%), postos de combustível (3,80%), padarias (2,93%), casas (1,82%) e etc.

Além disso, outra informação relevante remete-se ao fato de que apenas 12, dentre uma série de tipos de vítimas em potencial concentram mais do que 60% dos roubos no município, de modo que é possível inferir que tendem aqueles que cometem roubos a escolherem quase sempre alvos muito semelhantes, havendo, portanto, certo foco de atuação criminal.

Tabela 4 - Principais Vítimas de Roubos em Contagem – 2008 a 2010

Vitima	Frequência	Percentual
Transeunte	7108	37,15%
Automóvel	1232	6,44%
Posto de Combustível	728	3,80%
Padaria	560	2,93%
Casa	349	1,82%
Restaurante	326	1,70%
Ônibus Coletivo	315	1,65%
Motocicleta	257	1,34%
Supermercado	245	1,28%
Loja Diversa	230	1,20%
Farmácia	144	0,75%
Veículo de Entrega	143	0,75%
Total	11637	60,82%

Fonte: REDS

Uma possível associação entre contexto social e políticas públicas de combate à criminalidade está no fato de algumas áreas geográficas ou contextos aumentarem as oportunidades criminais, como, por exemplo, áreas com altos níveis de atividade pública, consumo de bens portáteis valiosos, ou baixos níveis de proteção física e social.

Áreas geográficas com alta concentração e circulação de pessoas (e de criminosos em potencial) podem gerar uma grande estrutura de oportunidades criminais para todos seus transeuntes e residentes, independente de seus níveis de atratividade e de capacidade de proteção, fazendo todos susceptíveis à vitimização criminal.

Sob esta perspectiva, o cometimento de crimes, sobretudo contra o patrimônio, pode variar de acordo com características do contexto social de uma região. Quando analisamos mais detidamente o crime de roubo cometido com o uso da arma de fogo é perceptível como o ambiente físico exerce grande influência para a ocorrência do crime. Essa natureza de crime é marcadamente concentrada em horários onde existem pessoas em trânsito pelas ruas, mas não em grande quantidade.

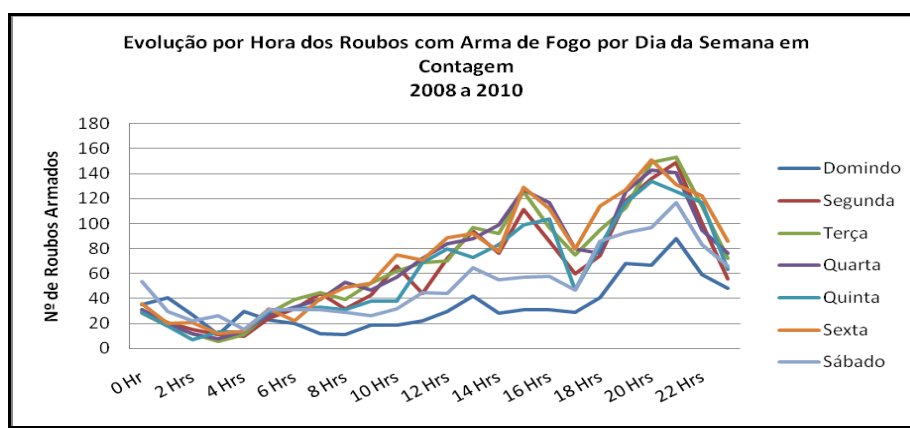
Independente do dia da semana, observa-se um número reduzido de roubos a mão armada durante as madrugadas. O primeiro pico deste tipo de crime só ocorre próximo às 16 horas. A partir de então, muito provavelmente em decorrência do grande número de indivíduos em trânsito, os roubos a mão armada diminuem em quantidade, sobretudo às 18 horas, para então novamente se acentuarem até atingir ao segundo pico, próximo às 20 horas.

No que se refere à distribuição desses roubos entre os dias da semana, constata-se que quase todos, exceto nos finais de semana, se assemelham muito tanto em quantidade quanto em comportamento dos roubos, de modo que suas respectivas representações quase se confundem no gráfico a seguir. Sábados e domingos se distinguem deste padrão na medida em que apresentam um número menor de ocorrências (porém, na mesma faixa horária).

Há de se ressaltar que, apesar de a madrugada ser o período do dia que apresenta menor quantidade absoluta de roubos a mão armada, é justamente nesta faixa horária em que haverá o maior risco de que transeuntes venham a ser vitimizados. Isso ocorre porque é também nesses horários que existe a menor quantidade de pessoas em trânsito.

Este fato, aliado à proeminência dos pedestres enquanto vítimas de roubo, indica que uma menor frequência absoluta de roubos pode corresponder a uma maior taxa de vitimização, dado a menor quantidade dos mesmos durante tal período do dia.

Gráfico 11 – Evolução dos roubos com arma de fogo em Contagem, segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010



Fonte: REDS

O bairro Eldorado concentra o maior número de registros, mais de 12% do total de Contagem.

A lista a seguir expõe, de forma decrescente, quais os bairros em que se fazem mais comuns os crimes de roubo, limitando apenas aqueles que registraram mais de 250 ocorrências. A semelhança dessa lista com a exposta anteriormente dos furtos é notável. Também nesta lista são apresentados os roubos que, por razão ou outra, não foram cadastrados os endereços, o que empobreceu as informações geográficas desse crime, e correspondeu a mais de 10% de todos os registros deste tipo de crime.

Tabela 5 – Roubo por bairro em Contagem – 2008 a 2010

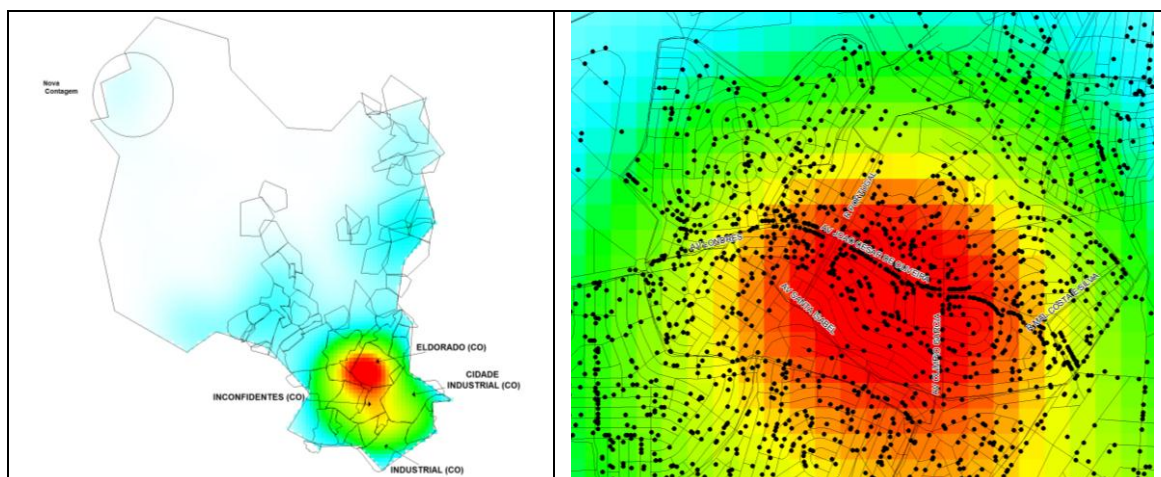
Bairro	Frequência	Percentual
Eldorado	4000	11,96%
Não Cadastrado	3412	10,20%
Jardim Industrial	1645	4,92%
Cidade Industrial	1342	4,01%
Novo Eldorado	1302	3,89%
Industrial	1185	3,54%
Novo Riacho	1116	3,34%
Gloria	1096	3,28%
Inconfidentes	1040	3,11%
Santa Cruz Industrial	887	2,65%
Jardim Riacho das Pedras	835	2,50%
Riacho das Pedras	755	2,26%
CEASA	724	2,16%
Amazonas	603	1,80%
Centro	502	1,50%
Fonte Grande	438	1,31%
Cinco	429	1,28%
Nova Contagem	386	1,15%
Nacional	371	1,11%
Novo Progresso Primeira Seção	359	1,07%
Água Branca	315	0,94%
Kennedy	296	0,88%
Arvoredo	293	0,88%
Petrolândia	274	0,82%
Bandeirantes	266	0,80%
Flamengo	262	0,78%
Tropical	261	0,78%
São Joaquim	252	0,75%
Total	24646	73,68%

Fonte: REDS

Quando verificamos a distribuição espacial dos crimes de roubo no município de Contagem, percebemos a concentração deste delito na mesma área em que foram identificados os “hot spots” de furtos. Estas áreas possuem avenidas largas e muitas ruas vicinais, características que facilitam o cometimento desse tipo de crime.

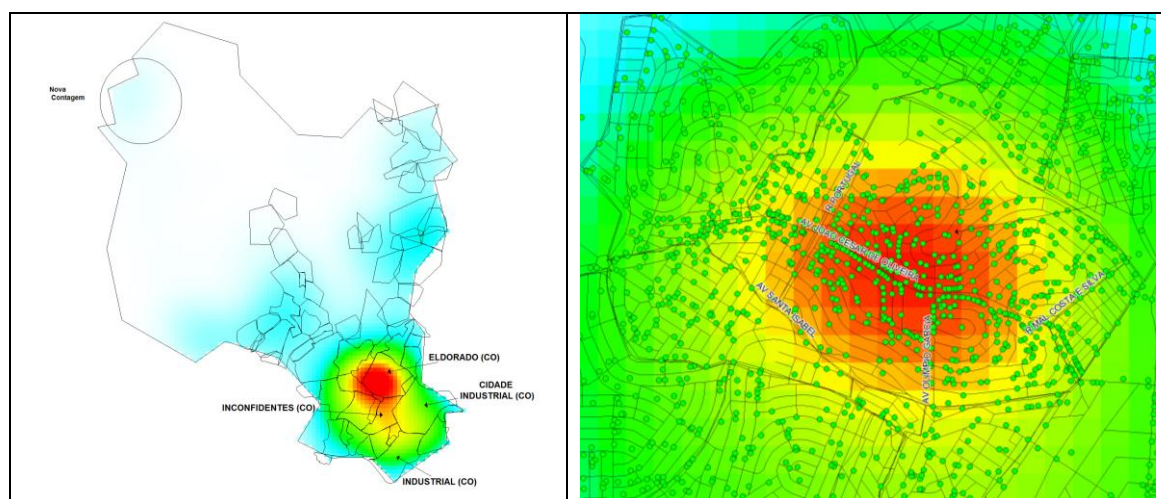
Como verificamos, esta natureza de crime é preponderantemente realizada à noite e durante a madrugada no município de Contagem. Uma possível explicação do padrão encontrado para os roubos pode ser devido ao fato dessas vias de trânsito servirem como rota de fuga para os potenciais criminosos e por se caracterizarem por uma elevada concentração de comércio.

Mapa 6 – Concentração Espacial de Roubos em Contagem - 2008



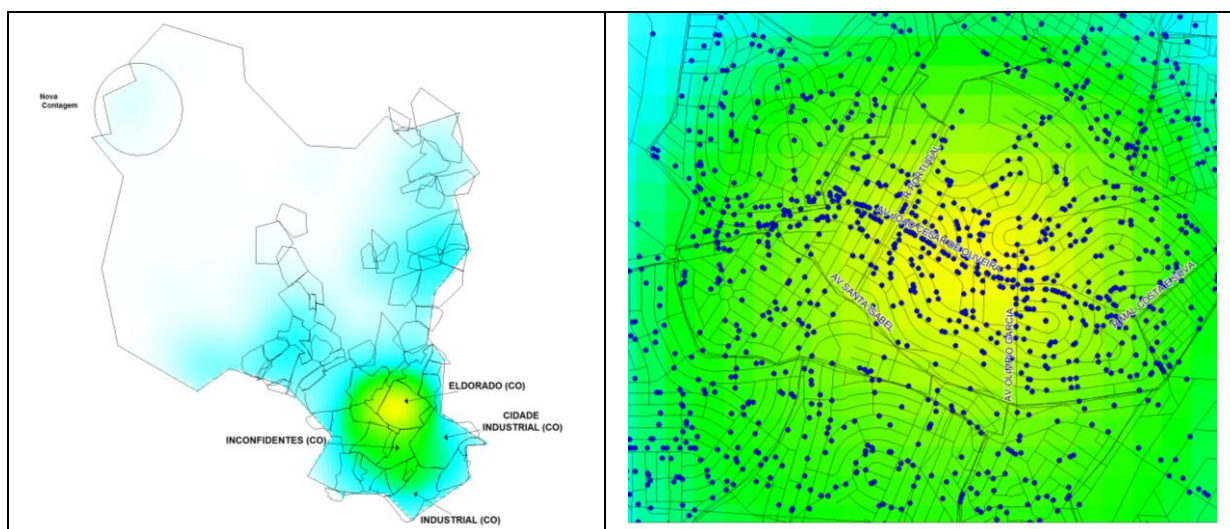
Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 7– Concentração Espacial de Roubos em Contagem - 2009



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 8 – Concentração Espacial de Roubos em Contagem - 2010



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

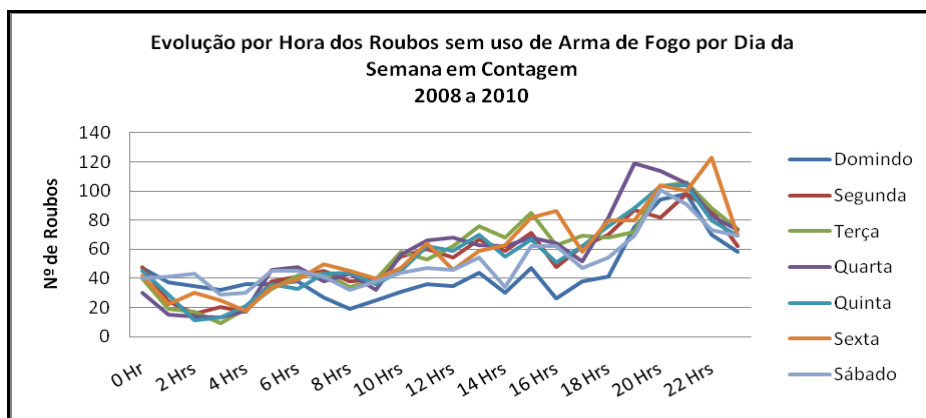
Todas as áreas com grande concentração de crimes contra o patrimônio têm a mesma configuração espacial. Regiões caracterizadas por grandes avenidas e vias vicinais, além de possuírem uma grande concentração de estabelecimentos comerciais.

Algumas abordagens teóricas apontam para uma possível associação entre contexto social e cometimento de crime. Segundo essa abordagem algumas áreas geográficas ou contextos socioambientais aumentam as oportunidades criminais (CORNISH e CLARKE, 1986; MIETHE, 1990). No tocante a Contagem, essa perspectiva teórica parece fazer sentido nas análises das áreas com grande concentração de roubos. É provável que esses sejam crimes que acontecem em locais com pequena circulação de pessoas e que marcadamente facilitam fugas de possíveis criminosos.

O crime de roubo em Contagem segue padrão muito semelhante ao encontrado para os roubos cometidos com uso de arma de fogo. Apesar de serem crimes de menor montante se comparados com os praticados com uso da arma de fogo, em geral acontecem no fim da noite e meio da tarde, sobretudo durante os dias da semana.

Há uma menor incidência observada durante as madrugadas e aos domingos, apesar de haver semelhança superior entre os dias da semana e os finais de semana para os roubos sem uso de armas de fogo do que para as ocorrências registradas com uso de tal instrumento.

Gráfico 12 – Evolução dos roubos sem uso de arma de fogo em Contagem segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010



Fonte: REDS

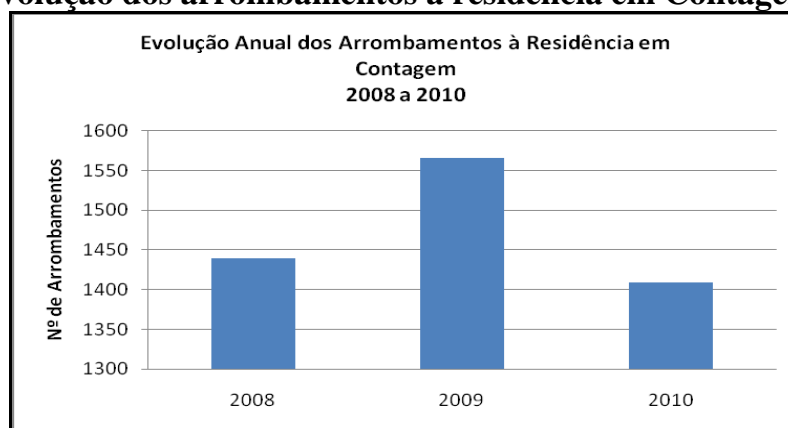
Alguns estudos mostram que tanto o roubo quanto o roubo a mão armada (assaltos) tendem a acontecer com o mesmo padrão (CRISP, 2001). Essa situação corrobora a perspectiva teórica apresentada neste diagnóstico. Existem aspectos estruturais nessas áreas que funcionam como facilitadores para o cometimento de crimes, sobretudo contra o patrimônio.

5.3. Arrombamentos a Residência em Contagem

Arrombamentos a residência constituem casos específicos de furtos, e caracterizam-se pela “entrada forçada” em residências, no momento em que não há nenhum morador presente, segundo a definição da Polícia Militar.

A evolução anual desses arrombamentos, dentro da série disponibilizada pelas polícias, explicita relativa estabilidade na ocorrência desses crimes entre 2008 e 2010, com variações que tangem os 10% entre os anos (com pico em 2009), mas que, ao final, permanece em patamar quase igual ao do ano de 2008, primeiro ano analisado.

Gráfico 13 – Evolução dos arrombamentos a residência em Contagem, 2008 a 2010



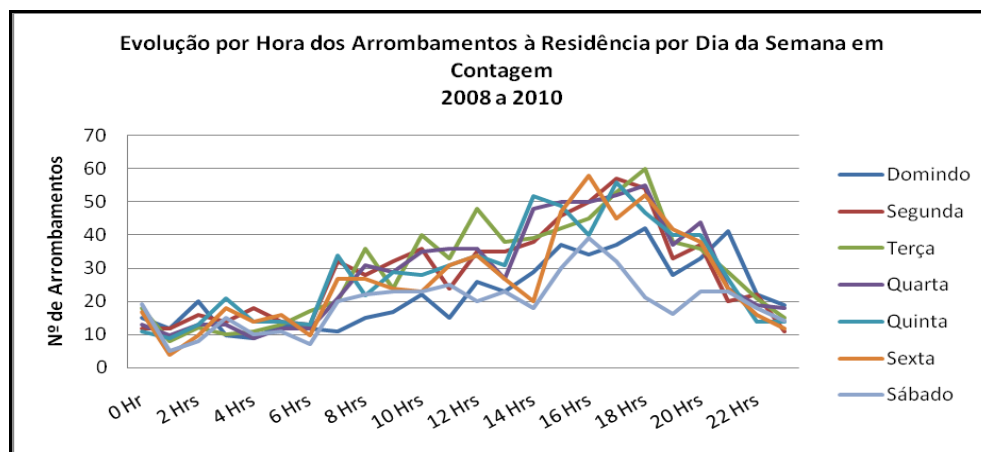
Fonte: REDS

Os arrombamentos a residência, modalidade de crime cuja ação, de uma maneira geral, depende da vulnerabilidade dos alvos, das residências, apresentam uma elevada incidência aos domingos, por volta das 18 horas, conforme os dados disponibilizados pela Polícia Militar de Minas Gerais.

As residências são freqüentemente mais invadidas por criminosos entre as 16 e 19 horas, nos dias úteis da semana, os quais tendem a ter uma incidência igual dessa modalidade criminal.

Sábados e domingos se destacam por serem dias com menor número de invasões à residência, permanecendo o pico de ocorrências ao final da tarde, mas com esses postos de forma significativamente mais amena.

Gráfico 14 – Evolução dos arrombamentos a residência em Contagem segundo horário e dia da semana, 2008 a 2010



Fonte: REDS

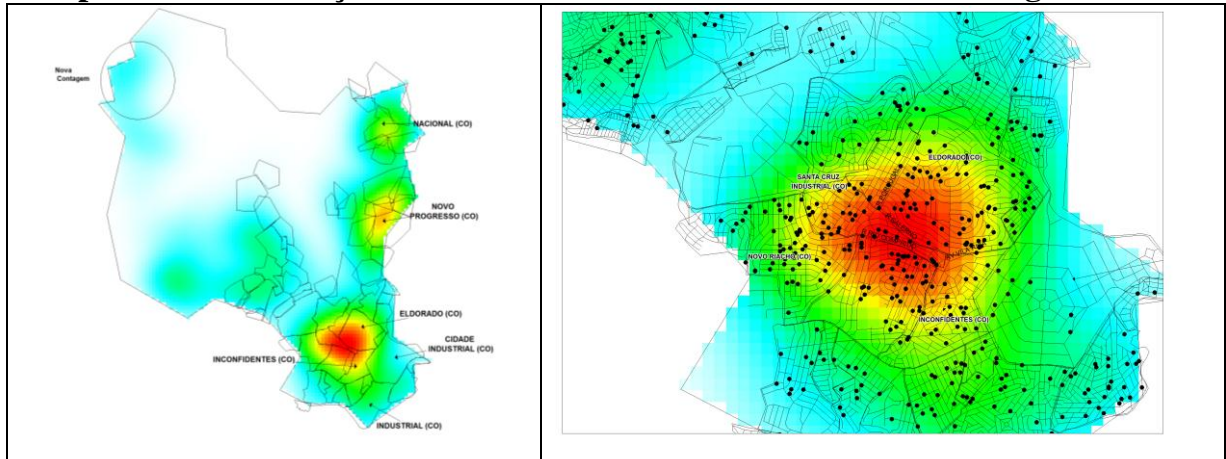
Do ponto de vista espacial, algumas áreas na cidade de Contagem se destacam pela alta concentração de arrombamentos a residência, com ênfase maior na região centro-sul, onde se localizam os bairros Eldorado, Inconfidentes e Cidade Industrial.

As figuras a seguir permitem a visualização da concentração espacial de arrombamentos a residência ao longo dos anos de 2008, 2009 e 2010, bem como a respectiva focalização da principal área com maior concentração.

É interessante observar o quanto este tipo de delito se comporta espacialmente estável ao longo dos três anos analisados.

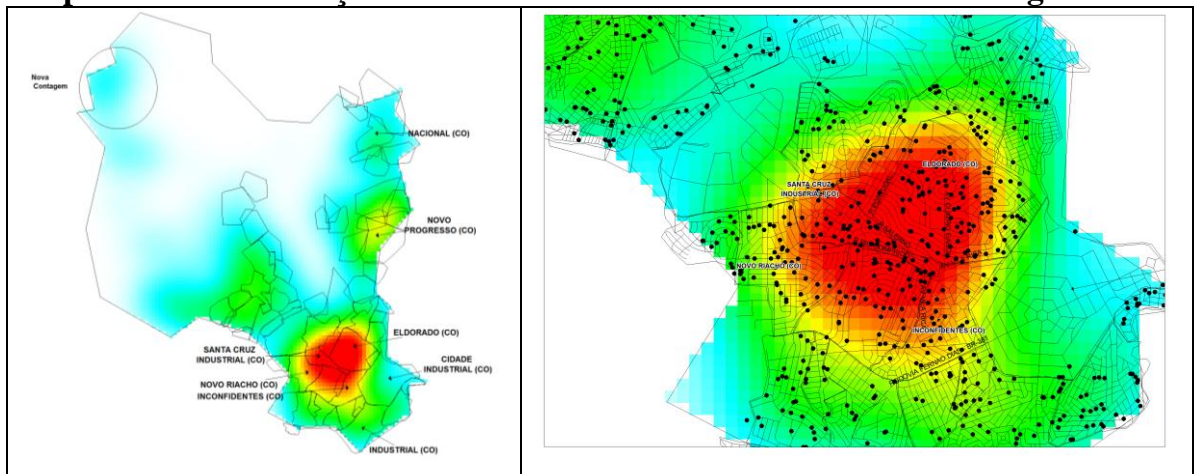
O trecho que se localiza entre a Avenida José Faria da Rocha, no bairro Eldorado, até a Avenida Francisco Firmo de Matos, no bairro Santa Cruz Industrial, é onde mais incidem as ocorrências deste delito. Também chama atenção a concentração de crimes entre as ruas Rio Branco e Teodoro Fernandes dos Santos, no Jardim Califórnia.

Mapa 9 – Concentração de Arrombamentos a Residência em Contagem - 2008



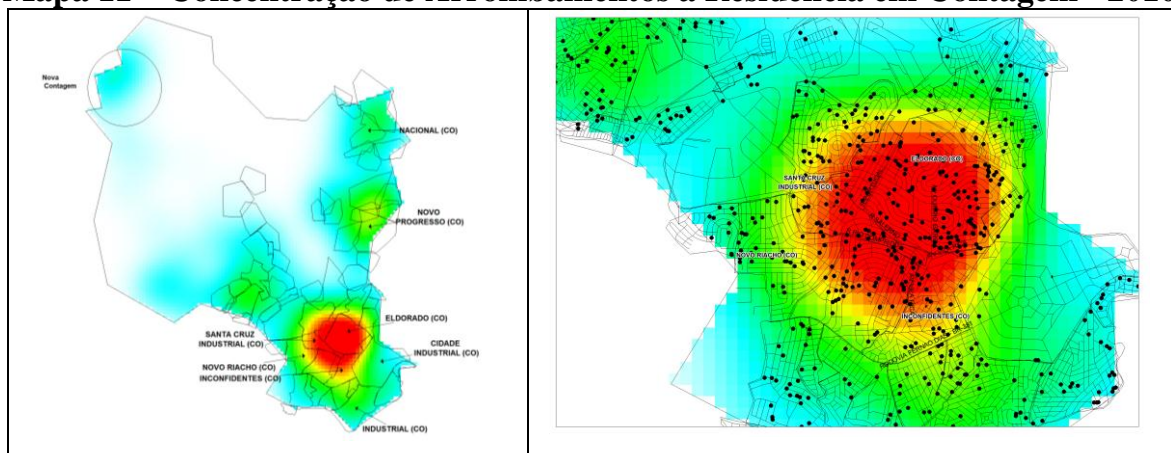
Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 10 – Concentração de Arrombamentos a Residência em Contagem - 2009



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 11 – Concentração de Arrombamentos a Residência em Contagem - 2010



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 12 – Região do Bairro Jardim Califórnia com elevada concentração de arrombamentos a Residência – 2008/2009/2010



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

VI - Crimes Contra a Pessoa

6.1. Padrões e Natureza dos Dados

Destituir um ser humano da vida, matar alguém, constitui homicídio, atitude criminosa na maior parte das culturas e contextos sociais conhecidos. O homicídio é o crime que mais fortemente mobiliza a sociedade em torno de seus valores morais e éticos. O artigo 121 do Código Penal Brasileiro define homicídio simples – ou o *caput* deste artigo - como “matar alguém”, e distingue o homicídio culposo e o homicídio doloso. De acordo com tal distinção, o homicídio do tipo culposo é decorrente de imprudência, negligência ou imperícia, e doloso nos casos em que o agente deliberadamente produziu a morte de outro ser humano. Ainda de acordo com o Código Penal Brasileiro, o homicídio qualificado ocorre “I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.” (Código Penal Brasileiro, 1940).

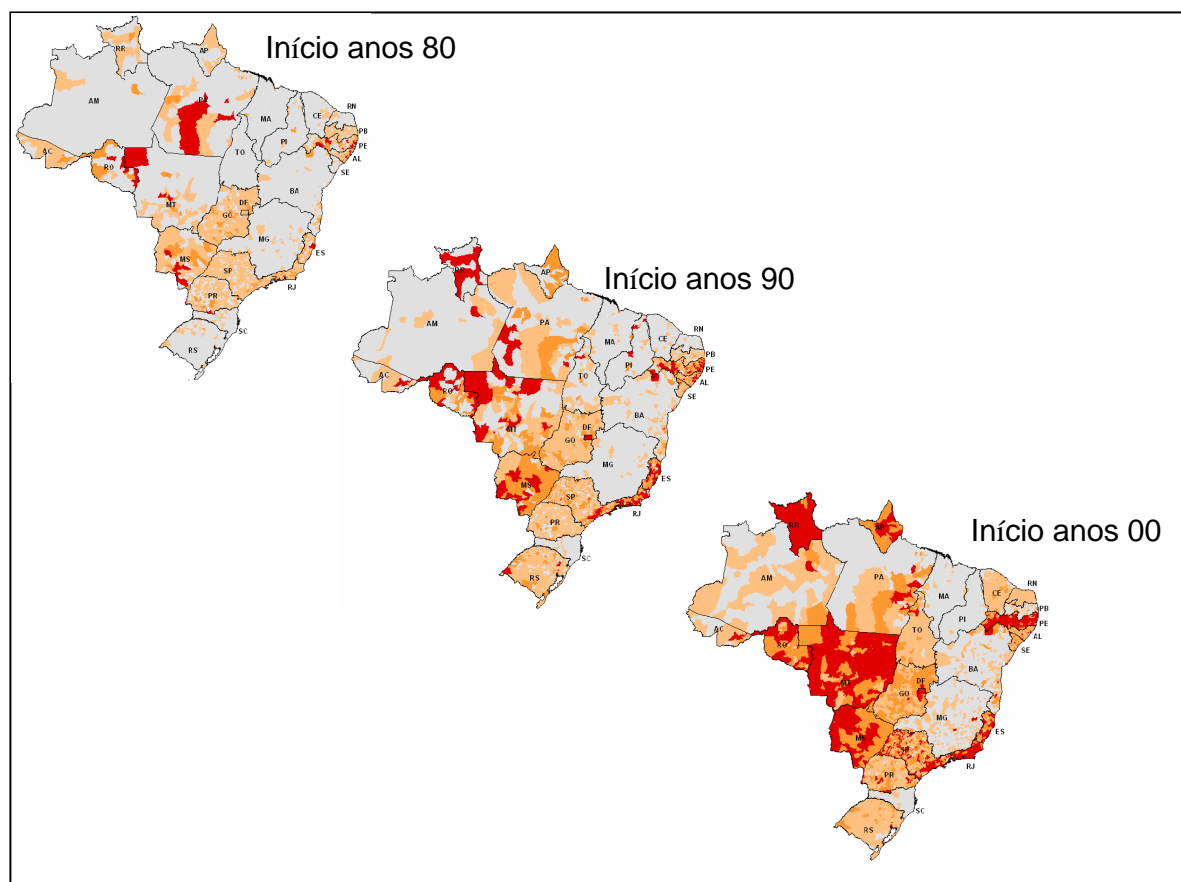
Discussões sobre a ocorrência de homicídios têm ocorrido frequentemente em torno da idéia de que sua incidência tem sido responsável por proporções importantes de mortes por causas externas. De fato, do total de mortes por causas externas, em 2002 no Brasil, 30% foram cometidas por armas de fogo, superando o número de mortes por acidentes de trânsito (Sistema de Informação de Mortalidade, Ministério da Saúde). Soma-se a isto o fato de que 90% das mortes por arma de fogo que ocorreram no Brasil, em 2002, foram provocados por

homicídio (idem), o que coloca a necessidade de políticas de prevenção aos homicídios na centralidade das discussões de políticas públicas de segurança.

Finalmente, a centralidade do tema é reforçada pelo aumento do número de crimes desta natureza. A ocorrência de homicídios no Brasil passou de 12 para 30 ocorrências por 100 mil habitantes entre 1980 e 2002, segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde. O Brasil está entre os países com maiores incidências deste tipo de crime, com registros superiores àqueles referentes à Venezuela, México, Equador e Paraguai, entre outros (Organização Mundial de Saúde, 2000).

O incremento dos homicídios no Brasil, no entanto, não ocorre de maneira homogênea, mas se intensifica, sobretudo, na região Centro Oeste, em alguns estados da região Sudeste (como Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo) e na região Nordeste, sobretudo no estado de Pernambuco. As manchas vermelhas dos mapas seguintes mostram concentrações espaciais das ocorrências de homicídios.

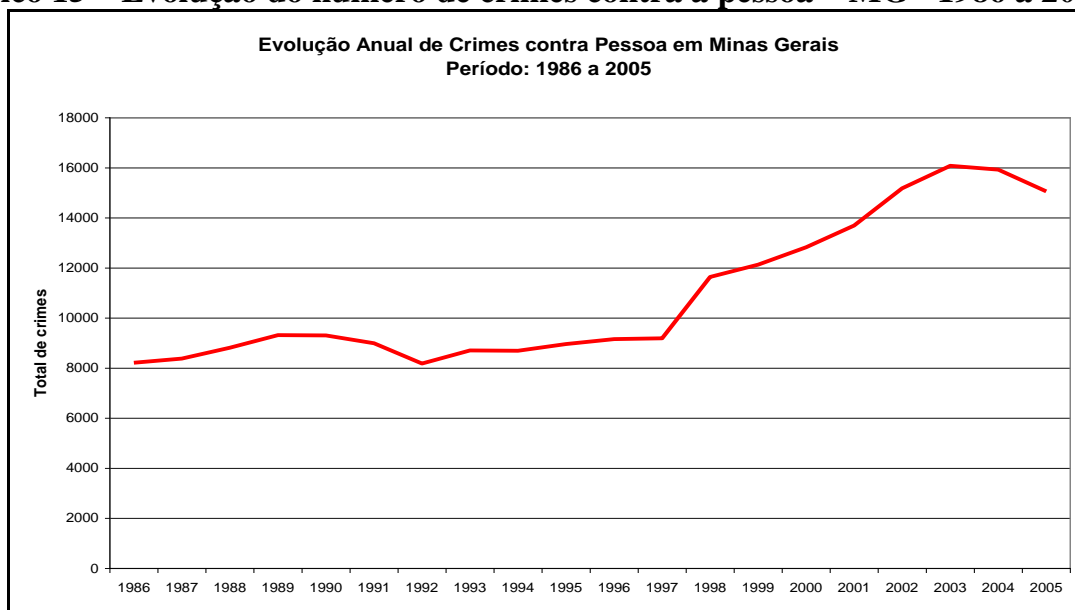
Mapa 13 – Concentrações espaciais da incidência de homicídios no Brasil – décadas de 1980, 1990 e 2000.



Fonte: CRISP, Sistema de Informação de Mortalidade, MS

Os acréscimos na incidência de crimes observados no país também se fazem sentir no estado de Minas Gerais. Deste modo, e como mostra o gráfico seguinte, os números de ocorrência de crimes contra a pessoa, no estado, dobraram entre os anos de 1986 e 2005, chamando a atenção para o fato de que políticas de controle e prevenção devem ser prioridade.

Gráfico 15 – Evolução do número de crimes contra a pessoa – MG - 1986 a 2005



Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais / CRISP

A sociologia aborda o fenômeno dos crimes de homicídios de um ponto de vista dos elementos e fatores constituintes da sociedade, passíveis de gerar maior ou menor probabilidade para a incidência deste tipo de crime. Nesse sentido, os crimes de um modo geral e os homicídios, particularmente, são fenômenos de natureza social e como tal devem ser tratados. Seus padrões de ocorrência, deste modo, dão-se em conformidade com outros padrões de natureza coletiva, como densidade demográfica, fluxos de migração, distribuição etária, étnica, incidência diferenciada entre os gêneros, entre outros. A detecção de padrões de ocorrência e de fatores causais para a ocorrência de crimes são elementos cruciais para o desenho e implementação de medidas capazes de prevenir sua ocorrência e minimizar seus custos e, por isso, são de particular interesse no contexto do presente relatório.

São diversas as abordagens para a compreensão dos homicídios de um ponto de vista de sua incidência em sociedades. Algumas enfatizam os limites de regulação da sociedade e as esferas públicas de mediação e resolução de conflitos (Lima, 2000). Para outras abordagens os

tipos de relação entre vítimas e ofensores definem padrões de homicídio (Gallup-Black, 2005), ou os homicídios ocorrem em função de subculturas criminosas ou subculturas regionais (Loftin e MacDowall, 2003).

Mas as perspectivas mais frequentes são aquelas que conferem ênfase a elementos de natureza sociodemográfica. Essas perspectivas se apóiam no fato de que a incidência de homicídios varia conforme a idade, concentrando-se entre a população jovem (Brewer, Damphouse e Adkinson, 1998), conforme raça e gênero, concentrando-se entre os não brancos e homens (Piquero e Fox, 2003). De fato, os homens adolescentes e jovens morrem mais por armas de fogo do que por qualquer doença ou acidente no Brasil e a incidência de mortes por arma de fogo, além de se concentrar entre indivíduos do sexo masculino, também demonstram maiores tendências de acréscimo temporal (Sistema de Informação de Mortalidade, Ministério da Saúde). Assim, homicídios – bem como outros tipos de crimes – não se distribuem aleatoriamente no que se refere a esses fatores. Como mencionado anteriormente, indivíduos do sexo masculino estão mais sujeitos a sofrerem, bem como a serem agentes, de crimes. Pesquisas de vitimização são capazes de evidenciar este tipo de padrão³⁶.

Conhecer onde os homicídios se concentram espacialmente, por sua instância, possibilita a orientação de práticas regionalmente focalizadas sobre o problema. Em outras palavras, levar em consideração análises espaciais do fenômeno faz com que práticas de prevenção incidam sobre o delito e não sobre os criminosos e suas motivações particulares, sendo compatíveis com modelos explicativos da criminalidade que se dão no contexto da teoria das oportunidades³⁷ (Beato, 1998). Além disto, análises espaciais possibilitam que se levem em consideração as condições de incidência dos crimes, que se orientem práticas policiais cotidianas e ações de natureza preventiva (Idem).

A detecção dos padrões de ocorrência de crimes, de um modo geral, e de homicídios especificamente deve, portanto, anteceder todo processo de desenho e implementação de políticas de controle. Sabe-se, no entanto, que informações acerca da ocorrência de

³⁶ Pesquisas de vitimização são aquelas que têm como objetivo dimensionar e caracterizar a ocorrência de crimes segundo informações obtidas pelas próprias vítimas e pela população de um modo geral. Um de seus principais benefícios diz respeito ao conhecimento de eventos não reportados aos órgãos oficiais de segurança, situação a que estão sujeitos, entre outros, sobretudo eventos envolvendo, como agentes, indivíduos pertencentes às organizações policiais.

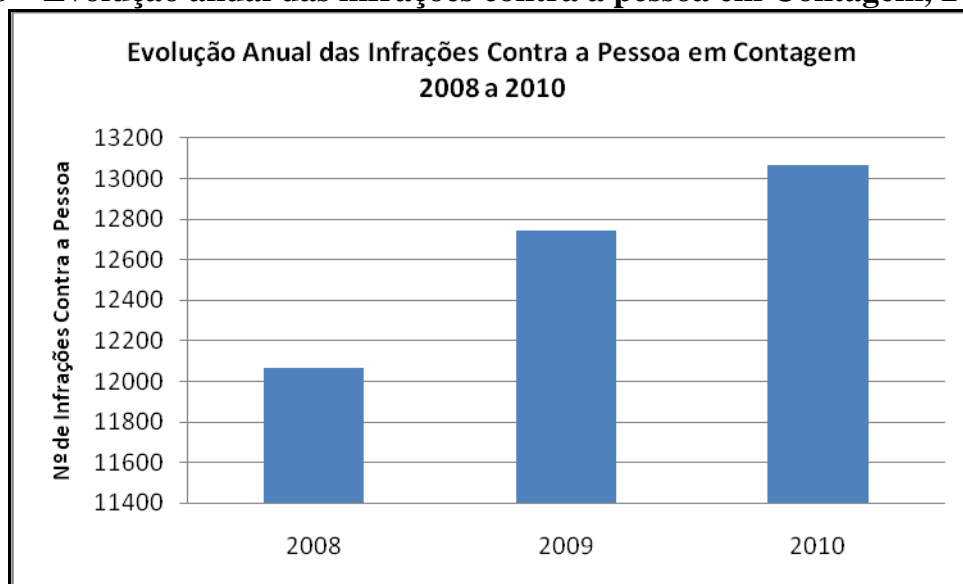
³⁷ As teorias das oportunidades partem do suposto da racionalidade dos criminosos, o que a torna substancialmente mais sólida, bem como mais relevante do ponto de vista da formulação de políticas públicas. Assim, o objetivo da política é fazer o crime não compensar para aqueles indivíduos que escolheram estrategicamente meios ilegais de ação.

homicídios nem sempre podem ser encontradas de forma organizada e sistematizada, estando mais frequentemente distribuídas por organizações distintas, sob linguagens organizacionais bastante específicas. É muito comum, neste contexto, que a qualidade das informações sobre homicídios seja questionada. Para diminuir as limitações advindas daí, utilizamos, no presente documento, informações oriundas de uma multiplicidade de fontes, como a Polícia Militar – responsável pela elaboração do Boletim de Ocorrência com informações sobre o homicídio, vítima e, se possível, agente – e o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, vinculado ao Sistema Único de Saúde.

6.2. Crimes Contra a Pessoa em Contagem

O município de Contagem apresenta, assim como para os crimes contra o patrimônio, também uma relativa estabilização das ocorrências de crimes contra pessoa entre 2008 e 2010, com variações que se aproximam muito da marca de um ponto percentual. No entanto, apesar de estável, e ao contrário dos crimes contra o patrimônio, a tendência observada, mesmo de forma bem amena, é de acréscimo tanto entre 2008 e 2009, quanto entre 2009 e 2010. No último ano da série, de 2010, foram 13.067 ocorrências registradas, o que correspondeu a uma taxa por 100 mil habitantes de 2166,83 crimes contra a pessoa.

Gráfico 16 – Evolução anual das infrações contra a pessoa em Contagem, 2008 a 2010



Fonte: REDS

Analisando os crimes contra pessoa mais registrados, observa-se que a maioria deles, cerca de um terço, concentra-se na categoria de ameaça, seguida por agressões (20,35%), lesões corporais (15,47%) e, já em bem menor frequência, homicídios tentados ou consumados (3,80%).

Apesar então de serem muitos os crimes tipificados enquanto contra a pessoa (abaixo estão listados apenas os com mais de cem ocorrências registradas entre 2008 e 2010), de maneira geral, quase sempre a polícia registra as mesmas infrações.

Tabela 6 - Principais Crimes Contra Pessoa em Contagem – 2008 a 2010

Infração	Frequência	Percentual
Ameaça	12670	33,45%
Agressão	7708	20,35%
Lesão Corporal	5860	15,47%
Homicídio	1439	3,80%
Calúnia	443	1,17%
Difamação	322	0,85%
Injúria	226	0,60%
Constrangimento Ilegal	224	0,59%
Maus Tratos	173	0,46%
Violação de Domicílio	127	0,34%
Rixa	125	0,33%
Total	29317	77,40%

Fonte: REDS

6.3. Tentativas de Homicídio em Contagem

Observa-se no gráfico a seguir as quantidades absolutas de homicídios tentados entre os anos de 2008 e 2010. De acordo com os dados, apesar de apresentarem patamares bastante altos, com taxa de quase 40 tentativas por 100 mil habitantes em 2010, a tendência geral indicada pelo gráfico é de decréscimo, em todos os anos da série contemplada. Entre as 322 tentativas de homicídios registradas nos bancos da polícia em 2008 e as 238 em 2010, é constatada uma redução superior a um 35% das ocorrências, valor esse muito alto, sobretudo se considerado o curto período.

Gráfico 17 – Evolução anual das tentativas de homicídio em Contagem, 2008 a 2010

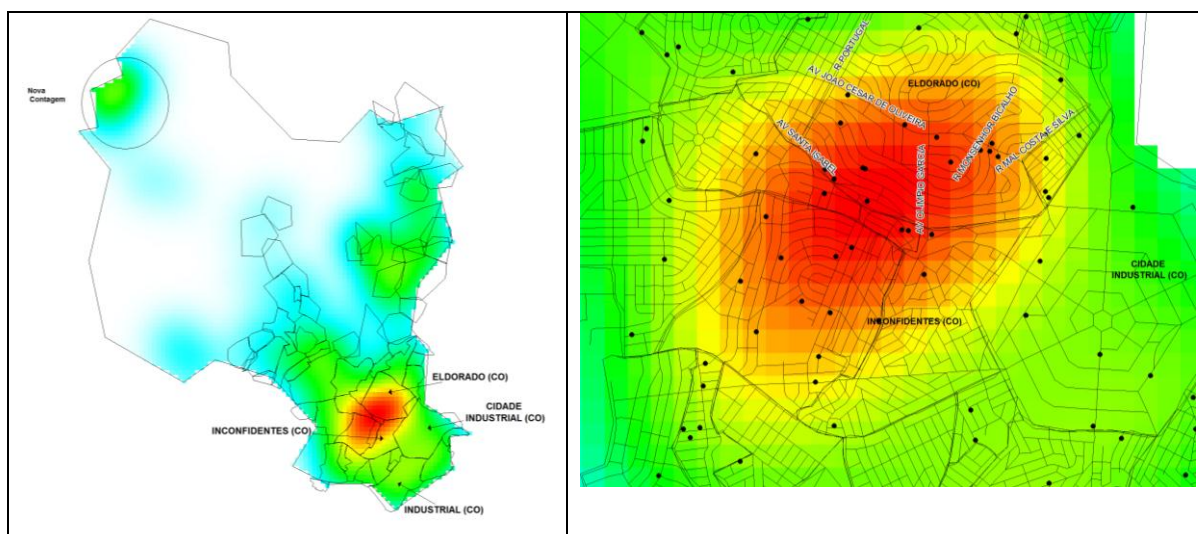


Fonte: REDS

Como o mapa seguinte mostra a incidência de tentativas de homicídios obedece a padrões de distribuição espacial.

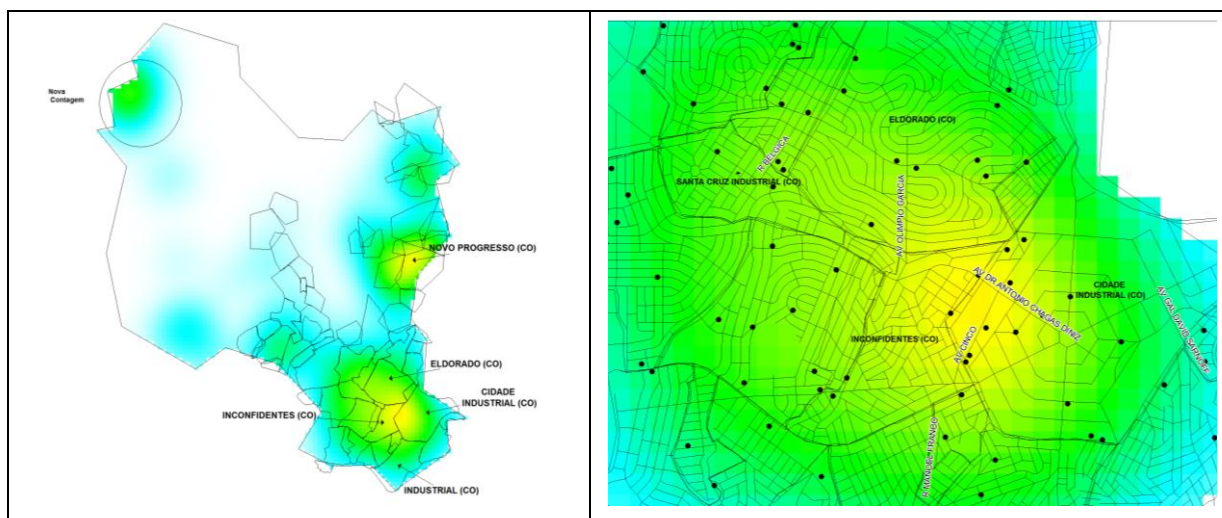
Existem concentrações da ocorrência desses eventos em pontos específicos do município, sobretudo nos limites dos bairros Jardim Califórnia, Riacho das Pedras e Jardim Vera Cruz. Além dessas áreas, outras duas se destacam com relação à concentração espacial de tentativas de homicídios entre os anos de 2008 e 2010, que são os bairros Jardim Laguna e Nova Contagem.

Mapa 14 – Concentração Espacial de Tentativas de Homicídio em Contagem - 2008



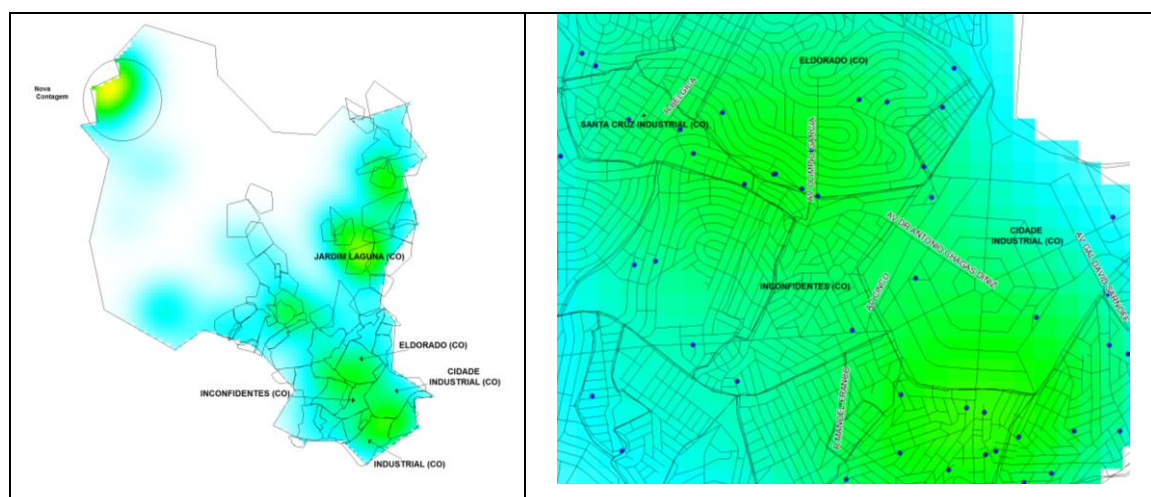
Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 15 – Concentração Espacial de Tentativas de Homicídio em Contagem - 2009



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

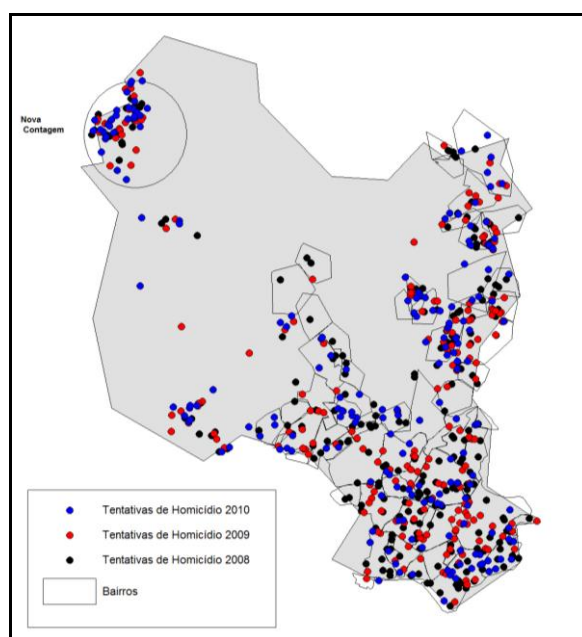
Mapa 16 – Concentração Espacial de Tentativas de Homicídio em Contagem - 2010



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

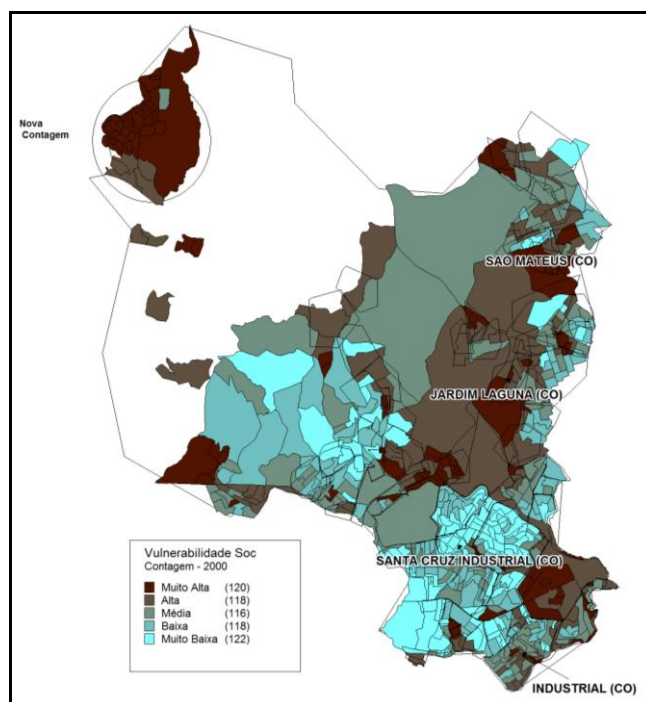
Mais do que a exclusiva detecção dos padrões de incidência espacial da ocorrência de crimes, a análise espacial permite que a literatura de criminalidade seja testada. Há uma coincidência entre a distribuição espacial da ocorrência de tentativas de homicídios e áreas de vulnerabilidade social, no município de Contagem, como já demonstrado para outras regiões do estado, como Belo Horizonte, por exemplo. Assim, características de comunidades são fatores importantes para determinar a ocorrência de crimes. Tentativas de homicídios, deste modo, ocorrem de forma geograficamente concentrada.

Mapa 17 - Incidência de Tentativas de Homicídio em Contagem – 2008/2009/2010



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 18 - Índice de Vulnerabilidade Social – Contagem 2000



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Ao que indica também a tabela seguinte, é grande a concentração das ocorrências de tentativa de homicídio entre os bairros de Contagem. De todos os bairros do município, apenas vinte deles concentram quase metade de todos os registros dessa natureza.

As regiões de Nova Contagem, Eldorado e Industrial, apresentam mais de 4% de participação nos homicídios tentados de Contagem, com número de ocorrências que variam entre 34, no Industrial, até o patamar de 52, em Nova Contagem, sendo esse último o bairro com maior quantidade de tentativas de homicídio.

Tabela 7 - Tentativas de Homicídio por bairro de Contagem – 2008 a 2010

Bairro	Frequência	Percentual
Nova Contagem	52	6,40%
Eldorado	41	5,04%
Industrial	34	4,18%
Cidade Industrial	30	3,69%
Jardim Laguna Terceira Seção	25	3,08%
Riacho das Pedras	22	2,71%
Jardim Industrial	21	2,58%
Novo Riacho	19	2,34%
Novo Eldorado	16	1,97%
Estrela Dalva	15	1,85%
Fonte Grande	13	1,60%
Novo Boa Vista	13	1,60%
Inconfidentes	11	1,35%
Kennedy	11	1,35%
Retiro	11	1,35%
Santa Cruz Industrial	11	1,35%
Jardim Riacho das Pedras	10	1,23%
Petrolândia	10	1,23%
São Mateus	10	1,23%
Sapucaias	10	1,23%
Total	385	47,36%

Fonte: REDS

Uma análise mais detalhada das tentativas de homicídio dentro do bairro Nova Contagem mostra que também dentro desta região é grande a concentração das ocorrências entre suas ruas, de modo que apenas sete delas concentram quase 60% do total de tentativas de homicídio em todo o bairro. As ruas VP 2 e VP 1 destacam-se como os locais onde essa

concentração se dá de forma ainda mais acentuada, com oito e seis tentativas de homicídios respectivamente, apenas nelas, entre os anos de 2008 e 2010.

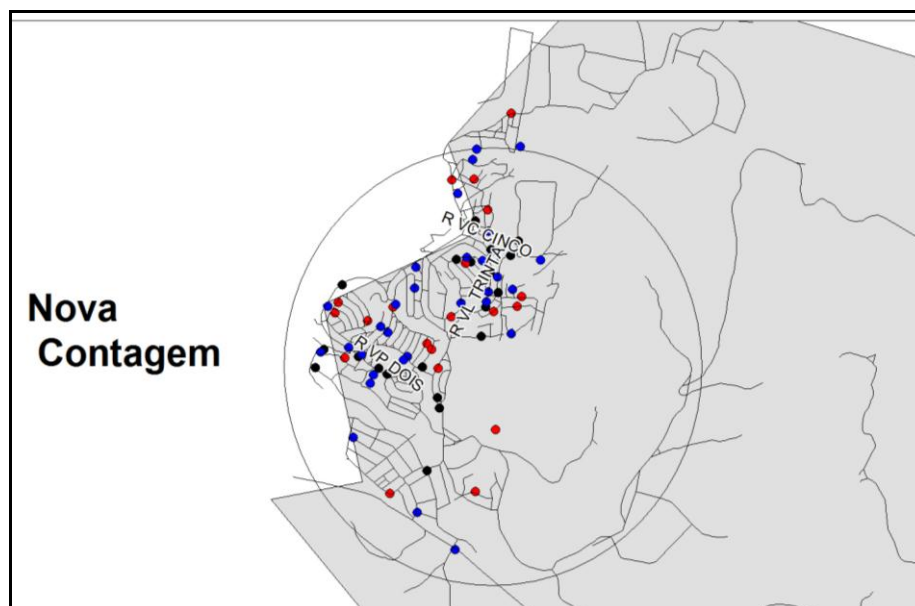
Tabela 8 - Tentativas de Homicídio por Ruas do Bairro Nova Contagem Contagem – 2008 a 2010

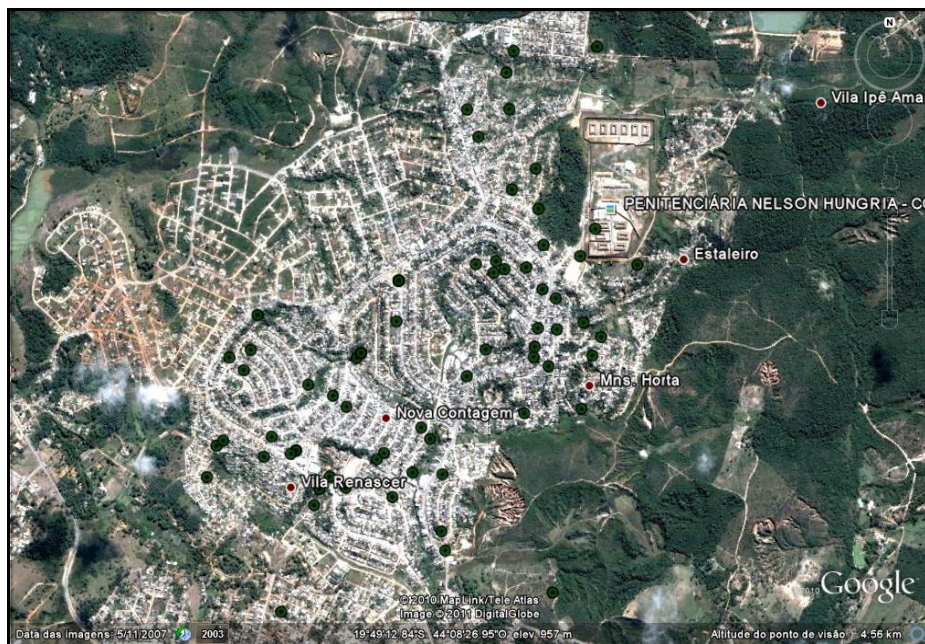
Rua	Frequência	Percentual
VP 2	8	15,38%
VP 1	6	11,54%
VL 30	4	7,69%
VL 35	4	7,69%
VC 4	3	5,77%
VL 17	3	5,77%
VL 6	3	5,77%
Total	31	59,62%

Fonte: REDS

No bairro Nova Contagem, as tentativas de homicídios entre 2008 e 2010 foram registradas ao longo das ruas citadas anteriormente na tabela e apontadas no mapa de incidência a seguir. Do ponto de vista da estrutura física/ambiental, trata-se de uma região onde os problemas de desorganização física são preponderantes. Ainda, muitas das tentativas de homicídios ocorrem nas proximidades da Penitenciária Nelson Hungria, ali localizada.

Mapa 19 – Incidência das Tentativas de Homicídio em Nova Contagem – 2008 a 2010



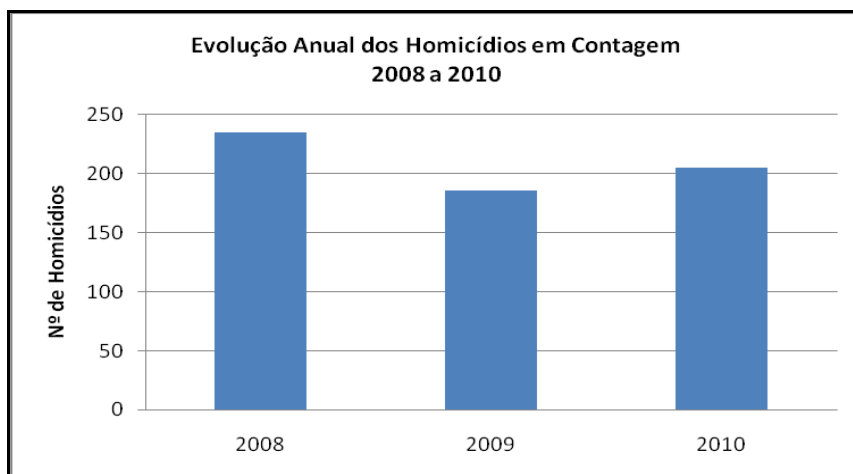


Fonte: Google/REDS

6.4. Homicídios em Contagem

Em contraste com os homicídios tentados, não foram os homicídios consumados ocorrências que obtiveram tendência de queda. Apesar de ter havido redução no número dessas ocorrências entre os dois primeiros anos do período considerado, quando foram reduzidas de 235 para 186 registros (uma redução considerada alta, de quase 15%), o ano subsequente, de 2010, testemunhou um aumento relativo a 2009 em mais de 10% no número de homicídios consumados, valor esse quase capaz de anular as reduções diagnosticadas no período anterior. Relativo agora à taxa, foram 34 homicídios a cada 100 mil habitantes registrados em 2010, valor esse relativamente alto.

Gráfico 18 – Evolução anual dos homicídios em Contagem, 2008 a 2010



Fonte: REDS

A maior parte dos registros policiais de homicídios consumados em Contagem – entre janeiro de 2008 e dezembro de 2010 – se deram nos bairros Industrial, Nova Contagem, Cidade Industrial, Eldorado.

Todos os bairros listados a seguir, retirados do montante total que compõe Contagem, foram também indicados na tabela anterior, por sua vez relativa às tentativas de homicídio. Constata-se grande convergência entre as áreas de incidência de homicídios tentados e consumados. Não obstante, cabem algumas pequenas diferenças. O bairro Nova Contagem, antes destacado em função da ocorrência de tentativas de homicídio, é acompanhado, em quantidade de homicídios, agora pelo bairro Industrial, junto ao qual contemplam, sozinhos, 12% do total de registros dessa natureza em Contagem.

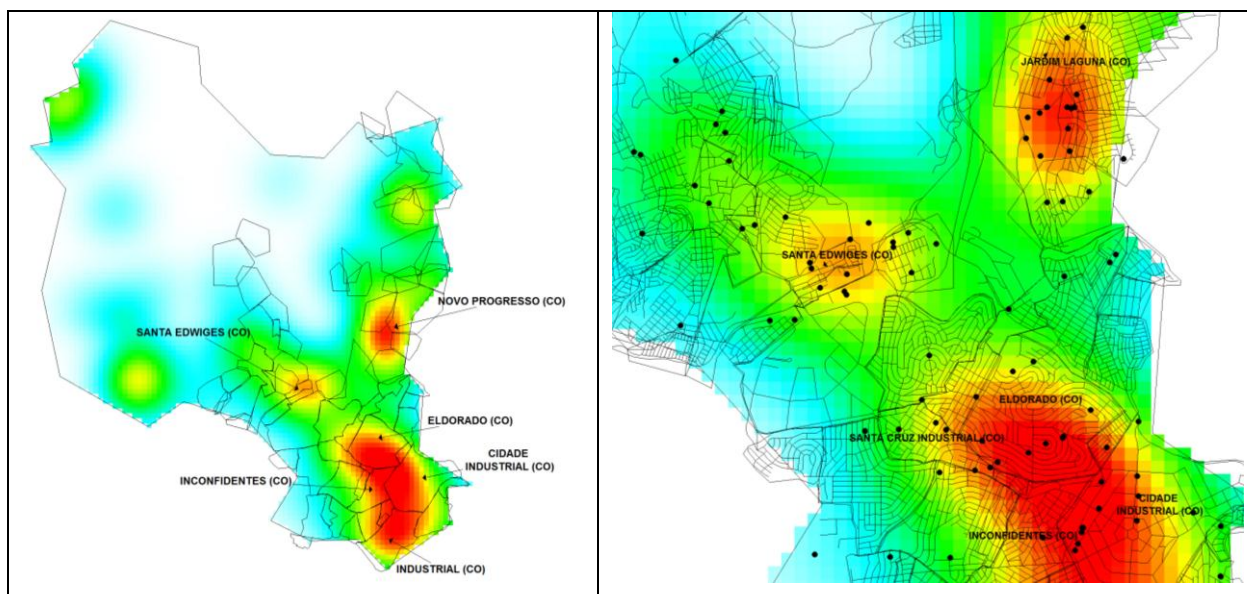
Tabela 9 - Homicídio por bairro Contagem – 2008 a 2010

Bairro	Frequência	Percentual
Industrial	39	6,23%
Nova Contagem	36	5,75%
Cidade Industrial	23	3,67%
Eldorado	18	2,88%
Jardim Laguna Terceira Seção	15	2,40%
Novo Boa Vista	15	2,40%
Parque São João	15	2,40%
Jardim Industrial	14	2,24%
Estrela Dalva	12	1,92%
Funcionários	10	1,60%
Total	197	31,47%

Fonte: REDS

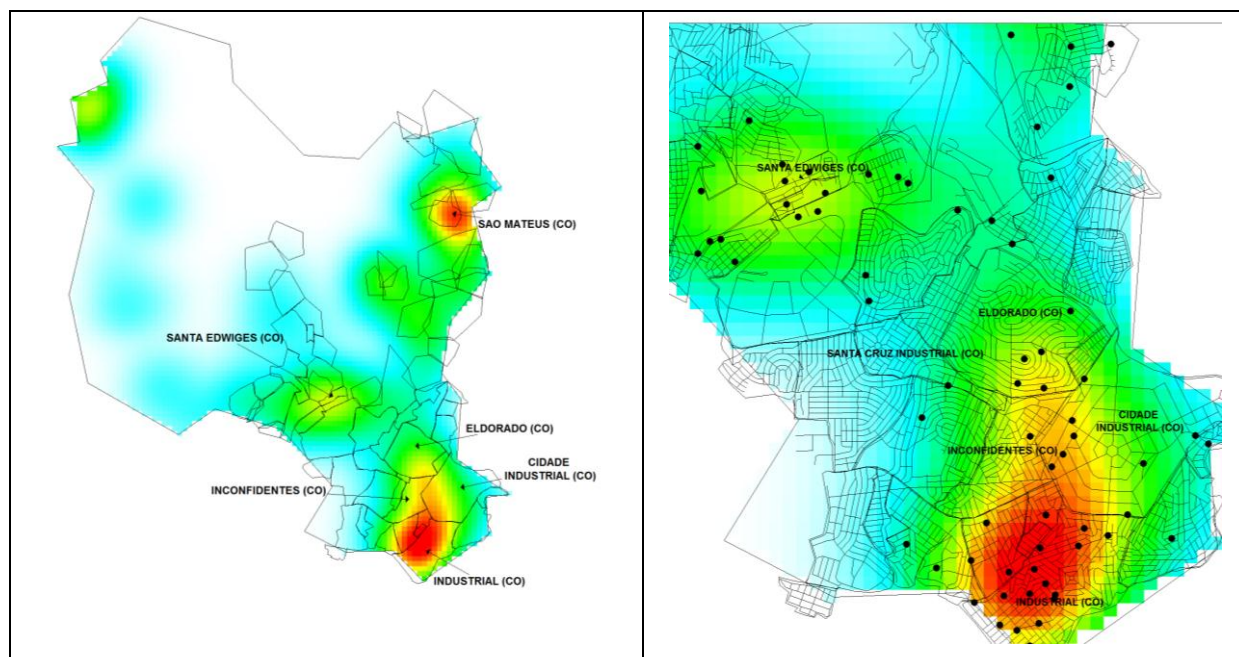
Assim como feito para as tentativas de homicídio, o mapa seguinte tem como intuito a realização de uma associação espacial entre as áreas, mais especificamente as sub-áreas ou setores censitários do IBGE, de modo a comparar as taxas de homicídio em cada sub-área com as taxas de suas sub-áreas vizinhas. Do mesmo modo, as cores no mapa indicam a concentração de homicídios consumados. Quanto mais intenso e próximo da cor vermelha, no mapa, maior a concentração de mortes violentas, quanto mais claro e próximo da cor azul, menor é a incidência deste tipo de crime violento.

Mapa 20 – Concentração Espacial de Homicídios em Contagem - 2008



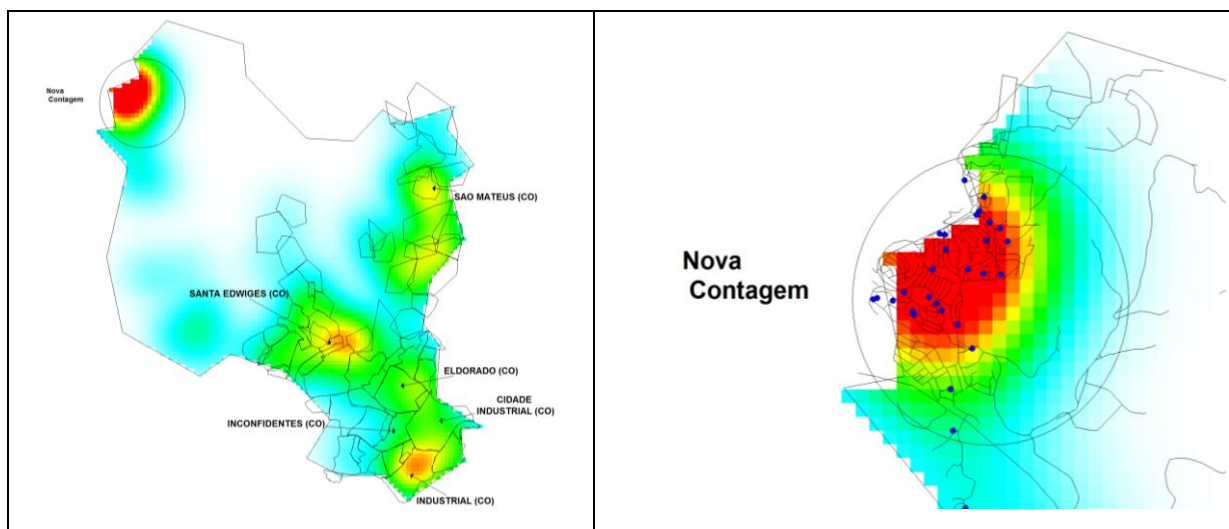
Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 21 – Concentração Espacial de Homicídios em Contagem - 2009



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Mapa 22 – Concentração Espacial de Homicídios em Contagem - 2010



Fonte: CRISP / PMMG / IBGE

Observam-se áreas focalizadas em que as concentrações de homicídios consumados persistem ao longo dos anos analisados. Os homicídios são problemas muito específicos no município de Contagem. As iniciativas de controle, portanto, devem ocorrer de forma focalizada.

VII - Crimes Territórios PRONASCI

Uma das estratégias de aplicação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), desenvolvido pelo Ministério da Justiça, é a criação de territórios (aglomerando determinados bairros), a fim de facilitar a implementação de políticas públicas de controle da incidência de crimes. Estratégias como essa, são capazes de levar em consideração características dos crimes de se concentrarem espacialmente segundo determinadas configurações ambientais e sociais, como aquelas destacadas anteriormente.

Em Contagem, são cinco as regionais delineadas, cada qual contemplando um ou mais bairros. São elas a Regional Nacional, a Regional Industrial, a Regional Eldorado, a Regional Vargem das Flores e a Regional Sede. A seguir, são apresentadas algumas estatísticas criminais das regiões do Pronasci, especificamente aquelas que apresentam correspondências com as informações dos bancos de dados disponíveis³⁸. Logo após, serão descritos gráficos que visam melhor qualificar os dados apresentados.

³⁸ Não foram encontrados correspondentes no REDS para os bairros Vila São Mateus, Vila Magnesita, PTO, Itaú, Antônio Cambraia, Vila Jardim Eldorado e Barroquinha, todos componentes de regionais. Por serem divisões e rotulações de bairros vindos de origens distintas (uma do Pronasci e outra do REDS), muito

Tabela 10 - Ocorrências Monitoradas em Contagem por Regional Pronasci – 2008 a 2010

Regional	Ocorrência	Ano Fato			
		2008	2009	2010	Total
Regional Nacional	Furto	73	61	55	189
	Homicídio Consumado	6	10	7	23
	Homicídio Tentado	11	5	11	27
	Roubo	42	20	23	85
	Arrombamento à Residência	13	10	13	36
Regional Industrial	Furto	444	493	484	1421
	Homicídio Consumado	13	18	16	47
	Homicídio Tentado	17	10	10	37
	Roubo	457	348	339	1144
	Arrombamento à Residência	52	70	74	196
Regional Vargem das Flores	Furto	103	140	143	386
	Homicídio Consumado	9	11	16	36
	Homicídio Tentado	15	16	21	52
	Roubo	42	27	42	111
	Arrombamento à Residência	24	29	37	90
Regional Sede	Furto	153	227	227	607
	Homicídio Consumado	18	16	19	53
	Homicídio Tentado	17	6	16	39
	Roubo	94	82	132	308
	Arrombamento à Residência	23	46	41	110

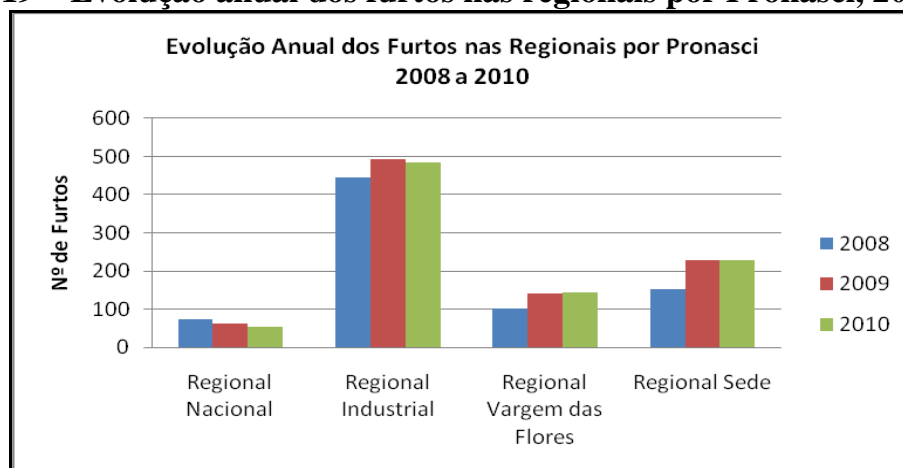
Fonte: REDS

Todos os três crimes contra o patrimônio considerados, a dizer: furtos, roubos e arrombamentos a residência, apresentam padrões muito semelhantes entre si, como explicitam os três gráficos postos a seguir. Ao melhor analisá-los, no entanto, a concentração dos crimes em diferentes regiões mostra-se bastante distinta. O estudo dos gráficos então deve muito mais contemplar comparações entre os anos dentro de uma mesma regional.

Tendo sido feitas então as devidas ressalvas à análise, observa-se que, com várias exceções, há uma tendência de estabilização nos furtos e roubos, para quase todas as regionais, entre os anos de 2008 e 2010. A mais notável exceção é o padrão de decréscimo na Regional Industrial quando analisados os roubos (com ameaça ou uso da força), os quais diminuíram na ordem de um terço entre os três anos contemplados na série analisada. Já para os arrombamentos à residência, constata-se que em todas as regionais, com exceção da regional Nacional, a tendência é de acréscimo progressivo dessas ocorrências.

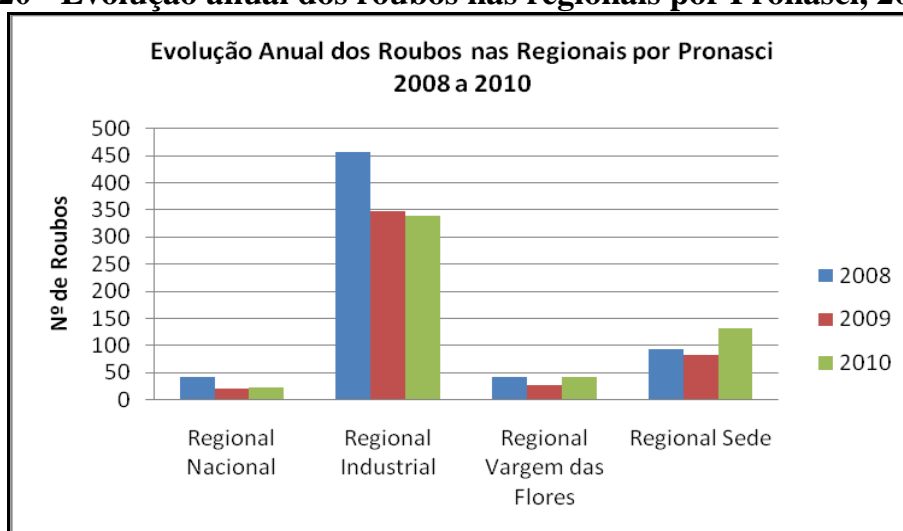
provavelmente existem aqui divergências nas nomenclaturas de uma mesma região, de modo que a falta de correspondência pode ser devido a falta de padronização.

Gráfico 19 – Evolução anual dos furtos nas regionais por Pronasci, 2008 a 2010



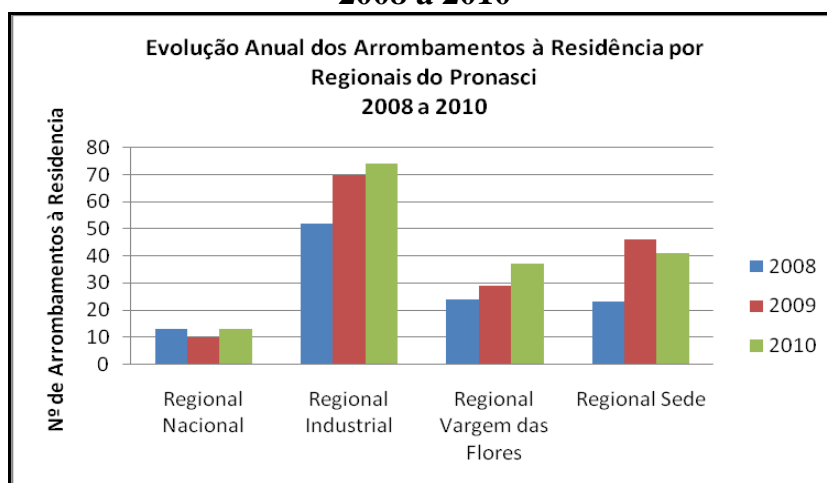
Fonte: REDS

Gráfico 20 - Evolução anual dos roubos nas regionais por Pronasci, 2008 a 2010



Fonte: REDS

Gráfico 21 - - Evolução anual dos arrombamentos à residência nas regionais Pronasci, 2008 a 2010

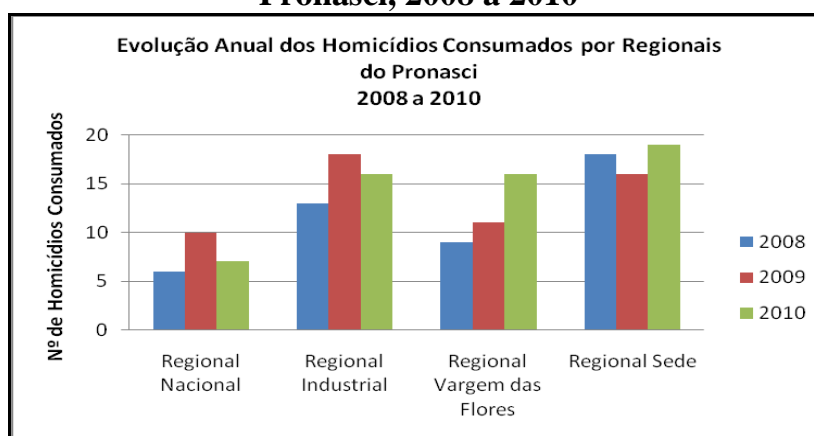


Fonte: REDS

A análise mais específica dos crimes de homicídios, consumado e tentado, exposta nos dois gráficos a seguir, demonstra em grande medida como são homogêneas as regionais no que se refere à quantidade de ocorrências dessa natureza. Relativo aos homicídios consumados, se comparado especificamente os anos de 2008 com 2010, em todas as regionais, observa-se algum aumento no número de registros, mesmo que de maneira sutil.

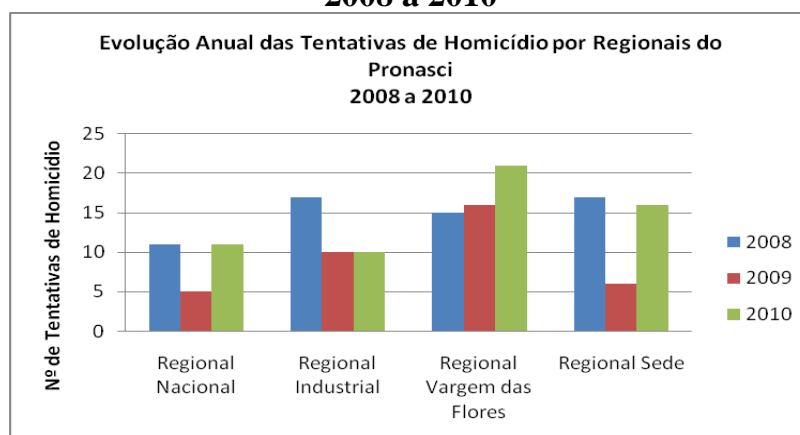
Já as tentativas de homicídio apresentaram quase que estabilização entre os anos em duas (Nacional e Sede) das quatro regionais estudadas, apesar de nessas ter havido significativo decréscimo nas ocorrências em 2009. Das outras duas regionais, a Industrial apresentou decréscimo no número de registros de homicídios tentados entre 2008 e 2009, tendência que se manteve no ano de 2010, enquanto na Regional Vargem das Flores foi diagnosticada progressiva tendência de aumento dessas ocorrências.

Gráfico 22 – Evolução anual dos homicídios consumados por regionais do Pronasci, 2008 a 2010



Fonte: REDS

Gráfico 23 - – Evolução anual dos homicídios tentados por regionais do Pronasci, 2008 a 2010



Fonte: REDS

VIII - Vitimização e Medo em Contagem

Os fenômenos da criminalidade e da violência nas grandes cidades têm adquirido posição central no debate público brasileiro. No entanto, conhecer suas principais características, bem como as dinâmicas geradoras destes fenômenos, não é tarefa das mais simples. Considerar exclusivamente os números oficiais de registros criminais, por exemplo, esconde a diversidade de eventos que constituem o problema da violência e seus impactos sobre as populações. Isso sem falar das muitas situações de violência e crime que sequer chegam a ser registradas por órgãos oficiais.

Deste modo, compreender o fenômeno da criminalidade implica em mais do que dimensionar o número de ocorrências. É de fundamental importância, tanto para a implementação de políticas de controle, quanto para estudos de natureza acadêmica, o acesso a informações que qualifiquem os números de ocorrências. É neste contexto que as pesquisas de vitimização constituem instrumentos-chave para todos os que se dedicam à compreensão desta questão. Tentando preencher esta lacuna cognitiva, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) elaborou, especificamente para a cidade de Contagem, uma pesquisa de vitimização e medo³⁹.

Pesquisas de vitimização e medo são aquelas que procuram conhecer detalhadamente a frequência e a natureza da ocorrência de crimes, além de mensurar o impacto que a violência e criminalidade produzem no sentimento de segurança da população de determinadas localidades. Seu objetivo central está em obter informações sobre as vítimas, as circunstâncias de ocorrência dos crimes (hora e local de ocorrência, uso de armas, dentre outras informações), além de medir o impacto desses fatores sobre a sensação de insegurança dos cidadãos entrevistados.

Investigações desta natureza permitem ainda qualificar as estatísticas criminais produzidas pelos sistemas de justiça e polícia, proporcionar aos planejadores de políticas de segurança pública informações sobre a natureza e a extensão dos crimes e o que habitualmente leva as pessoas a reportarem crimes à polícia, além de avaliar a percepção do público a respeito da atuação do Estado numa área crucial para a consolidação de instituições democráticas: a da segurança pública. Além disto, o *survey* de vitimização e medo também possibilita maior cientificidade no planejamento de políticas públicas, na medida em que torna

³⁹ CRISP. Pesquisa de Vitimização e Medo no Município de Contagem - Minas Gerais. Abril de 2011.

viável acesso a informações sobre a natureza e a extensão de crimes, bem como dos hábitos que levam as pessoas a reportarem crimes às autoridades policiais.

Estas informações podem ser valiosas no planejamento de estratégias para o combate à criminalidade violenta e para medidas de mensuração sobre as estratégias adotadas na prevenção da criminalidade. Conforme o perfil de violência detectada pelo *survey*, os agentes de segurança pública podem dirigir esforços através de campanhas educativas e do estímulo a denúncias de uma série de delitos que escapam ao seu registro. Os estudos de vitimização permitem, ainda, a comparação entre taxas de diferentes cidades ou áreas da mesma região metropolitana. Sua avaliação ao longo do tempo permite uma descrição precisa da evolução da criminalidade.

Finalmente, são de grande importância para pesquisadores acadêmicos, na medida em que disponibilizam variáveis pertinentes para a construção de modelos explicativos da ocorrência de crimes. Modelos de explicação do comportamento criminoso devem necessariamente incorporar as circunstâncias em que ocorrem os delitos, bem como informações acerca do relacionamento do criminoso com as vítimas, além das variáveis demográficas a respeito das vítimas e dos agressores.

Um dos aspectos mais importantes das pesquisas de vitimização e medo é a demonstração de que crimes não são aleatoriamente distribuídos ao longo da sociedade. Alguns subgrupos sociais são mais violentamente vitimados do que outros, de tal maneira que podemos identificar áreas, horários e pessoas com determinadas características demográficas como dimensões ambientais de maior ou menor risco de vitimização.

Para uma gestão mais abrangente da questão da Segurança Pública, é fundamental que o poder público municipal monitore a intensidade e a distribuição das ocorrências de crime. Mas também é importantíssimo mensurar o percentual de crimes que não chegam ao conhecimento das autoridades, assim como os impactos subjetivos e comportamentais que tais ocorrências projetam sobre a população da cidade. Daí a pertinência das pesquisas de vitimização e medo.

8.1. Vitimização em Contagem

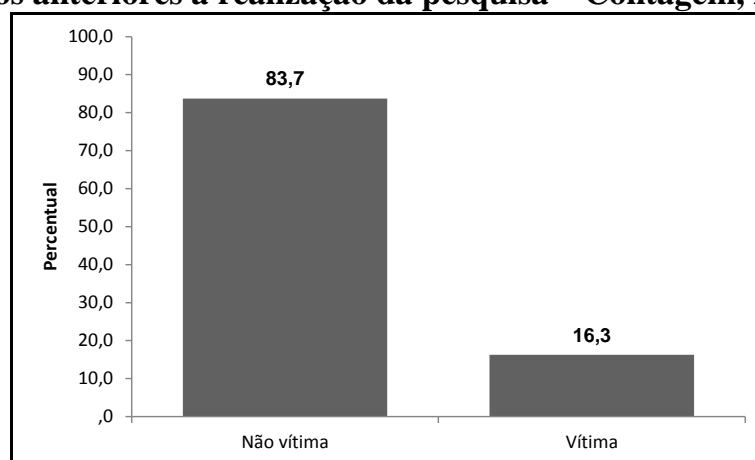
Esta seção do relatório apresenta a distribuição dos crimes de furto, roubo e agressão física para todo o município de Contagem. A importância de se traçar um perfil mais realístico das vítimas desses crimes é um relevante instrumento para planejamento de políticas públicas de segurança. É importante destacar que os indicadores de criminalidade produzidos por organismos oficiais que lidam com segurança pública tomam como referência o perfil do ofensor e os padrões característicos do crime. Pesquisas de vitimização buscam entender o fenômeno da criminalidade a partir da perspectiva da vítima e do ofensor superando o enfoque unilateral que as organizações oficiais de segurança pública apresentam.

Assim, as informações que compõem as tabelas aqui mostradas foram construídas com o intuito de promover uma caracterização de alguns crimes tendo por base características das vítimas destes eventos. No corpo deste documento, apresentamos as proporções da população de Contagem que foram vitimadas de furto, invasão à residência, roubo e agressão física.

8.1.1. Vitimização de Furto em Contagem

As descrições seguintes dizem respeito à proporção da população de Contagem que foi vítima de furto ao longo dos últimos anos. De maneira geral, a cidade apresenta um percentual de vítimas de furto bastante elevado. Conforme o gráfico seguinte, cerca de 16% da população do município já foi vítima do crime de furto nos últimos cinco anos. Especificamente entre os respondentes que foram vítimas de furto no município, aproximadamente 6% sofreram a vitimização no último ano, 2009.

Gráfico 24 – Distribuição dos Entrevistados por vítimas de crime de Furto nos 5 anos anteriores à realização da pesquisa – Contagem, 2010



Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

N=368 entrevistados

Deste total de vítimas de furto nos últimos 5 anos, 35% das vítimas foram vítimas nos últimos 12 meses, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 11 – Distribuição da População Entrevistada por Vítimas do Crime de Furto nos Últimos 12 meses – Contagem, 2010

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Não vítima	39	65,0	65,0	65,0
Vítima	21	35,0	35,0	100,0
Total	60	100,0	100,0	

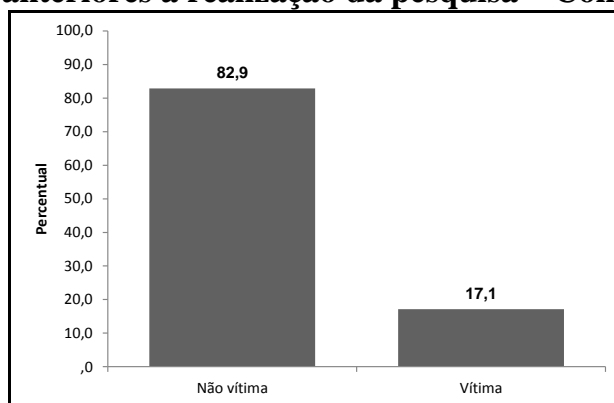
Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

Com relação aos respondentes que afirmaram ter sido vítimas de furto, observa-se que pouco mais da metade deles não chamou a polícia (52,5%), já a proporção de entrevistados que de alguma forma acionou a Polícia Militar ou a Polícia Civil totaliza 47,5% dos casos. Dentre os que acionaram a polícia, há uma preferência em acionar a Polícia Militar (39,0%), contra apenas 8,5% que acionaram a Polícia Civil. Cabe destacar que o crime de furto apresenta um percentual muito alto de crimes registrados na Polícia Civil. De uma maneira geral, a Polícia Militar é a agência de polícia mais procurada pela população, em função da própria natureza de seu trabalho: fardada e ostensiva.

8.1.2. Vitimização de Roubo em Contagem

A busca por um panorama mais real a respeito das ocorrências de roubo em Contagem torna-se um importante instrumento para planejamento de políticas públicas de segurança. Contagem apresenta um percentual elevado de vítimas de roubo, se comparado ao crime de furto. Conforme o gráfico seguinte, quase de 17% da população do município já foi vítima do crime de roubo, nos últimos cinco anos.

Gráfico 25 – Distribuição dos Entrevistados por vitimização por crime de Roubo nos 5 anos anteriores à realização da pesquisa – Contagem, 2010



Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

Deste total de vítimas de furto nos últimos 5 anos, quase 35% das vítimas foram vítimas nos últimos 12 meses.

Tabela 12 – Entrevistados Vítimas de Roubo nos Últimos 12 meses – Contagem, 2010

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Não vítima	41	65,1	65,1	65,1
Vítima	22	34,9	34,9	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

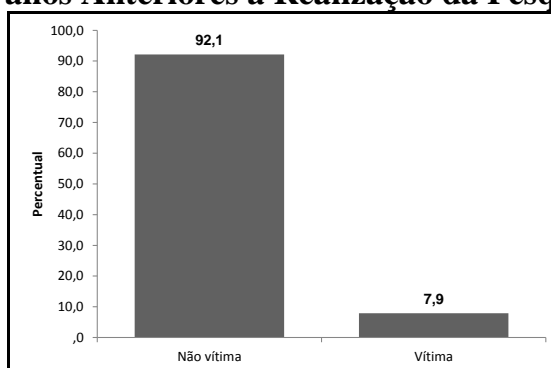
No que diz respeito aos roubos, 58,8% dos vitimados disseram ter chamado a polícia, enquanto a outra parte (41,3%) preferiu não acioná-la. Dentre os entrevistados vítimas do crime de roubo que acionaram a polícia, a maioria afirmou ter reportado esse crime a Polícia Militar.

8.1.3. Vitimização de Agressão em Contagem

A tabela e o gráfico a seguir descrevem a proporção de vítimas do crime de agressão física em Contagem. As diversas maneiras que as vítimas respondem à vitimização (agressão física ou ameaça) têm um impacto nas respostas das instituições de segurança pública do Estado e nos padrões de criminalidade. Portanto, faz-se necessário identificar o perfil de crimes reportados à polícia, o percentual de crimes não informados às agências públicas (polícia e saúde), e o percentual de vítimas que reagem de forma individualizada, mobilizando recursos privados que variam desde armas de fogo a mecanismos de proteção.

Contagem apresenta um percentual de vítimas de agressão física relativamente pequeno. Conforme o gráfico seguinte, mais de 7,9% da população do município já foi vítima de agressões físicas nos últimos cinco anos.

Gráfico 26 – Distribuição dos Entrevistados por Vitimização por Crime de Agressão Física nos 5 anos Anteriores à Realização da Pesquisa – Contagem, 2010



Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

Deste total de vítimas de agressão nos últimos 5 anos, 41,4% dos respondentes foram vitimados nos últimos 12 meses.

Tabela 13 –Entrevistados Vítimas de Agressão nos Últimos 12 meses – Contagem, 2010

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Não vítima	17	58,6	58,6	58,6
Vítima	12	41,4	41,4	100,0
Total	29	100,0	100,0	

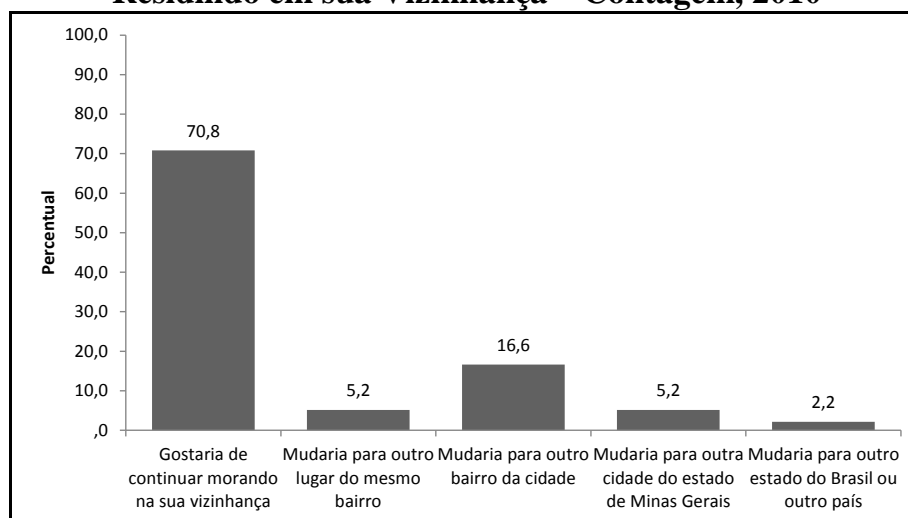
Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

Assim como ocorre para o crime de furto, a maioria dos vitimados de agressões físicas não acionou a polícia (55,2% contra 44,8% dos que chamaram a polícia). Em todos os casos, a polícia mais acionada foi a Polícia Militar.

8.1.4. Percepção de Segurança na Vizinhança

A percepção de risco geralmente acontece quando o indivíduo está em um ambiente estranho e desorientador, longe de seu território, dos objetos e figuras conhecidas que lhe dão apoio. Em outras palavras, a percepção de risco é a tentativa de tornar incertezas em possibilidades, é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo. A importância da familiaridade com o ambiente pode ser observada no fato de mais de 70% dos entrevistados terem dito à pesquisa que gostariam de continuar morando em suas vizinhanças, sendo que pouco mais de 5% disse que gostariam de mudar de cidade.

Gráfico 27 – Distribuição dos Entrevistados segundo Vontade de Continuar Residindo em sua Vizinhança – Contagem, 2010



Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

8.2. A Medida do Medo em Contagem

Este tópico apresenta um indicador geral da sensação de medo⁴⁰ da população de Contagem. Esse indicador tem o objetivo de funcionar como um termômetro da sensação de insegurança no contexto municipal. A medida mais comum do “medo” é a percepção de insegurança geral na residência, na rua ou na vizinhança (BAUMER, 1985; SKOGAN).

Analisaremos o “medo do crime” de uma maneira geral, buscando examinar os elementos que podem influenciar esta percepção tanto no nível individual quanto no nível de vizinhança. As percepções subjetivas de crime são fenômenos sociais importantes uma vez que podem ter consequências nocivas tanto para os indivíduos quanto para a comunidade onde residem (SKOGAN, 1986; SKOGAN & MAXFIELD, 1981; WARR, 1984).

Quanto mais medo de crime, mais as pessoas deixam de sair de casa em determinados horários ou circunstâncias. Esta sensação também pode fazer com que elas evitem lugares públicos como praças, ruas, parques, etc. O medo do crime também faz com que as pessoas procurem morar em condomínios fechados ou construam “fortalezas” contra possíveis ofensores. Quanto maior a percepção de insegurança e, conseqüentemente, o medo, mais os indivíduos se tornam reclusos, o que pode gerar prejuízos para as comunidades, como, por exemplo, a mudança de comércios e de pessoas para outras localidades consideradas mais seguras.

Neste sentido, buscou-se construir um indicador geral de medo que levasse em consideração percepções de insegurança da população, tanto no nível individual quanto no nível coletivo. Para construir o indicador geral de crime utilizamos a sensação de medo de oito tipos de crimes/eventos específicos, a saber: ter medo de ter a residência invadida / arrombada (MEDO1); medo de ter objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas – roubo ou assalto (MEDO2); medo de ter seu carro ou moto roubado ou furtado (MEDO3); medo de se envolver em brigas / agressões físicas com outras pessoas (MEDO4); medo de morrer assassinado (MEDO5); medo de seqüestro ou seqüestro relâmpago

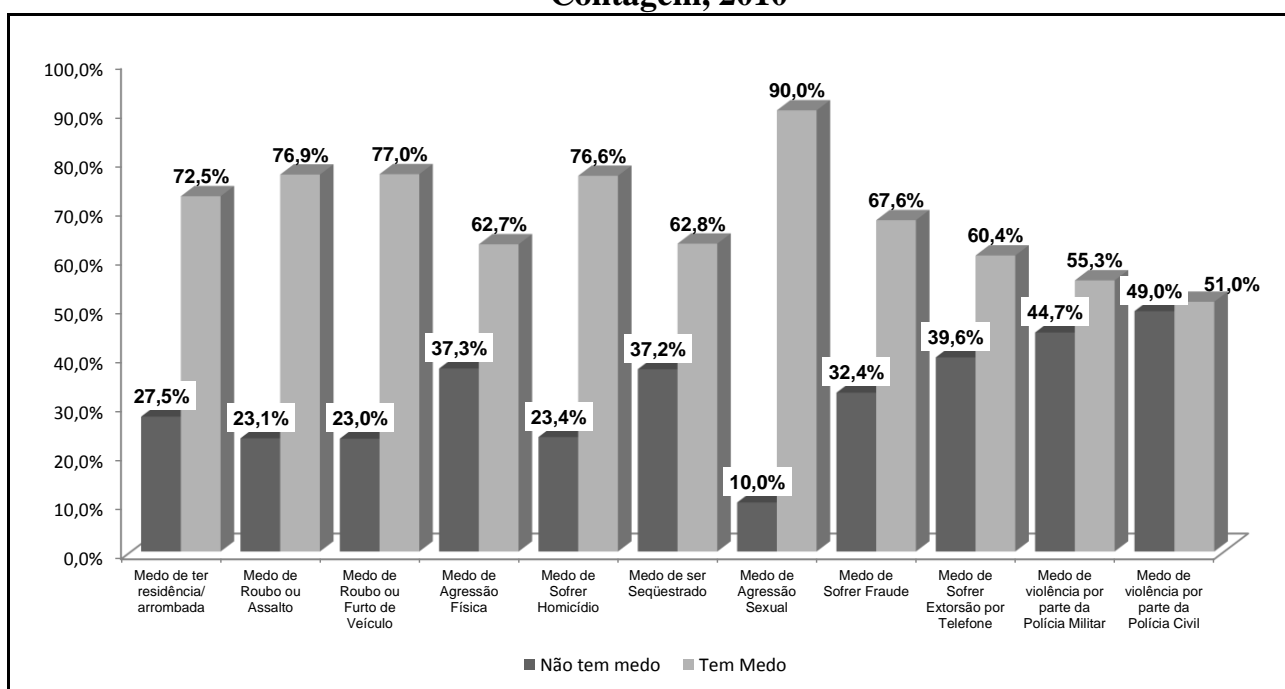
⁴⁰ Vale destacar que entendemos aqui a sensação de medo como uma medida subjetiva, trata-se da percepção do indivíduo acerca do seu medo de vir a ser vitimado por um conjunto de crimes específicos.

(MEDO6); medo de ser vítima de fraude e perder quantia significativa de dinheiro (MEDO7); medo de receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro (MEDO8).

8.2.1. Indicador Geral de “Medo”

O gráfico a seguir apresenta o percentual de respondentes que afirmaram sentir medo de se tornarem vítima dos vários tipos de crimes/eventos avaliados. No município de Contagem, o medo de se tornar vítima de alguns tipos de crimes tem um destaque muito expressivo entre os residentes. O medo de ter a residência arrombada, de ser roubado, de ter o veículo furtado, de sofrer um estelionato, ou de ser extorquido por telefone preocupam muito a população da cidade.

Gráfico 28 – Distribuição dos Entrevistados segundo Medo de Crime – Contagem, 2010



Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

N=368 entrevistados

A partir dessas medidas foi criado um indicador geral de medo, que foi construído da seguinte maneira. Num primeiro momento, foi elaborada uma medida ordinal de medo que correspondente ao resultado da soma de todas as medidas de medo específico de crime. Essa medida agrupa os oito tipos de crimes especificados anteriormente em uma única variável que denominamos de “Fator Ordinal de Medo”. Esse fator corresponde a uma escala de nove pontos, variando de 0 a 8. O valor 0 representa aqueles respondentes que afirmaram não ter medo de nenhum dos crimes em análise, por conseguinte o valor 2 representa àqueles que

afirmaram ter medo de dois tipos de crime e assim por diante até o valor 8 que configura os respondentes que afirmaram ter medo de todos os crimes em análise. As medidas que compõem esse fator ordinal de medo apresentaram no teste de confiabilidade um coeficiente de *Alpha Cronbach* superior a 0,620.

A tabela a seguir apresenta um sumário descritivo de cada uma dessas medidas. Já o gráfico seguinte, apresenta a distribuição do “Fator Ordinal de Medo” na amostra de mineiro selecionada na pesquisa.

Tabela 14 - Estatísticas Descritivas das Medidas que compõem o “Fator Ordinal de Medo”

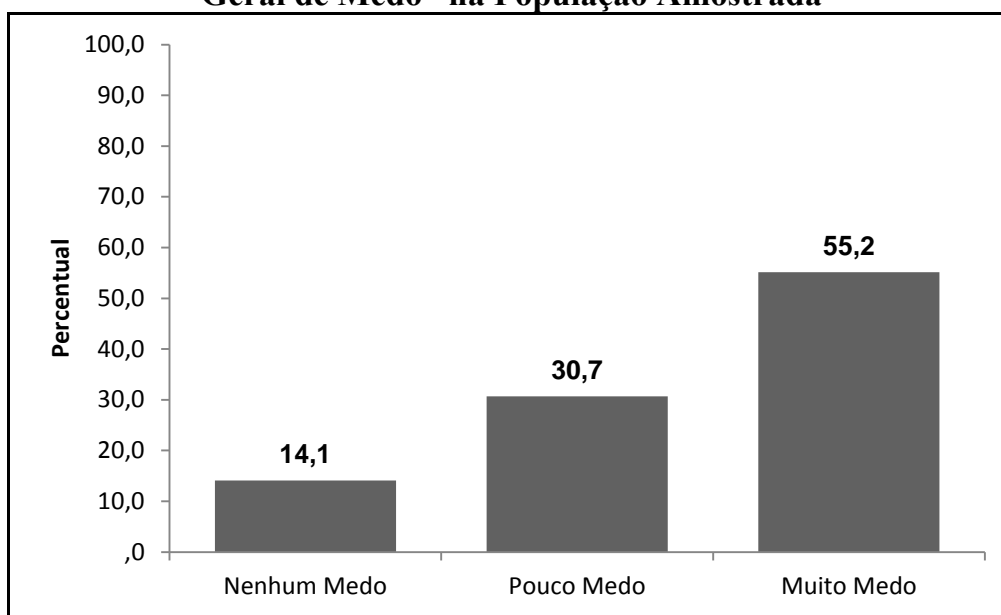
Medidas de Medo	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Medo de Crime				
Medo de ter residência/ arrombada	0,72	0,447	0	1
Medo de Roubo ou Assalto	0,77	0,422	0	1
Medo de Roubo ou Furto de Veículo	0,77	0,422	0	1
Medo de Agressão Física	0,63	0,484	0	1
Medo de Sofrer Homicídio	0,77	0,424	0	1
Medo de ser Seqüestrado	0,63	0,484	0	1
Medo de Sofrer Fraude	0,68	0,469	0	1
Medo de Sofrer Extorsão por Telefone	0,60	0,490	0	1
Fator Ordinal de Medo				
Medo Geral de Crime	5,30	2,346	0	8

Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

A medida correspondente ao “Indicador Geral de Medo” é o resultado da classificação do fator ordinal de medo em três grandes categorias: “Nenhum/pouco medo”, “Medo moderado” e “Muito medo”. A Categoria “nenhum/pouco medo” corresponde aos entrevistados que afirmaram não ter medo de crimes ou que afirmaram ter medo de 1 ou 2 tipos de crime. Essa categoria corresponde a 14,1% de toda a população amostrada na pesquisa. A segunda categoria diz respeito àqueles respondentes que afirmaram ter medo de 3 a 5 tipos de crimes, esses indivíduos foram classificados entre os que possuem um “medo moderado” de crime. Essa categoria do indicador geral de medo representa 30,7% de toda a população selecionada nesta pesquisa. A terceira categoria desse indicador geral corresponde aos entrevistados que responderam possuir muito medo de crime, são aqueles que relataram ter medo de quase todos os crimes em análise (6 a 8 crimes). Essa parcela da população amostrada representa 55,2% de todos os entrevistados.

Para fins de aplicação do “Indicador Geral de Medo” enquanto instrumento útil para a formulação de políticas públicas, utilizou-se como referência a última categoria de análise dessa medida. Esse indicador tem como referência a parcela da população de Contagem que afirmou possuir muito medo de crime, isto é, aqueles entrevistados que relataram ter medo de muitos tipos de crime ao mesmo tempo. O gráfico a seguir apresenta a proporção do indicador geral de medo na população de Contagem.

Gráfico 29 - Distribuição Percentual das Categorias de Resposta do “Indicador Geral de Medo” na População Amostrada



Fonte: Pesquisa de Vitimização e Medo, Contagem, CRISP, 2010

N=368 entrevistados

IX – Diretrizes gerais de um plano municipal de segurança pública

Nos últimos tempos, observa-se uma tendência de participação cada vez mais ativa dos municípios na articulação das políticas locais de segurança. É importante frisar que o problema da segurança pública é extremamente complexo e não pode ser enfrentado apenas por meio da ação policial. Por isso, ao articular as políticas locais de segurança, os gestores municipais devem trabalhar com alguns pressupostos: articulação das políticas e das agências públicas responsáveis não somente pela segurança, mas também pela promoção de direitos; planejamento, implementação e avaliação das ações em fóruns executivos e que contemplem também a participação social; especialização de agências para atendimento de políticas específicas, entre outras ações.

Em linhas gerais, quais seriam as principais ações do poder público municipal para ajudar na solução dos problemas da segurança pública?⁴¹

1. **Criação de centros de cidadania em aglomerados urbanos:** tais unidades podem trabalhar com maior efetividade ao ampliando os direitos dos cidadãos através de ações inclusivas;
2. **Integração das políticas sociais:** por meio do trabalho integrado e coordenado, torna-se possível potencializar os resultados das muitas agências envolvidas. Investimentos em programas de proteção, principalmente para jovens envolvidos com tráfico de drogas, assim como o atendimento prioritário a crianças e famílias em risco pessoal ou social redundam em benefícios coletivos muito maiores do que os custos com a recuperação de adolescentes autores de atos infracionais;
3. **Investimentos no desenvolvimento econômico de comunidades mais carentes:** gerar trabalho e renda é fundamental para que sejam criadas condições objetivas para o desenvolvimento humano das comunidades em situação de risco social. Junto aos jovens, programas de geração de emprego e renda podem ajudar a reduzir o poder de atração exercido por atividades ilícitas (notadamente o tráfico de drogas);
4. **Planejamento estratégico das ações para coibir a violação das posturas urbanas:** cidades sujas, ruas desertas, praças mal cuidadas diminuem o fluxo do cidadão e aumentam a probabilidade da ação de infratores. Ações de melhoria dos equipamentos urbanos reduzem, também, a sensação de impunidade e desorganização social. A revitalização de áreas degradadas, criando espaços de convivência e o incentivo à criação de conselhos de caráter

⁴¹ Baseado em Souza, R. S. R. **O município e a segurança pública**. Site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

deliberativo para a segurança pública com o incremento das parcerias intersetoriais e entre as várias agências e níveis governamentais são outras ações possíveis de serem adotadas pelas prefeituras.

Em síntese, o foco da atuação dos municípios no âmbito da segurança pública é complementar (e não alternativo) à ação das instâncias estaduais e nacional. Nesse sentido, cabe às prefeituras pensar na implementação de mecanismos efetivos de co-gestão e colaboração entre os três níveis de governo, tal como previsto no Sistema Único de Segurança Pública⁴² em implantação no país. Somente por meio desta abordagem integrada e coordenada é que se poderá garantir a conquista de êxitos também neste setor da gestão pública.

O foco da presença municipal na temática da Segurança Pública deve recair sobre a adoção de estratégias preventivas e comunitárias, bem como sobre a mobilização dos demais órgãos de gestão urbana, de organizações comunitárias, da sociedade civil e da iniciativa privada, em torno de uma política articulada, multisetorial e participativa de ação local.

X- Plano Municipal de Defesa Social de Contagem

Conforme dito anteriormente, a segurança pública é um problema extremamente complex. Por isso, exige gestões multisetoriais nos níveis Federal, Estadual e Municipal, bem como uma interatividade sustentável entre os diferentes órgãos que por ela são responsáveis direta ou indiretamente. Além do poder público, percebe-se a necessidade de uma atuação na segurança pública que integre ações também da própria comunidade e de organizações civis e empresariais. É um esforço conjunto que deve significar a implementação de medidas eficientes, coerentes e adequadas à realidade retratada.

Em Contagem, não obstante a redução dos crimes violentos verificada a partir de 2008, as taxas registradas para o município permanecem bastante elevadas. Os dados apresentados sobre a dinâmica criminal demonstram a existência de um perfil bem delineado de “crimes contra patrimônio” e “crimes contra a pessoa”. Os eventos criminais em Contagem, seguindo essa classificação, obedecem a padrões de incidência, o que permite traçar estratégias específicas de prevenção e controle partindo desses dois eixos de abordagem.

Além disso, os crimes no município de Contagem estão geograficamente localizados, concentrando-se em alguns bairros e ruas, gerando os chamados “hotspots” de criminalidade. A detecção desses padrões de ocorrência e de fatores causais são elementos cruciais para o

⁴² O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, vem sendo implantado pelo Governo Federal desde 2003.

desenho e implementação de medidas capazes de prevenir sua ocorrência e minimizar seus custos. Isso porque permitem uma análise mais detida sob tais fatores, oferecendo uma resposta mais eficaz, já que orientada ao problema.

Esta seção apresenta algumas recomendações de ações visando o controle e a prevenção da criminalidade e violência, com impactos também na sensação de segurança da população de Contagem. Para fins de organização, tais sugestões estão divididas em duas perspectivas complementares de intervenção: *Situacional e Social*, direcionadas, respectivamente, para *Crimes contra o patrimônio e Crimes contra a pessoa*. Essa distinção se justifica tendo em vista a natureza dos eventos criminais, exigindo abordagens diferenciadas. Vale destacar, contudo, que o processo de implementação das diretrizes apontadas para cada eixo deve ser assumido e planejado de maneira conjunta por todas as entidades que compõem o Sistema Municipal de Defesa Social. A seguir, o presente plano traça algumas considerações acerca da estruturação do sistema de segurança pública municipal de Contagem.

10.1. A arquitetura do sistema de segurança pública de Contagem e sua relação com o Plano Municipal de Defesa Social

Desde 2003, a Prefeitura Municipal de Contagem tem investido na criação e implantação de uma política municipal de segurança. Além das mudanças legislativas⁴³ no âmbito municipal, diversas estruturas de governança local foram criadas para atender a essa nova demanda assumida pelo município.

A criação da Secretaria Municipal de Defesa Social e do Sistema Municipal de Defesa Social e Prevenção à Violência atende, a princípio, a necessidade de instâncias administrativas que priorizem a articulação das políticas e das agências públicas responsáveis não somente pela segurança, mas também pela promoção de direitos. O Gabinete Integrado de Segurança Pública e o Conselho Municipal de Defesa Social, respondem, por outro lado, ao imperativo de planejamento, implementação e avaliação das ações de defesa social em fóruns executivos e que contemplem também a participação social. Por fim, a criação da Guarda Municipal atenta para a especialização de agências públicas locais para atendimento de políticas específicas. Neste sentido, o Plano Municipal de Defesa Social deve ser capaz de orientar e otimizar as políticas, ações e iniciativas já existentes no município.

⁴³ Leis municipais que criaram a Secretaria Municipal de Defesa Social e Sistema Municipal de Defesa Social e Prevenção à Violência; Guarda Municipal; Conselho Municipal de Defesa Social, entre outras.

10.2. Eixos de Intervenção

10.2.1. Atuação da Guarda Municipal

A Constituição Federal de 1988 autorizou os municípios a constituírem Guardas Municipais visando à proteção de seu patrimônio, bens e serviços. Esse papel de segurança patrimonial tem sido bastante ampliado e redefinido, dado que algumas guardas, desmilitarizadas e desvinculadas da força policial estadual, vêm se tornando instituições de segurança preventiva.

As guardas municipais contribuem para a prevenção à criminalidade, uma vez que possibilitam maior vigilância do espaço público, através de um policiamento municipal preventivo e comunitário. Sua atuação é orientada no sentido de estabelecer uma relação de confiança com a comunidade, bem como a interação cooperativa com os demais órgãos do poder público. Nesse sentido, a atuação desse órgão pode contribuir de forma significativa para a sensação de segurança da população.

Nessa perspectiva de segurança preventiva, é possível apontar dois eixos importantes de atribuições da Guarda Municipal no contexto de uma política pública: patrimonial e social. A vigilância patrimonial é direcionada aos bens de uso comum da população, tais como vias públicas, praças, parques, jardins e outros locais, bem como os bens próprios do município, tais como escolas, unidades de saúde e todos os imóveis necessários às atividades de gestão administrativa do município. Do ponto de vista social, a Guarda Municipal pode atuar na prevenção à criminalidade, a partir do uso de técnicas de mediação de conflitos.

Para tanto, é importante fortalecer e qualificar a instituição, investindo em uma formação adequada que privilegie a capacitação para a mediação de conflitos e que melhore o nível de conhecimento dos guardas sobre suas realidades locais. Também se faz necessário estabelecer mecanismos de controle externo e interno, bem como desenvolver formas de valorização profissional (por exemplo, plano de cargos e carreira). O policiamento comunitário é aquele que está próximo da população, que está presente nas ruas, praças e parques, interagindo com a comunidade local, identificando e resolvendo problemas causadores de criminalidade e insegurança, e realizando um trabalho integrado com as polícias estaduais. Essa perspectiva vai ao encontro das diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)⁴⁴ que aponta como objetivos das guardas municipais:

⁴⁴ O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, vem sendo implantado pelo Governo Federal desde 2003.

- realizar o policiamento preventivo permanente, no território do município, interagindo com as polícias estaduais para a proteção da população, agindo junto à comunidade com o objetivo de diminuir a violência e a criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos;
- prevenir e inibir atos delituosos que atentem contra as pessoas, os bens, serviços e instalações municipais, priorizando a segurança escolar;
- realizar policiamento preventivo de trânsito, nas vias e logradouros municipais;
- proteger os patrimônios ecológicos, culturais, arquitetônicos e ambientais do município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
- executar e apoiar as atividades de Defesa Civil Municipal;
- estabelecer mecanismos de interação com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais, voltados para a melhoria das condições de segurança nas comunidades;
- estabelecer articulação com os órgãos municipais de políticas sociais, visando ações multissetoriais de segurança (as quais envolvem competências interdisciplinares) no município e, por fim,
- estabelecer integração com os órgãos de poder de polícia administrativa, visando contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e o ordenamento urbano municipal.

Diante disso, sugere-se o fortalecimento da Guarda Municipal de Contagem com ações que perpassam a mediação de conflitos, uso de tecnologias de coleta, organização e análise de dados sobre crimes contra o patrimônio, incluindo ferramentas de georreferenciamento de ocorrências, policiamento preventivo e comunitário e interação com demais órgãos do poder público. O uso desses recursos possibilita um gerenciamento mais eficiente das atividades da Guarda Municipal que, paulatinamente passando a contemplar essas ações, reforçará as políticas públicas de segurança, trazendo reflexos nos índices de criminalidade e sensação de segurança.

10.2.2. Perspectiva Situacional

A prevenção a partir da *perspectiva situacional* significa que as ações voltadas ao controle das ocorrências criminais devem levar em conta o espaço urbano e seus elementos (ou seja, sua capacidade defensiva). Esses aspectos são fundamentais para a maior ou menor

incidência de crimes, especialmente os patrimoniais, em função do contexto de oportunidades gerado por um determinado design ambiental.

Como apontado ao longo deste documento, os crimes contra o patrimônio guardam forte relação com o ambiente em que ocorrem. Ou seja, alguns contextos aumentam a oportunidade para a existência de tais crimes, o que de fato pode ser verificado no município de Contagem. Diante disso, possibilidades de intervenção podem ser pensadas a partir de medidas cuja centralidade seja a configuração do espaço público.

Os crimes contra o patrimônio merecem destaque na formulação de políticas públicas de segurança no município dada sua alta incidência. Conforme mostrou o diagnóstico, a grande maioria dos crimes violentos registrados em Contagem são crimes contra o patrimônio, mais precisamente roubos, ou seja, crimes de motivação econômica.

Uma característica relevante dos crimes patrimoniais é que a predisposição do agente, embora seja condição necessária, não é suficiente para que esses eventos ocorram. Tais crimes estão muito mais relacionados com fatores de oportunidade, como habilidade para ação, vigilância e contexto social. Isso porque se concentram em determinadas localidades onde parece haver um “ambiente de oportunidades”.

Uma possível associação entre contexto social e políticas públicas de prevenção está no fato de que algumas áreas geográficas ou contextos aumentarem essas oportunidades criminais. Áreas geográficas com altos níveis de atividade pública, consumo de bens portáteis e valiosos, ou baixos níveis de proteção física ou social estão mais suscetíveis à ocorrência de crimes contra o patrimônio. De fato, em Contagem, os dados sobre furtos, roubos e arrombamentos à residência demonstram um padrão espaço-temporal bem delimitado.

Diante disso, possíveis intervenções devem ser feitas de forma a desarticular os fatores que atuam como facilitadores à atuação criminosa. É, sobretudo, sobre esses fatores que as organizações policiais e o poder público podem influenciar de forma significativa visando à redução das oportunidades em cada contexto.

Em Contagem, os crimes contra o patrimônio demonstraram forte relação com fatores de oportunidades que estão presentes em localidades específicas, chamando a atenção por criar verdadeiros focos de criminalidade, como por exemplo, o bairro Eldorado.

Desta forma, as ações de prevenção e controle de crimes contra o patrimônio no município de Contagem devem ser pensadas a partir da *perspectiva situacional*, enfocando o espaço urbano e os elementos que o compõem. Seguem abaixo, algumas recomendações.

A) Requalificação dos Espaços Públicos Urbanos

A região central das cidades concentra uma série de crimes associados à desordem urbana. Nas cidades pode haver um clima de violência, criado, estimulado ou potencializado pela desordem urbana. Assim, a prevenção à violência pode ser realizada por meio de políticas públicas que atentem para as funções urbanísticas. Portanto, proteger, conservar e investir no mobiliário público e nas funções urbanísticas de uma cidade é prevenir a violência e a criminalidade.

A Prefeitura Municipal pode desenvolver um planejamento estratégico de ações de estímulo à convivência urbana e respeito aos bens públicos, visando coibir a violação às posturas urbanas, promovendo os direitos das pessoas de circularem livremente e com segurança em todos os espaços públicos. Isso porque cidades sujas, ruas desertas, praças mal cuidadas, diminuem o fluxo do cidadão e aumentam a probabilidade da ação de infratores.

Ações de requalificação dos espaços públicos e melhoria dos equipamentos urbanos reduzem, também, a sensação de impunidade e desordem social. Nesse sentido, a revitalização de áreas degradadas, criando espaços de convivência são ações possíveis de prevenção à criminalidade.

- **Áreas de convívio e circulação:** São áreas de encontro e circulação de pessoas, locais favoráveis a vigilância natural, incluem as calçadas, praças e parques.
 - *Principais problemas:*
 - Pouca presença natural de pessoas, especialmente à noite.
 - Iluminação mal distribuída ou com pouca manutenção, com bolsões de escuridão.
 - Pontos de controle visual dentro da praça ou parque que impedem de ver e ser visto.
 - Vegetação com pouca manutenção que bloqueia o campo de visão.
 - Calçadas irregulares, com obstáculos e materiais de piso inadequados, e sem manutenção.
 - *Recomendações:*
 - Definir rotas seguras entre dois ou mais pontos. Estas rotas seguras contam com iluminação direcionada, sinalização clara que indica pontos de entrada e saída,

mobiliário urbano que estimula a presença natural de pessoas e vegetação cuidada que não bloqueia o campo de visão.

- Gerar atividades noturnas como esportes, apresentações culturais ou outras, que promovam a presença natural de pessoas.

- **Mobiliário Urbano:** Chamamos de mobiliário urbano as luminárias, bancos, pontos de ônibus e de táxis, jardineiras e, em geral, todos os elementos que apóiem a vida no espaço público. O mobiliário urbano, adequadamente instalado, é fundamental para colaborar com a vigilância natural e para incidir sobre a forma em que o pedestre percebe o espaço. Além disso, gera uma sensação de ordem e cuidado; sua existência é um convite à permanência no espaço, o que facilita a presença natural de pessoas.

Contudo, a mera incorporação de mobiliário urbano ao espaço público não é suficiente para prevenir situações delitivas. O fundamental é tornar o espaço atrativo aos possíveis vigilantes naturais. Os problemas de insegurança relacionados ao mobiliário urbano devem-se à sua ausência, à sua instalação inadequada e/ou falta de manutenção.

A seguir, destacam-se alguns dos importantes elementos que compõem o mobiliário urbano:

a) Iluminação

O bom controle visual do espaço pelas pessoas que nele residem e que percorrem um setor determinado é uma boa forma de se sentir seguro. A iluminação se transforma então em um elemento vital para esse objetivo. Uma boa iluminação permite o uso do espaço de modo mais intenso, especialmente à noite. Com a presença natural de pessoas há uma melhor apropriação do espaço público pela comunidade. Assim, as luminárias apropriadas ao uso e dimensões do espaço público colaboram para reduzir os delitos de oportunidade e a percepção de medo.



Elida Dias, 2004

BOA PRÁTICA

O uso de luminárias duplas (tanto para a via como para o pedestre) permite uma melhor iluminação das calçadas.

b) Bancas e pontos de venda

As bancas e pontos de venda podem colaborar ativamente com a vigilância natural, em função de sua localização e projeto. Recomenda-se que tenham boa visibilidade e que estejam localizados em pontos onde falta vigilância natural. Uma banca bem iluminada, bem situada e com boa manutenção transforma-se em um ponto que gera sensação de segurança, bem como em um refúgio ante uma potencial ameaça.



BOA PRÁTICA

Banca de frutas colabora com a vigilância natural

c) Bancos e lixeiras

Os bancos, quando situados em locais atrativos para a permanência, contribuem com o mecanismo de vigilância natural porque oferecem ou possibilitam que o pedestre se detenha e

permaneça em um determinado espaço público. As lixeiras promovem a ordem e a limpeza desse espaço.

d) Pontos de ônibus

Os pontos de transporte coletivo agrupam pessoas e geram a presença de vigilantes naturais.



BOA PRÁTICA

Os pontos de ônibus com iluminação própria colaboram com a percepção de segurança dos pedestres.

d) Telefones públicos

Os telefones públicos colaboram com a sensação de segurança, pois proporcionam a possibilidade real de pedir ajuda em caso de risco de ser vítima de algum delito.

o Principais problemas:

- Bancas mal iluminadas e mal localizadas obstruem a circulação, o campo de visão e/ou criam locais que podem servir como esconderijos.
- Luminárias mal distribuídas que criam bolsões de escuridão e não iluminam os espaços onde são exercidas algumas atividades.
- Iluminação bloqueada pela vegetação ou destruída por falta de proteção (altura inadequada e ausência de grade de proteção).
- Bancos mal situados que podem obstruir a circulação, ou localizados em áreas que não possibilitam vigiar e ser vigiado.
- Lixeiras cheias e/ou danificadas contribuem com a deterioração do espaço público.

- Pontos de ônibus/táxi mal iluminados e situados em lugares com pouco controle visual.
- Telefones públicos em mau estado de conservação e mal localizados. Projeto que não permite seu uso universal (portadores de deficiência, crianças, idosos).



Élida Dias, 2004

PRÁTICA RUIM

Telefones públicos em locais isolados, com vegetação crescida que impede o acesso.

○ *Recomendações*

- Distribuir luminárias de acordo com a intensidade e o uso do espaço.
- Podar vegetação (árvores e arbustos) para permitir que a iluminação chegue a todos os lugares.
- Projetar iluminação à escala dos pedestres.
- Ordenar o mobiliário urbano para que ele não obstaculize os caminhos utilizados pelos pedestres.
- Projetar pontos de táxi ou ônibus com materiais transparentes que facilitem o controle visual do usuário.
- Localizar os telefones públicos em lugares de fácil acesso e com boa iluminação.
- Colocar iluminação e lixeiras perto de bancos.

B) Expansão e gestão integrada do monitoramento por câmeras de segurança

A vigilância eletrônica colabora para inibir as ocorrências criminais e aumentar a sensação de segurança por parte da população através de um modelo preventivo e oculto de atuação policial em pontos estratégicos da cidade. Além disso, o uso das câmeras de

segurança auxilia o trabalho de investigação da polícia, buscando a diminuição da impunidade.

O uso de câmeras para monitoramento do espaço público vem trazendo resultados positivos no controle de ocorrências nos locais onde foram instaladas. Contudo, a adoção dessa medida em algumas localidades, sobretudo na região central, pode gerar uma migração do crime para áreas adjacentes.

Considerando que as ocorrências de crimes contra o patrimônio se concentram em pontos bastante específicos, sugere-se a expansão do uso desses equipamentos nas regiões destacadas pela alta incidência de ocorrências. Embora esse fenômeno da migração seja conhecido, acredita-se que ele também é limitado, em última instância, por fatores de oportunidade. Ou seja, tendo em vista que a existência de um contexto de maior oportunidade para a ocorrência de crimes de patrimônio em algumas áreas, isso significa que, no limite, esse movimento migratório pode esbarrar nesses fatores situacionais encontrados sobremaneira em alguns pontos da cidade.

Nesse sentido, acredita-se que a expansão do monitoramento do espaço por câmeras de segurança para boa parte das regiões de maior concentração de oportunidades – ou pelo menos para as áreas de maior ocorrência de crimes - pode contribuir em larga medida para o controle e prevenção dos crimes patrimoniais, além de proporcionar um aumento da sensação de segurança da população em função do ambiente de vigilância que as câmeras proporcionam. O uso de câmeras pode ser um instrumento de incremento da vigilância noturna, período em que é baixa a vigilância natural dos espaços o que possibilita maior ocorrência de alguns crimes.

O ideal é que o monitoramento e a gestão desses equipamentos sejam compartilhados entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal, a fim de aperfeiçoar o regulamento do uso das câmeras e das imagens registradas. Além disso, deve ser feita ampla divulgação para a população da existência das câmeras de segurança, bem como de sua localização, a fim de difundir uma sensação de vigilância no município.

C) Fortalecimento de redes comunitárias de proteção

A fim de complementar as ações de intervenção dos crimes contra o patrimônio oferecendo maior vigilância do espaço público, sugere-se a criação de parcerias entre a população, associações, Polícia Militar, Guarda Municipal, etc., visando à prevenção de crimes nas comunidades.

Inspiradas em iniciativas como a Rede de Vizinhos Protegidos, desenvolvida pela PMMG em diversos bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tais ações tem apresentado bons resultados⁴⁵ e sendo experimentado em outras cidades e Estados⁴⁶. Algumas medidas voltadas para a prevenção de crimes podem buscar interferir no contexto de oportunidades, destacando os delitos de arrombamentos a residência. As parcerias podem ser desenvolvidas, pelo menos inicialmente, nas áreas de maior incidência desses crimes identificadas no diagnóstico.

As ações devem ter como princípio fundante a interação e solidariedade na provisão da segurança urbana a partir, por exemplo, da vigilância das ruas e residências vizinhas. Ou seja, formar uma rede que se ajuda mutuamente. Os próprios moradores passam a atuar como “câmeras vivas” e orientados, por exemplo, pela Polícia Militar, pela Guarda Municipal, adotam estratégias para se protegerem. A proposta é fazer com que a população utilize táticas proativas para inibir a oportunidade da ação criminosa. Tais medidas incluem o repasse de informações de quaisquer atitudes suspeitas à polícia, a discussão dos fatores de oportunidades para o cometimento de crimes, orientações para proteção, etc. Além da diminuição de ocorrências, as parcerias podem impactar positivamente a sensação de segurança nas comunidades a partir da percepção de vigilância e maior interação entre a população local. Pesquisas⁴⁷ mostram que, em sua grande maioria, os vizinhos não se conhecem e que, durante boa parte do dia, as ruas estão sempre desertas o que contribui para a atividade criminosa.

10.2.3. Perspectiva Social

Os crimes contra a pessoa exigem abordagem diversa da patrimonial em função de sua natureza: notadamente ligada a conflitos sociais e pessoais. Em função disso, ações de prevenção e devem ser pensados por uma *perspectiva social*. Políticas públicas de controle e prevenção desses delitos devem perpassar esferas de mediação das tensões sociais, bem como investimentos visando ao incremento da qualidade de vida nas localidades que concentram as ocorrências.

45 O projeto piloto da Rede de Vizinhos Protegidos foi criado pela 9ª Companhia Especial do 34º Batalhão da PMMG, responsável pela Região Noroeste de Belo Horizonte em parceria com a população. Implantado há mais de três anos, o bom resultado da ação pode ser medida com a redução significativa de 64% das ações criminosas onde o projeto foi implantado (Portal PMMG).

46 Roraima e Santa Catarina (Portal PMMG).

47 Disponível no Portal PMMG <www.policiamilitar.mg.gov.br>

Embora os crimes contra a pessoa ocorram de forma bem menos frequente do que aqueles de motivação econômica, esses delitos impactam sobremaneira a ordem social e a sensação de segurança da população. Daí a importância de uma atuação específica para esses crimes. Os padrões de ocorrência desses delitos no município apresentaram incidência focalizada em determinadas áreas, sugerindo que algumas ações podem ser direcionadas a fim de potencializar seus efeitos.

Em Contagem houve aumento no número de crimes contra a pessoa, dentre os quais alguns se destacam pela maior incidência (agressão e lesão corporal) e outros por se constituir nas modalidades mais gravosas (homicídios). Os delitos de ameaça, seguidos de lesão corporal, correspondem à grande maioria das ocorrências. Isso demonstra a importância de medidas preventivas para que conflitos não se traduzam em violência. Os homicídios, tentados e consumados, a despeito de oscilações na evolução das ocorrências, permanecem em patamares bastante elevados. Em 2010, a taxa foi de 34 homicídios para cada 100 mil habitantes. Em termos de concentração espacial, há grande convergência entre as áreas de incidência de homicídios tentados e consumados em Contagem. Assim, o perfil das comunidades são fatores importantes para determinar a ocorrência dos crimes.

A incidência dos crimes de homicídio concentra-se em algumas localidades, com destaque para os bairros Industrial, Nova Contagem, Eldorado.

Tais áreas coincidem com localidades de maior vulnerabilidade social no município, bem como verificado para outras cidades do Estado, como Belo Horizonte. Os homicídios são problemas muito específicos no município de Contagem, e iniciativas de controle, portanto, devem ocorrer de forma focalizada. Segundo demonstra a literatura sobre o tema e a experiência de iniciativas bem sucedidas em outros contextos, projetos e ações de intervenção devem partir de uma *perspectiva social*, ou seja, direcionados aos fatores de risco relacionados aos eventos, bem como ao fortalecimento dos fatores de proteção à criminalidade. Nesse sentido, investimentos em políticas sociais, ou seja, em ações estruturais, devem ser priorizados, e ações reativas e repressivas, focalizadas.

A intervenção deve possuir natureza intersetorial envolvendo diferentes atores e instituições na busca de parcerias para a execução de ações de cunho social. Nesse sentido, deve-se centrar em duas frentes complementares: a Proteção Social e a Repressão Qualificada.

Embora, para fins organizativos esses dois eixos de ação devem ser implementados por grupos diferentes, o intercâmbio entre as ações e grupos enquanto parte da abordagem para intervenção de crimes contra a pessoa torna-se fundamental. A seguir, algumas recomendações envolvendo essas duas frentes de abordagem.

10.2.4. Proteção Social

A proteção social deve ser pautada no fortalecimento das redes sociais locais, garantindo soluções para a prevenção à criminalidade a partir da participação da comunidade em iniciativas e programas de combate aos fatores de vulnerabilidade e risco social. Esse eixo de ação engloba a integração dos projetos sociais em uma rede de parcerias, de forma a otimizar os resultados dos vários segmentos da ação social.

As medidas de proteção social devem buscar a ampliação dos direitos dos cidadãos através de ações inclusivas. A criminalidade violenta ocorre de forma muito mais intensa em determinadas áreas das cidades, principalmente aglomerados urbanos, devido à atuação precária do poder público nestes locais. A ausência do Estado vitimiza duplamente as populações mais vulneráveis, ao não garantir a efetividade dos direitos sociais e, em especial, a segurança.

Diante disso, a integração das várias políticas sociais mostra-se fundamental. As recomendações dessa frente de intervenção social giram em torno da integração dos projetos sociais e o fortalecimento dos serviços de mediação de conflitos. Essa perspectiva de prevenção visa oferecer uma resposta aos fatores identificados no diagnóstico, qual sejam: crimes contra a pessoa no município de Contagem estão relacionados à vulnerabilidade social e à capacidade de gerenciar conflitos. Assim, tem-se uma concentração de ocorrências em áreas onde o acesso da população aos serviços sociais básicos é precário, bem como um risco social a tais crimes intimamente ligado à tensão social.

A) Integração dos projetos sociais

A integração dos projetos sociais requer um mapeamento das instituições e das ações por elas executadas no município de forma a identificar todos os canais e recursos disponíveis ao suporte social. Sustentando-se no fato de que políticas sociais constituem-se em importantes canais para prevenção à violência e à criminalidade, deve-se buscar aperfeiçoar os serviços existentes através da constituição de uma rede de parcerias.

A estrutura em redes, ou redes de organizações, surge como uma alternativa, em um arranjo apropriado, ajudando a envolver e articular os diversos atores organizacionais públicos, privados e da sociedade civil. Iniciativas nesse sentido têm apontado que uma rede de atendimento e de prestação de serviços pode melhorar a utilização dos equipamentos e serviços sociais disponíveis.

A partir disso, uma recomendação seria o mapeamento das instituições atuantes nas áreas da educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, para a confecção de um “catálogo” da proteção social a ser compartilhado por todos os parceiros, permitindo um rápido acionamento da rede. Esse instrumento pode ser disponibilizado em meio eletrônico, impresso ou na internet, fortalecendo a integração da rede de serviços a partir da identificação e disponibilização de um serviço e ou do equipamento desejado.

Outra sugestão seria o desenvolvimento de um cadastro único da proteção social nas instituições públicas, no qual podem ser contemplados os dados relativos à composição do núcleo familiar, moradia, faixa etária, escolaridade, vulnerabilidades, participação em programas sociais e outros, dos beneficiários das áreas sociais. Esse cadastro permitirá aos gestores, identificarem as necessidades dos integrantes do núcleo familiar e providenciar os encaminhamentos devidos através dos canais e da rede existente.

B) Fortalecimento dos serviços de mediação de conflitos

A prevenção de crimes contra a pessoa, em especial agressão, lesão corporal e homicídio, pode se dar através do fortalecimento de instâncias de mediação de conflitos, em especial nas localidades mais marcadas pela violência. Essa perspectiva parte da constatação de que se faz necessária uma revisão das formas de atuação do Estado em relação às questões da exclusão social, da violência e do exercício da cidadania em comunidades com acesso precário aos serviços sociais básicos e por violações recorrentes de direitos fundamentais. Essa iniciativa mostrou bons resultados em outros contextos, especialmente, aqueles caracterizados pela vulnerabilidade social⁴⁸. Com relação a esse aspecto cabe destacar que o diagnóstico da criminalidade de Contagem apontou estreita relação entre concentração de crimes contra a pessoa e áreas vulneráveis ou de risco social.

Nesse sentido, uma possibilidade de intervenção perpassa o fortalecimento de serviços de mediação de conflitos. Tais serviços se mostram capazes de suprir parte da distribuição

48 Disponível em http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=285&Itemid=119>

precária e desigual dos serviços de justiça, fortalecendo mecanismos de resolução pacífica de problemas comunitários. O enfoque nos serviços de mediação de conflitos justifica-se na medida em que contribuem para a redução dos fatores de risco associados à violência interpessoal, através do oferecimento de saídas para os conflitos, levando em conta os pontos de vista das partes envolvidas, na busca de um consenso, sem a necessidade do acionamento da justiça formal.

Como o serviço de mediação de conflitos faz parte da perspectiva da proteção social, ele deve ser oferecido pelos atores e instituições que trabalham mais diretamente com a população. No caso específico da Guarda Municipal, sugere-se a capacitação dos agentes nas técnicas de Mediação de Conflitos, de forma que os guardas possam atuar também como multiplicadores.

A mediação de conflitos viabiliza o acesso à justiça na sua melhor forma, isto é, na interlocução entre as partes envolvidas para que os mesmos construam as soluções para seus conflitos de forma democrática, colaborativa e dialógica. A proposta sustenta-se no fomento de uma nova cultura, fundada na possibilidade de participação ativa da própria população na solução de grande parte de seus problemas e conflitos.

10.2.5. Repressão qualificada

Desde meados da década de 1980, a região metropolitana de Belo Horizonte se notabiliza por ter pequenas partes de seu território urbano ocupadas por grupos criminosos armados ou gangues. Nestas comunidades, o Estado enfrenta muitas dificuldades para se estabelecer, quase sempre se fazendo presente apenas por meio de operações policiais pontuais, não raramente caracterizadas pelo uso abusivo e desproporcional da força. Embora produzindo efeitos restritos e de curtíssimo prazo, este tipo de estratégia vinha sendo dominante nas últimas décadas, pouco contribuindo para quebrar o domínio que os grupos criminosos locais mantêm sobre algumas comunidades.

Nos últimos anos, o aumento da demanda popular por maior transparência e controle das ações de segurança tem feito com que os gestores públicos trabalhem no sentido de modificar esse tipo de abordagem, buscando desenvolver formas de intervenção mais permanentes e estáveis em áreas de risco, principalmente do ponto de vista das relações com as comunidades assoladas por este tipo de problema. Em termos técnicos, tais intervenções têm se dado a partir de duas vertentes distintas, porém complementares: por um lado, tem havido forte investimento por parte do poder público

no sentido de adotar metodologias de policiamento comunitário e preventivo; por outro, diversas instâncias (entre elas o poder municipal) têm trabalhado de maneira integrada para desenvolver intervenções de repressão qualificada, visando reduzir taxas de criminalidade violenta (principalmente homicídios) em áreas de risco. Este receituário é conhecido e unanimemente recomendado por especialistas em segurança pública que reconhecem a necessidade de legitimação das ações de defesa social junto à população.

A) Intensificar a participação na repressão qualificada

Um exemplo de instâncias de repressão qualificada pode ser ilustrada pela atuação do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), presente em Contagem⁴⁹, entidade coordenada pelo Ministério Público, mas que conta com a participação de diversos atores ligados à área da segurança pública no município. O Grupo de Intervenção Estratégica de Contagem é uma iniciativa do Governo do Estado para redução dos índices de homicídios em regiões de forte atuação de gangues e grupos delinquentes.

Em termos gerais, pode-se descrever o GIE como uma câmara interinstitucional voltada à realização de ações de repressão qualificada em áreas com altos índices de homicídios. O grupo reúne-se com periodicidade definida, contando com a participação de entidades como o Ministério Público, o Poder Judiciário, as polícias Civil e Militar, a Prefeitura Municipal e representantes de Conselhos Municipais de Segurança Pública (CONSEP). Geralmente, a participação de todos estes atores é coordenada pelo Ministério Público, mediante a aplicação de metodologias de solução de problemas voltadas para a redução de homicídios em áreas pontuais da cidade. A idéia é aproveitar a participação e a expertise de cada entidade envolvida no processo para elaborar soluções pontuais e integradas de enfrentamento ao problema dos homicídios.

Durante as reuniões, o grupo elege uma área de atuação, percorrendo todas as etapas da metodologia de solução de problemas: (1) identificação do problema; (2) análise do problema; (3) possíveis respostas a serem oferecidas ao problema; e (4) avaliação do processo de implementação destas respostas e seus possíveis impactos sobre os problemas diagnosticados. Em muitas ocasiões são identificados os principais vetores de violência e criminalidade de uma região e planejadas ações para a neutralização destes alvos.

⁴⁹ Desde 2005, a cidade de Contagem conta com uma iniciativa de repressão qualificada na região do bairro Nova Contagem através do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), ligado ao Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!”, do governo estadual.

Devido à sua atuação focalizada e ao uso de metodologias voltadas para a solução de problemas, o Grupo de Intervenção Estratégica constitui uma importante interface para a participação do poder público municipal. Durante as reuniões, a Secretaria Municipal de Defesa Social pode se constituir em uma importante parceira para o provimento de soluções pontuais de combate à criminalidade como, por exemplo, a requalificação de espaços urbanos, a fiscalização de bares e estabelecimentos comerciais, o patrulhamento preventivo (por meio da Guarda Municipal) de locais com alta aglomeração de pessoas, etc.

A idéia que sustenta a participação sistemática e continuada da Prefeitura Municipal nas iniciativas de repressão qualificada é a potencialização da rede de proteção social e de combate à criminalidade violenta em Contagem, bem como a diversificação das respostas passíveis de serem implementadas em nível local.

XI - Considerações finais

O Plano Municipal de Defesa Social deve se nortear pelo tripé: comunidade, organizações civis e empresariais e governos nas diferentes esferas, articulando tais atores na condução de intervenções que levem em consideração os dois eixos de abordagens, crimes contra o patrimônio e contra a pessoa, a partir das *perspectivas situacional e social*.

O tipo de crime que se pretende prevenir, por um lado, e a natureza das ações de prevenção da criminalidade, por outro, implicam que as estratégias a serem desenvolvidas devem necessariamente abordar os problemas da realidade local e de seus atores. Isto é, para que as táticas preventivas sejam efetivas para reduzir a ocorrência do crime e o medo, estas devem ser projetadas e executadas desde e pelo nível local. As ações empreendidas devem estar articuladas entre si compondo um plano sistemático. Ou seja, ações pontuais são direcionadas a problemas específicos, mas integram, em última instância, uma política de controle e prevenção do crime e da violência.

Além disso, tais ações devem contar com a participação de diversos atores, passando pelas instituições públicas, empresas privadas, sociedade civil organizada e comunidade, pois cada é um ator relevante na busca e implementação de soluções para os problemas de segurança, sendo também elementos que fazem parte do próprio problema. Como a criminalidade é um problema complexo e multicausal, nenhuma organização sozinha é capaz de garantir a segurança e enfrentar as causas da insegurança.